



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA – UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ÉRICA GABRIELA FONSECA DE MENEZES

**PETROLÂNDIA: UM RETRATO DA MEMÓRIA DO SUBMÉDIO DO SÃO
FRANCISCO (1940-1988)**

MACEIÓ – AL

2024

ÉRICA GABRIELA FONSECA DE MENEZES

**PETROLÂNDIA: UM RETRATO DA MEMÓRIA DO SUBMÉDIO DO SÃO
FRANCISCO (1940-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, em Culturas Políticas, Representações, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dr. Arrisete Cleide de Lemos Costa

**MACEIÓ – AL
2024**

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

M543p Menezes, Érica Gabriela Fonseca de.

Petrolândia: um retrato da memória do submédio do São Francisco (1940-1988). / Érica Gabriela Fonseca de Menezes. – 2024.
125 f. : il.

Orientador: Arrisete Cleide de Lemos Costa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 119-125.

1. Epetrolândia. 2. Hidrelétrica. 3. Reassentamento. 4. Sindicato;

Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira – CRB-4 – 1485

Folha de Aprovação

ERICA GABRIELA FONSECA DE MENEZES

“PETROLÂNDIA: um retrato da memória no Submédio do São Francisco (1940-1988)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ARRIZETE CLEIDE LEMOS COSTA**
Data: 15/04/2024 19:28:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª Arrizete Cleide Lemos Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO ABELARDO DE SANTANA**
Data: 08/05/2024 20:15:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **SHEYLA FARIAS SILVA**
Data: 06/05/2024 16:06:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Sheyla Farias Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico esta dissertação às minhas professoras de história do ensino fundamental e médio, Maria das Graças Oliveira e Joana D'Arc Novais (*in memoriam*). Suas lições ecoam em cada página deste trabalho, e é com profundo carinho que honro suas memórias dedicando-lhes este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Encerro mais uma etapa acadêmica com uma mistura de emoção e gratidão, sabendo que os sonhos podem ser alcançados mesmo quando enfrentamos adversidades. Explorar a história da minha amada cidade natal, Petrolândia, foi um desafio enriquecedor e profundamente gratificante. Esta terra, repleta de memórias e significados, tem um lugar muito especial em meu coração, e foi com imenso orgulho que me dediquei ao estudo do seu passado. Quero expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram para essa jornada, pois cada gesto de apoio e incentivo foi fundamental para o meu sucesso. Cada palavra de encorajamento, cada abraço reconfortante, cada momento compartilhado fortaleceu minha determinação e renovou minha esperança.

Esta conquista não seria possível sem o amor e apoio inabaláveis da minha família, que sempre esteve ao meu lado, incentivando e guiando-me com seu carinho e sabedoria. Agradeço de todo o coração aos meus pais, Luciene Fonseca de Menezes e Everaldo Gomes de Menezes, pelos preciosos ensinamentos sobre a vida e pelo apoio incondicional em todas as escolhas que fiz. Sempre estiveram ao meu lado, incentivando-me e cuidando de mim com amor e dedicação, sendo minha base sólida e meu porto seguro. À minha querida irmã Cíntia, e aos gatinhos Mimo e Nina, meu eterno agradecimento por todo o companheirismo e carinho que compartilhamos ao longo desta jornada.

Iniciei o mestrado em meio à pandemia, um desafio adicional para conciliar estudos e trabalho, mas meu esposo Bruno Oliveira Machado Bezerra foi meu apoio constante, sempre me encorajando e me motivando a não desistir. Agradeço também aos nossos queridos filhotes, Teresa, Aurora, Champlin, Rubi, Carol, Kamala, Capitú, Kikinha, Vampira e Lin, que trazem alegria e amor aos meus dias, e ao meu saudoso Mariano, cuja presença ainda aquece meu coração com lembranças cheias de carinho e saudade.

À minha amada tia Lusmar, expresso minha profunda gratidão por abrir as portas de sua casa nos momentos de necessidade durante meus estudos

e trabalho na agrovila. Sua generosidade e apoio foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar aos meus objetivos acadêmicos. À minha querida amiga Josemeire, da UFAL Campus do Sertão, meu sincero agradecimento pelo incentivo e apoio incansável que me deram confiança para ingressar no mestrado. Agradeço também às minhas dedicadas colegas de trabalho da Escola Municipal Sete de Setembro, cujo entusiasmo com minha aprovação no mestrado foi uma fonte de motivação e alegria.

Sou imensamente grata por ter sido aluna da Universidade Federal de Alagoas, campus do Sertão Delmiro Gouveia, um local de grande aprendizado que me proporcionou oportunidades e me ensinou a ser uma pessoa crítica e consciente das diferenças. Agradeço a todos os professores que contribuíram para o meu desenvolvimento profissional, em especial à professora Sheyla Farias Silva pelos ensinamentos durante a graduação e orientação como minha primeira orientadora. Não posso esquecer sua contribuição como profissional excepcional e pela oportunidade de fazer parte da minha banca de mestrado, ao lado do professor Pedro Abelardo de Santana, que também foi meu professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe, onde participei como aluna especial. Agradeço pelos ensinamentos e por me incentivar a ingressar no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas. Este ambiente caloroso me proporcionou novas experiências e aprendizados, embora as aulas tenham sido realizadas apenas online devido à pandemia. Foi um prazer fazer parte dessa família acadêmica.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora do programa de mestrado, a professora Arrisete Cleide de Lemos Costa. Sua dedicação, orientação e até mesmo os incentivos foram fundamentais para o direcionamento adequado da minha dissertação. Foi uma honra e um privilégio aprender com uma profissional tão dedicada e experiente como a senhora. Suas “broncas”, longe de desencorajadoras, foram essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal. Sou imensamente grata por todo o seu apoio e orientação ao longo deste percurso.

Além disso, expresso minha sincera gratidão à minha colega de turma Tamires Vieira da Silva, da UFAL, por nossa parceria e apoio mútuo ao longo

dessa jornada acadêmica. Sua colaboração foi inestimável e enriqueceu ainda mais minha experiência.

Por fim, expresso minha profunda gratidão às pessoas que generosamente contribuíram para esta pesquisa sobre a velha Petrolândia, enriquecendo-a com suas lembranças e experiências: Dona Izabel Ferraz Pires, Maria Pereira da Silva Neta, Espedita Jacobina Ramalho, Adailda Maria de Jesus, Alzira Albuquerque Cruz, Cleonice Benigno dos Santos, Luiz Menélio de Sá, Lusmar Menezes de Sá e Erileide Maria da Silva Lima. Seu legado será eternizado neste trabalho, e cada história compartilhada contribuiu para tecer a rica tapeçaria do passado de nossa cidade. A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta jornada, meu mais sincero e profundo agradecimento. Este momento não marca apenas o fim de um ciclo, mas também o início de novos horizontes e oportunidades. Com o coração transbordando de gratidão e emoção, despeço-me desta etapa, confiante de que os aprendizados adquiridos e os preciosos laços construídos permanecerão comigo para sempre, guiando-me em minhas futuras jornadas.

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil implementou uma política voltada para a geração de energia elétrica, o que impulsionou a construção de grandes barragens na região Nordeste. A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG), localizada no município de Petrolândia, PE, foi realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), resultando na inundação da cidade velha pelo lago de Itaparica e forçando a transferência de seus habitantes para a nova cidade de Petrolândia em 6 de março de 1988. A população foi realocada e indenizada pela CHESF após várias manifestações e a paralisação da obra em 1986, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, foi fundamental para garantir o reassentamento e as garantias de infraestrutura básica para a população afetada pela construção da usina. O aporte teórico-metodológico baseou-se em pesquisa bibliográfica e entrevistas, apoiando-se no estudo da história oral, conceituando as reflexões por meio da análise da memória e valorizando as lembranças e experiências dos moradores de Petrolândia em Pernambuco, entre 1943 e 1988.

Palavras-Chave: Petrolândia; hidrelétrica; reassentamento; sindicato; memória e sociedade.

ABSTRACT

From the second half of the 20th century, Brazil implemented a policy aimed at generating electrical energy, which boosted the construction of large dams in the Northeast region. The Luiz Gonzaga Hydroelectric Plant (UHLG), located in the municipality of Petrolândia, PE, was carried out by the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF), resulting in the flooding of the old city by Lake Itaparica and forcing the transfer of its inhabitants to the new city of Petrolândia on March 6, 1988. The population was relocated and compensated by the CHESF, after several demonstrations and the stoppage of the work in 1986, supported by the Union of Rural Workers of Submédio São Francisco, was fundamental in ensuring resettlement and basic infrastructure guarantees for the population affected by the construction of the plant. The theoretical-methodological contribution was based on bibliographical research and interviews, relying on the study of oral history, conceptualizing reflections through memory analysis and valuing the memories and experiences of residents of Petrolândia in Pernambuco, between 1943 and 1988.

Keywords: Petrolândia; hydroelectric power plant; resettlement; Syndicate; memory and society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - UNIDADES HIDROGRÁFICAS DE REFERÊNCIA E DIVISÃO FISIAGRÁFICA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	37
FIGURA 2 – ESTAÇÃO DE TREM EM PETROLÂNDIA EM 1959	41
FIGURA 3 – CAIS DOM PEDRO II	42
FIGURA 4 – MAPA DA MALHA FERROVIÁRIA	43
FIGURA 5 – PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA PETROLÂNDIA	53
FIGURA 6 - CENTRO DE PETROLÂNDIA VELHA.....	61
FIGURA 7 - ESCRITÓRIO DA SUVALE EM BARREIRAS VELHA.....	65
FIGURA 8 - FÁBRICA DE DOCE DE GOIABA	66
FIGURA 9 - CINEMA DA VELHA PETROLÂNDIA EM MEADOS DOS ANOS 70	68
FIGURA 10 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JATOBÁ (1959).....	69
FIGURA 11 – IGREJA MATRIZ SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78
FIGURA 12 - IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EM BARREIRAS, CUJA TORRE AINDA PODE SER AVISTADA NO LAGO DE ITAPARICA	79
FIGURA 13 – A CHEGADA DOS TRABALHADORES RURAIS NO CANTEIRO DE OBRA DA CHESF EM 1986.....	84
FIGURA 14 – LUIZ MENÉLIO DE SÁ EM 1986	85
FIGURA 15 – IMAGEM DA POLÍCIA COMO INTERLOCUTORA DA CHESF.....	87
FIGURA 16 – TRABALHADORES MOVENDO PEDRAS PARA FAZER BARREIRAS	88
FIGURA 17 – ACORDO ASSINADO PELOS REPRESENTANTES DA CHESF E OS TRABALHADORES RURAIS	90
FIGURA 18 – O MINISTRO DE MINAS E ENERGIA NO CANTEIRO DE OBRAS DA CHESF	92
FIGURA 19 – ACORSO ASSINADO PELOS REPRESENTANTES DA CHESF E OS TRABALHADORES RURAIS	94
FIGURA 20 – MANIFESTO FEITO PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG.....	96
FIGURA 21 – CASAS CONSTRUÍDA PELA CHESF PARA OS REASSENTADOS	99
FIGURA 22 – MANIFESTO REVELANDO A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS APÓS O REASSENTAMENTO.....	106

FIGURA 23 – FOLHETIN TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO: CARTAZ DESCREVENDO O HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO DOS REASSENTADOS DA BARRAGEM DE ITAPARICA EM 1981	109
FIGURA 24 – IMAGEM DA IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS EM BARREIRAS VELHA PARCIALMENTE SUBMERSA.....	110
FIGURA 25 – IMAGEM DA IGREJA MATRIS SENDO SUBMERSA.....	111

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Manifesto feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IFOCs	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
CVSF	Companhia do Vale do São Francisco
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e no Parnaíba
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
TVA	Tennessee Valley Authority
PNI	Plano Nacional de irrigação
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SEHAB	Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
UHLG	Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga
VMT	Verba de Manutenção Temporária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A MODERNIZAÇÃO NO NORDESTE ENTRE 1940 - 1988	26
2.1 O Vale do São Francisco	35
2.2 As Políticas Públicas na Ditadura	47
2.3 O projeto urbanístico da CHESF	51
3 MEMÓRIAS E HISTÓRIAS	56
3.1 Terra às margens de um rio, Petrolândia.....	57
3.2 A paralisação e ocupação em 1986.....	81
4 A POLÍTICA DE REASSENTAMENTO (IN)VOLUNTÁRIO	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
6 REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

Petrolândia testemunhou diversos empreendimentos ao longo dos anos, especialmente entre 1943 e 1988, período abordado nesta pesquisa. Esses eventos incluem a construção da estrada de ferro, a implementação de projetos de irrigação contra a seca e a construção da Usina de Itaparica. Embora os impactos socioeconômicos e ambientais causados pela construção da usina tenham sido objeto de várias pesquisas acadêmicas ao longo da história, ainda há aspectos relevantes a serem destacados. A pesquisa foi enriquecida pela análise de diversos artigos sobre a história de Petrolândia, contribuindo significativamente para a compreensão dos conceitos centrais no âmbito da investigação histórica local.

É relevante ressaltar que, por muito tempo, a historiografia priorizou figuras com feitos heroicos nacionais e europeus, relegando a história local a um segundo plano. No entanto, conforme apontado por Sukow e Urban (2020, p. 68), a história local voltou a ganhar destaque no século XX, em conjunto com a História Social, reconhecendo a importância das experiências das pessoas comuns na construção da história. A história local examina as vivências de todos os indivíduos ao longo do tempo, destacando aspectos do cotidiano, das relações sociais, da cultura, do trabalho e das relações de poder.

Nesse sentido, a história local se entrelaça com a História Oral, valorizando a memória daqueles que foram esquecidos pela história tradicional. Essas discussões contribuíram para um debate mais amplo sobre a importância e a presença da história local na historiografia. Dessa forma, a pesquisa se concentra na utilização de fontes primárias para explorar a rica memória social e histórica de Petrolândia, em Pernambuco. Especificamente, buscando compreender a memória dos antigos moradores, cujo papel é essencial na reconstrução do conhecimento histórico por meio de entrevistas.

No contexto mais amplo, alguns estudos historiográficos merecem destaque. O livro "De Jatobá a Petrolândia: três nomes, uma cidade, um povo", (2014). escrito por Gilberto de Menezes, lança luz sobre o processo de

formação de Petrolândia. A cidade recebeu esse nome em homenagem a D. Pedro II, que, após uma visita à região, autorizou a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso e a criação de um porto fluvial. O autor rastreia sua origem desde um simples bebedouro e um pé de jatobá, que deram os primeiros nomes¹: Jatobá, Itaparica e, por fim, Petrolândia. Como fonte metodológica, foi adotado a História Oral por meio de entrevistas realizadas com comerciantes locais. Através dessas entrevistas, o autor busca detalhar os momentos históricos vivenciados na cidade, abrangendo desde seus primórdios até a chegada da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Explorando ainda como essa significativa empresa impactou profundamente o cotidiano dos moradores da antiga Petrolândia, promovendo mudanças substanciais em suas vidas.

Nesse contexto, o estudo das relações sociais é derivado das memórias dos reassentados, desenvolvidas ao longo dos acontecimentos. Os pesquisadores Gominho e Carneiro (2020) focalizaram a discussão na Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. A narrativa tem sua origem na construção da memória coletiva dos habitantes da cidade de Petrolândia, por meio dos relatos transmitidos pelos familiares a respeito dessa perda coletiva.

Os autores conduziram 10 entrevistas individuais com os moradores da antiga Petrolândia e realizaram uma roda de conversa com alguns jovens da Casa da Juventude², membros das famílias que residiam na antiga cidade.

¹ Na concepção de Sá (2000), no século XVIII, teve início o processo de colonização adentrando nas terras pernambucanas, formando o povoado de Bebedouro de Jatobá. Com o tempo, esse povoado evoluiu e se tornou o município de Petrolândia. Esse território correspondia a uma parte da extensão territorial do município de Tacaratu, situado próximo às margens do Rio São Francisco. O povoado de Jatobá era de pequeno porte, constituído por duas fazendas de gado e poucas casas. Era conhecido como Bebedouro do Jatobá devido à presença de vários jatobazeiros no local. O nome "bebedouro" era apropriado, pois o lugar era frequentado por vaqueiros que levavam o gado para descansar e reabastecer-se antes de seguir viagem em direção aos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Com o decorrer dos anos, o Governo do Estado estabeleceu o Decreto Estadual nº 952, datado de 31 de dezembro de 1943, que proibia a existência de duas cidades ou vilas com a mesma nomenclatura. Em conformidade com esse decreto, houve a necessidade de realizar uma divisão territorial judiciário-administrativa. Esse processo tornou-se efetivo no período entre 1944 e 1948. O município passou a ser composto pelos distritos de Petrolândia (anteriormente chamado de Itaparica), Tacaratu e Volta, os quais se tornaram independentes (IBGE, 1958).

² A Casa das Juventudes é um programa da Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ) regulamentado pela lei nº 14.577/2011, em parceria com os municípios, que visa apoiar a formação política e cidadã, fortalecendo a participação dos movimentos coletivos, incentivando a cultura e ofertando cursos profissionalizantes. (Gominho e Carneiro 2020).

Através dessa análise, eles contemplam a reflexão sobre o passado e suas repercussões naqueles que não experienciaram a mudança conforme, Carneiro (2006 apud Gominho e Carneiro, 2020). Afinal, mesmo após 30 anos da inundação da antiga cidade, essa trajetória permanece relevante para a história e as emoções, os costumes e os valores daqueles que viveram aquele período. Isso traz à tona um discurso que valoriza esse processo, tanto pela perda na inundação quanto pelo ganho de uma nova cidade³. Essa abordagem permite contemplar as mudanças no ambiente, as alterações no território e o lugar das pessoas, evidenciando os impactos na memória coletiva entrelaçada com a lembrança dos locais e das tradições.

De fato, a autarquia federal não tinha meios para compensar as pessoas pelas dimensões intangíveis da memória, da identidade e dos vínculos sociais construídos ao longo de muitos anos. Como observa o sociólogo Sergio Ricardo Ribeiro Lima (2007) em sua obra “Barragem de Itaparica: Vinte anos após o programa de reassentamento – (des) Envolvimento de (des) Estruturação de vidas”, é crucial delinear os caminhos que surgiram como resultado dos processos sociais, analisando as trajetórias das famílias afetadas por meio dos relatos dos reassentados, decorrentes de grandes empreendimentos sob a égide do capital, amparados pelo Estado.

Uma pesquisa relevante é a de Marcos Manoel do Nascimento Silva, intitulada *O sertão que virou “mar”: memória, cultura e identidade no Projeto de Irrigação Jusante, Glória - BA (1988-2021)*. Nessa pesquisa, o historiador explora os impactos da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG) na população da Agrovila 06 do Projeto de Irrigação Jusante, localizada na cidade de Glória, Bahia, a uma distância de 57,9 km via BR-110 e BA-210 a partir de Petrolândia. Ele adota uma perspectiva voltada para a base, utilizando a História Oral como sua principal fonte, explorando as memórias dos reassentados e as implicações desse projeto na identidade dos moradores.

³ É importante ressaltar esses elementos relativos à cultura material no processo de moldar um local, na construção de uma identidade que se vincula a um espaço, a uma cultura e a um povo. A aspiração de pertencer e a vivência da perda desse espaço deixam marcas profundas na memória desse povo.

Nesse caso, os eixos centrais desta pesquisa estão demarcados pela expressão memorialística de seus habitantes, enaltecendo as memórias fundamentais que compõem a história coletiva e local. As lembranças e experiências dos moradores da cidade de Petrolândia (PE) entre 1943 e 1988, ano de sua fundação e ano em que a cidade velha foi submersa pelo lago de Itaparica, respectivamente.

Petrolândia teve sua sede totalmente inundada com a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, grandiosa obra realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), forçando a transferência dos habitantes para a nova cidade com o discurso do progresso. De acordo com a pesquisadora Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna (2005), isso se traduziu em um aumento de 2.500 MW na capacidade de geração de energia do país. No entanto, tal expansão veio acompanhada da inundação de uma extensa área de 834 km², resultando no impacto sobre aproximadamente 10.400 famílias. A população petrolandense foi realocada pela CHESF através do plano de reassentamento e indenizada pelos prejuízos causados sejam de ordem ambiental, social, cultural e econômica.

No entanto, as preocupações mencionadas pelos entrevistados sobre a cidade revelaram uma série de desafios para além do atraso na sua construção, como a inadequação das terras para o plantio e as propostas de indenização insatisfatórias. Isso gerou um sentimento de melancolia entre aqueles que vivenciaram as dificuldades decorrentes da mudança para a nova região e o início da inundação do reservatório de Itaparica em 06 de março de 1988. Essas diferentes perspectivas e questões relacionadas ao potencial hidrelétrico levantam diversos debates, como o impacto das políticas públicas federais em conjunto com o governo no submédio do São Francisco⁴ devido

⁴ De acordo com Santos (2019, p. 88), a região do submédio surge como resultado da subdivisão da bacia hidrográfica do rio São Francisco em quatro distintas regiões fisiográficas, cada uma exibindo características singulares ao longo de seu percurso. Essa delimitação se reflete da seguinte maneira na bacia: Alto São Francisco abrange 40% da área total da bacia, o Médio São Francisco compreende 39%, o Submédio São Francisco ocupa 17%, enquanto o Baixo São Francisco corresponde a 5% da área total da bacia. Essa nova divisão fisiográfica da bacia representa uma abordagem inovadora, reformulando os limites das regiões, e foi formalmente ratificada durante a reunião da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP).

à demora na implementação do projeto de reassentamento, e como essas políticas foram incorporadas.

Desse modo, é importante abordar informações sobre o problema a respeito da formação do Nordeste e modernização ligados à Política Energética com a ideia de progresso como geradora de emprego no Nordeste (Suassuna, 2005, p. 106) no período da ditadura militar. Além disso, o deslocamento territorial ocasionou mudanças nas profissões referentes à agricultura, na cultura, valores e no cotidiano.

Para a população, Petrolândia velha e o rio representavam “seu principal esquema de percepção cultural e sua principal referência espacial” (Estrela, 2009, p. 114) posto que seu modo de vida se baseava em construir um saber fazer específico, motivados pelas relações combinadas entre cultura e natureza. É importante salientar que o rio, enquanto componente da natureza, concede à população que o vivencia cotidianamente, várias oportunidades de vida, de valores, relações socioeconômicas, saberes, habilidades e cultura. Segundo Bortoleto:

A ideologia do discurso de desenvolvimento empregado na implantação de grandes obras, como as hidrelétricas, fica evidente quando se faz referência ao impacto social e cultural contidas nas mudanças impostas pelos grandes projetos. (BORTOLETO, 2001, p. 56)

Diante de tais questionamentos, as pessoas atingidas se sentem prejudicadas e sofrem pela expropriação territorial, com baixas indenizações e problemas causados pelo difícil acesso a terras e água na área rural. Os desdobramentos do projeto de grandes empreendimentos, todavia, são difíceis e acabam excedendo os limites de abrangência da barragem, modificando a dinâmica socioespacial, impondo transformações repentinas nas sociedades locais.

Nessa perspectiva, a pesquisa visa discutir e analisar as causas da implantação das hidrelétricas sem anular a relevância já existente da barragem de Itaparica para o desenvolvimento do país e local. Para Bortoleto (2001) é necessário compreender de forma crítica os impactos causados pela

construção da usina Hidrelétrica, seja de forma direta relocando a população ou “indiretamente atingida”⁵ (Bortoleto, 2001, p. 59).

No ano de 1979, os conflitos entre a CHESF e a população diretamente afetada ganharam intensidade. Conforme relata Bomfim (1999), a mobilização popular culminou na fundação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, que reuniu sindicatos da região em uma luta coletiva pelo reassentamento e pela garantia de infraestrutura básica. De acordo com Santos (2019, p. 112), essa iniciativa não apenas fortaleceu a batalha em prol dos reassentados, mas também visou combater a grilagem de terras e prestar auxílio aos povos indígenas em meio aos conflitos de demarcação territorial.

Assim, o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco empreendeu uma série de ações coletivas em apoio à população vulnerável. Nesse contexto, é de suma importância abordar a negligência da responsabilidade social por parte das empresas envolvidas. A pesquisa conduzida por Pedro Paulo da Cunha (2012) explora as implicações decorrentes da construção de grandes barragens, a exemplo das usinas de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho e Itaparica. Esses empreendimentos culminaram no deslocamento compulsório das pessoas que habitavam áreas impregnadas de tradições, referências culturais e vínculos emocionais ligados à terra. Ademais dos impactos ambientais, a emergência das barragens também afetou profundamente aqueles que dependiam do rio e que já estavam enraizados em suas comunidades. Suassuna (2005, p. 111) destaca que, em 1986, essas mobilizações desempenharam um papel crucial na formulação do Plano Diretor, que estabeleceu medidas para a proteção e aprimoramento do meio ambiente em relação às obras e serviços elétricos, seguindo as diretrizes delineadas pelo Ministério das Minas e Energia. Tais medidas foram adotadas em consonância com os princípios traçados no Plano Nacional de Desenvolvimento, tal como articulado por meio das manifestações populares.

⁵ Está relacionado ao crescimento populacional estimulado pela oferta de empregos nas obras, de forma que atinge os locais próximos a hidrelétrica e modifica toda a ordem econômica das cidades. Pode causar efeitos positivos, melhorando o fluxo do comércio e trabalho, ou, aumento no desemprego no comércio local e migrantes que fugiam da seca.

Os conflitos históricos entre o Estado e a população, ao longo do tempo, tornam-se evidentes sob a perspectiva das “representações” (Chartier, 2002, p. 27). De forma representativa, os trabalhadores rurais se posicionaram diante das atitudes da CHESF, que não cumpriu o acordo sobre os direitos assegurados aos reassentados. Em um ato simbólico com pedras em punho, invadiram a construção da barragem de Itaparica em 1986, paralisando a obra. Essas representações contribuem para a construção social das práticas históricas, onde o sujeito baseia suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo, visando construir um mundo social a partir das práticas dos grupos. Os documentos do acordo em 1986, os manifestos e a união dos sindicatos rurais até a chegada da paralisação de 1986 tornam-se ferramentas importantes nas “lutas por e de representações” nas questões políticas. Esses eventos também desempenham um papel nas práticas sociais, onde os comportamentos estão intrinsecamente ligados à batalha dos trabalhadores rurais, são valores que dão identidade ao movimento dos trabalhadores rurais. Isso se manifesta por meio de comportamentos simbólicos e interações sociais que moldam as relações e a identidade desses indivíduos, materializando-se em ações e concretizando-se nas práticas.

Sob essa perspectiva, destaca-se a importância de direcionar estudos à história local, especialmente à cidade de Petrolândia, à luz das reflexões sobre a edificação da barragem de Itaparica. Isso se dá por meio da investigação das lembranças dos habitantes locais, como sugerido por Thompson (1998), e da análise das recordações dos entrevistados que influenciaram a construção da história do município, conforme Bosi (1994).

A construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG) ocorreu durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, o que teve um impacto significativo na cidade de Petrolândia. O processo de reassentamento compulsório dos trabalhadores rurais afetados é analisado aqui através de uma abordagem da História Social, visando entender como esse processo influenciou as práticas de trabalho, a relação com o rio São Francisco e as identidades dos reassentados.

Esta pesquisa se fundamenta em diversas fontes, incluindo História Oral, e aplica conceitos como modernização conservadora, cultura e costumes, negociação e conflito, memória e identidade. Conclui-se que a modernização conservadora impulsionou a agroindustrialização na região, desencadeando uma disputa entre o Estado e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela hegemonia das memórias do reassentamento. Ao longo do tempo, as práticas de trabalho foram transformadas, e os reassentados adotaram novas identidades como forma de resistência ao novo modelo de vida imposto.

Estabelecer uma conexão entre passado e presente é essencial para compreender o contexto histórico, pois a memória não reproduz determinados fatos. Essa interação entre períodos temporais possibilita que os indivíduos evoluam de meros observadores a cidadãos ativos na história de sua cidade, por meio do reconhecimento mútuo, tornando-se participantes na construção do tecido histórico. Esse processo de reconhecimento, tanto de si mesmos quanto do próximo, é um elemento crucial para a formação e fortalecimento da identidade local.

Os caminhos metodológicos empregados nesta pesquisa são delineados através da pesquisa bibliográfica, a qual se demonstrou crucial para me situar no contexto histórico do Brasil durante esses períodos de transformações profundas. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal contextualizar uma variedade de autores, com o propósito de coletar informações e conhecimentos prévios sobre as questões relativas à formação do Nordeste e à modernização⁶, conectando-as à política energética e ao discurso do progresso⁷. Além disso, são consideradas outras fontes

⁶ "Modernização" segundo Alburquerque e Candido (2013, p. 133) é um termo que pode ser aplicado a uma variedade de contextos ao longo da história, abrangendo diferentes períodos e abordagens políticas, econômicas e sociais. Na realidade, a modernização é um conceito amplo que descreve a adoção de práticas e tecnologias mais recentes para impulsionar mudanças em várias áreas da sociedade. O período da Ditadura Militar no Brasil, que ocorreu entre 1964 e 1985, de fato envolveu medidas de modernização em alguns aspectos, mas também foi caracterizado por restrições às liberdades civis, repressão política e violações dos direitos humanos

⁷ No século XVIII, conforme Suassuna (2005, p. 44-45), a concepção de progresso emerge do movimento iluminista na França, originando-se de uma revolução intelectual ancorada nas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Esse discurso iluminista enfatiza a capacidade do ser humano de conquistar todos os seus desejos, almejando a busca pelo aperfeiçoamento e pelo

secundárias que tratam do nascimento do município de Petrolândia no interior de Pernambuco.

São abordadas as implicações e benefícios do programa de expansão do sistema hidrelétrico, assim como as complexas interconexões da política de reassentamento involuntário. A abordagem da história oral, adotada como referencial teórico-metodológico, permite a captação e documentação das vozes das pessoas comuns. A história oral foi empregada como metodologia para a pesquisa histórica, começando com entrevistas, passando pela gravação, transcrição, revisão pelos entrevistados e culminando na assinatura do termo de cessão de direitos.

Esse método segue a abordagem proposta por Meihy e Holanda (2007), que enriquece o estudo da história ao nos possibilitar a análise das narrativas de pessoas reais que compartilham experiências em suas memórias. Isso amplia as “possibilidades de leitura e da cultura “sanfranciscana”” (Araújo, 2005, p. 14) por meio da oralidade, revelando a visão dos reassentados sobre a cidade. Meihy esclarece que:

História oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformadas em textos escritos. Além de prezar valor documental dos resultados das entrevistas, [...] considerada a passagem do oral para o escrito. (MEIHY, 2007, p. 19)

A memória coletiva, que se manifesta por meio das recordações compartilhadas de um passado compartilhado por um grupo específico, independe dos registros (Meihy, 1994, p. 58). Durante as entrevistas, ficou evidente a satisfação e a disposição dos entrevistados para contribuir com esta pesquisa, cujo foco principal era registrar suas lembranças e

progresso. A autora também aponta para uma mudança na definição de progresso a partir do século XIX, com as contribuições do filósofo alemão Hegel e de Auguste Comte, que sustentam que a essência histórica da humanidade reside na evolução da sociedade, das artes, das ciências e das técnicas ao longo do tempo.

experiências pessoais. Esses registros são baseados apenas no que cada indivíduo lembrou, com o objetivo de enriquecer a história da cidade.

Foram realizadas entrevistas com nove pessoas, sendo oito mulheres e um homem, cujas informações seguem: Dona Izabel Ferraz Pires, 91 anos, aposentada e solteira, Maria Pereira da Silva Neta, 66 anos, professora aposentada, Espedita Jacobina Ramalho, 101 anos, aposentada e viúva, Adailda Maria de Jesus, 68 anos, aposentada e viúva, Alzira Albuquerque Cruz, 91 anos, aposentada e viúva, Cleonice Benigno dos Santos, 68 anos, aposentada, Luiz Menélio de Sá, 80 anos, aposentado e casado, Lusmar Menezes de Sá, 79 anos, aposentada e viúva, Erileide Maria da Silva Lima, 62 anos, aposentada e casada.

A seleção desses entrevistados foi baseada em sua residência na antiga Petrolândia, representando diferentes classes e localidades, incluindo a agrovila na área urbana, os sítios e participação na ocupação de 1986. A escolha foi fundamentada na transmissão oral das memórias dos mais velhos, focalizando em suas experiências na cidade antiga, destacando o que viveram, amaram e lutaram, Rech (2026). Esses indivíduos carregam consigo vivências únicas que contribuem significativamente para a história de Petrolândia, oferecendo uma perspectiva única que raramente pode ser encontrada em livros, mas sim na memória daqueles que viveram naquela época na cidade antiga.

Quando examinamos a vida cotidiana e as práticas culturais dos reassentados, fica evidente a forte ligação entre esses moradores e o rio São Francisco. Essa relação se torna clara ao considerarmos a distinção entre o “tempo da natureza e o tempo do relógio” (Thompson, 1998, p. 268). Dentro dessa perspectiva, os agricultores das comunidades vizinhas e da própria cidade de Petrolândia dependem do rio para suas atividades diárias, usando suas águas para irrigação e para abastecer suas criações.

É crucial destacar que a ocupação da usina está intrinsecamente ligada à história das classes sociais e das pessoas comuns, como abordado por Hobsbawm (1998) na história social. Essa abordagem envolve considerar os conceitos de classe social, bem como as experiências cotidianas e culturais, a partir de locais de memória (Pollak, 1992). Os entrevistados

relatam com fervor suas experiências no movimento dos trabalhadores rurais e as conquistas alcançadas com a paralisação, ao mesmo tempo em que relembram a infância, quando o rio fazia parte de seu cotidiano.

É fundamental ressaltar o poder da memória coletiva, pois ela é uma questão central nas sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, nas classes dominantes e dominadas, que lutam pelo poder ou pela sobrevivência (Le Goff, 2013, p. 435). A memória coletiva faz parte da tradição oral e cria um vínculo entre o entrevistado e a pesquisa. As entrevistas carregam uma memória coletiva que interage constantemente com as recordações individuais, formando suas experiências na cidade. Como afirma Bosi (1994), “cada grupo vivencia o tempo de forma diferente: o tempo da família, [...] da escola, o tempo do escritório [...] em contextos distintos” (Bosi, 1994, p. 418).

Ao utilizar entrevistas orais, o historiador se compromete com a tarefa desafiadora de explorar o terreno complexo e subjetivo da memória, como enfatizado por Bosi (1994), contrastando com as fontes documentais. Nesse contexto, o historiador precisa abordar o passado de forma individualizada, conectando-o às questões sociais, porém dando destaque às percepções pessoais de cada entrevistado, uma vez que as entrevistas selecionadas refletem experiências e vivências diversas.

Narrar a história da velha Petrolândia e focar nas mudanças ocorridas na cidade a partir da construção da barragem de Itaparica possibilitou a busca e adequação aos conceitos da historiografia, atendendo aos aspectos da memória e da história local por meio da análise das consequências e benefícios da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, empreendimento realizado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Além disso, foram consideradas as implicações decorrentes da intervenção do Estado e sua relação com a população local no período entre 1943 e 1988.

No capítulo “A modernização no Nordeste entre 1940 a 1988” está subdividido em três subcapítulos. Inicialmente são expostos os processos de modernização no Nordeste a partir de uma política governamental para o desenvolvimento da região através da criação de autarquias com o intuito de acabar com a seca e industrializar o Nordeste. Nesse contexto, o objetivo do

Estado é ampliação do setor energético e aproveitamento do potencial do rio São Francisco, usando os recursos hídricos com foco na irrigação.

Em o “O Vale do São Francisco” apresenta os diversos nomes dado ao Rio São Francisco, o maior rio do Nordeste no médio e o baixo curso e de grande relevância na vida regional, sendo o principal do Brasil. É partir do Rio São Francisco que as pequenas cidades surgem no interior do Nordeste, como foi o caso da cidade de Petrolândia. Os vaqueiros da região construíam currais de boi durante o período de seca onde conduziam o gado até os bebedouros nas proximidades do rio. Da década de 60 o Imperador D. Pedro II idealizou unificar economicamente o médio ao baixo São Francisco para fins comerciais através de uma via férrea contemplando a cidade de Petrolândia. Nesse período D. Pedro II abre espaço para o estudo e criação de projetos para construção de uma usina em Paulo Afonso (BA) o projeto foi retomado em 1913 por Delmiro Augusto da Cruz Gouveia. Com o estímulo das políticas de construção de grandes barragens no decorrer dos anos 1970, Petrolândia teve sua sede atingida com o projeto da barragem de Itaparica.

No subcapítulo “As Políticas Públicas na Ditadura” é abordada a ampliação no setor energético que gerou um endividamento público de US\$ 18,2 bilhões no período da ditadura militar e os impactos ambientais e sociais causados a população atingida. Apesar dos problemas, o período contribui para criação de leis e órgãos responsáveis por ações ambientais. O subcapítulo seguinte “O projeto urbanístico da CHESF”, aborda desde a escolha do lugar para a construção da cidade e o processo de remanejamento da população petrolandense para a nova cidade.

O capítulo “Memórias e Histórias” está dividido em dois subcapítulos. O primeiro “Terra às margens de um rio, Petrolândia” foi elaborado a partir das entrevistas feitas com os moradores da velha cidade, relatando suas vivências e suas angústias com a mudança para a nova cidade pela construção da barragem de Itaparica. O subcapítulo “A paralisação e ocupação em 1986” relata o atraso no projeto de reassentamento que gerou manifestações da população rural e o apoio do Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio

São Francisco nas negociações entre CHESF e atingidos até a paralisação da obra.

O último capítulo “A política de reassentamento involuntário” está separado em dois subcapítulos. Em “Ganhos e perdas”, evidencia a adaptação da população na nova Petrolândia, lugar que passou ser substituído da antiga, representando o que foi abandonado. Em contrapartida, a população petrolandense se orgulha da força dos movimentos sociais que obtiveram o reassentamento dos trabalhadores rurais cujos ganhos resultaram da paralisação da usina. Atualmente, Petrolândia é destaque no turismo sendo conhecida pela igreja submersa fazendo parte da rota turística das ilhas e lagos do São Francisco em parceria com o Ministério do Turismo/Embratur.

Para realizar esta pesquisa de forma eficaz, foi crucial registrar as memórias dos moradores da antiga Petrolândia, compreendendo suas lembranças e experiências que moldaram tanto a velha quanto a nova cidade. Cada período histórico é marcado por eventos e contextos únicos, tornando essencial documentar as memórias daqueles que testemunharam as mudanças em Petrolândia. Dessa forma, as gerações passadas têm suas histórias preservadas e transmitidas para as futuras. As entrevistas envolvem um processo de recordação que valoriza pessoas reais, revelando suas trajetórias de vida e seu papel como criadores e protagonistas de uma cidade que gradualmente vê sua história ser esquecida.

Além disso, é importante ressaltar que a preservação das memórias não se limita apenas ao aspecto individual, mas também contribui para uma compreensão mais profunda das transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais a comunidade de Petrolândia passou ao longo do tempo. Essas entrevistas não apenas documentam o passado, mas também lançam luz sobre as lutas, conquistas e desafios enfrentados pelos moradores, especialmente diante das mudanças drásticas provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e o consequente deslocamento da população.

2 A MODERNIZAÇÃO NO NORDESTE ENTRE 1940 - 1988

O início do processo de modernização no Nordeste foi lento, concentrando-se nas adversidades associadas a períodos prolongados de seca e na decadência da produção de cana-de-açúcar. Apesar de ainda não ter alcançado um *status* de região industrializada, a relevância do Nordeste remonta à época da colonização portuguesa no Brasil, quando serviu como território de colonização e contribuiu economicamente por meio do cultivo de cana-de-açúcar no século XVIII e do algodão no século XIX, impulsionando seu crescimento local (Furtado, 1981). Além de seu impacto cultural proeminente em áreas como música, dança e história, o Nordeste também testemunhou séculos de concentração de capital nas mãos de oligarquias rurais, aproveitando-se dos longos períodos de seca.

Refletir sobre o processo de modernização no contexto das ciências humanas demanda uma investigação profunda para esclarecer conceitos e estabelecer modelos que orientem a criação de ferramentas analíticas capazes de acompanhar as transformações em curso. Nesse sentido, essa reflexão propõe contribuir inquirindo sobre o uso de fontes orais e da memória coletiva para a formulação de políticas socioeconômicas voltadas para a transformações históricas ocorridas no processo de modernização do Nordeste.

O processo de "modernização"⁸ resulta na configuração de diferentes espaços, objetos e territórios (Holanda, 2007, p. 41), o que também pode

⁸ O texto em questão aborda o processo de modernização e seus impactos nas populações locais, destacando que essa modernização pode gerar tanto efeitos positivos quanto negativos. No entanto, ressalta a importância de compreender as razões por trás dessa modernização rápida, que muitas vezes resulta na propagação de estereótipos sobre a região Nordeste. De forma crítica, podemos observar que esse processo de modernização frequentemente prioriza interesses econômicos e políticos em detrimento das necessidades e realidades das comunidades locais. Além disso, a disseminação de estereótipos pode contribuir para a marginalização e subestimação das potencialidades e diversidades da região, perpetuando desigualdades e injustiças sociais. Assim, é fundamental uma análise aprofundada e crítica desses processos de modernização para garantir que sejam orientados por princípios de equidade, sustentabilidade e respeito às particularidades culturais e sociais das populações locais.

acarretar impactos tanto positivos quanto negativos nas populações locais. Portanto, é de suma importância compreender as razões subjacentes a essa modernização urgente que culminou na propagação de uma imagem estereotipada da região Nordeste.

Os projetos de desenvolvimento enfrentaram desafios significativos devido aos inúmeros problemas que assolam o Nordeste, com a seca e seus impactos afetando a região de maneira recorrente. A seca⁹ é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento nordestino, sendo um constante fator limitante. No entanto, é importante destacar que houve áreas que enfrentaram menor influência desse fenômeno durante a década de 1930. As áreas litorâneas, por sua vez, sofreram menos impacto devido à umidade proporcionada pelo oceano. Conforme argumentado por Celso Furtado (1984), o problema não se restringe apenas às condições climáticas, mas abrange a maneira pela qual a distribuição das propriedades fundiárias e a gestão dos recursos hídricos foram estruturadas pela atuação governamental.

De acordo com Oliveira (2011, p. 2), a região Nordeste se estabeleceu com uma triste reputação de ser constantemente assolada pela seca. Mesmo com um período de industrialização entre 1930 e 1956, o Brasil ainda enfrentava um agravamento das disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul, apontando para a necessidade premente de um planejamento mais eficaz. O Centro-Sul sempre recebeu o suporte necessário para seu desenvolvimento industrial, enquanto as diferenças entre as duas regiões se aprofundavam (Furtado, 1981, p. 14). Os investimentos não eram equitativamente distribuídos, resultando no avanço da modernização no Sul, especialmente em São Paulo, o que acentuava ainda mais as discrepâncias (Oliveira, 2011, p. 2). Conforme colocado por Lucia Lippi Oliveira:

⁹ É fundamental compreender que o fenômeno da seca representa um poderoso “comércio simbólico”, caracterizado por períodos de chuvas intensas e, paradoxalmente, pela escassez que traz consigo flagelação e miséria. Segundo Linhares, Ximenes e Monteiro (2021), essa problemática ressaltava um acentuado aumento nas disparidades regionais. Enquanto para alguns, a seca é interpretada como um “castigo divino” ou um evento natural decorrente de fatores hidráulico-climatológicos que explicam a falta de chuvas em diferentes períodos, emerge uma perspectiva que enxerga como um fenômeno social, intrinsecamente ligado às políticas desenvolvimentistas da região.

E a seca é apresentada como uma tragédia, sabe-se que vai chegar e não há nada a fazer diante do destino inexorável [...]. As secas nordestinas vêm sendo estudadas desde o século XIX e já deram ocasião a várias comissões propondo essa ou aquela solução. (OLIVEIRA, 2011, p. 2)

É fundamental ressaltar a concepção do Nordeste como uma construção cultural e social, uma noção moldada ao longo da história. De acordo com Albuquerque Junior (2011), o termo "Nordeste" não é simplesmente uma categoria geográfica direta, mas sim uma construção simbólica influenciada por interesses políticos, econômicos e ideológicos. Essa representação do Nordeste frequentemente se origina como uma produção imagético-discursiva, de conotações negativas associadas à imagem de pobreza, aridez e atraso.

No transcorrer da década de 1940, o interesse do Estado voltou-se para a região Nordeste, concebendo uma abordagem que a definia como uma "região de planejamento" (Araújo, 2005, p. 207), inserida nas diretrizes de uma política governamental. Essa perspectiva tinha como objetivo promover o desenvolvimento regional de maneira equânime e eficiente (Furtado, 1981). Sob esse contexto, a questão da seca emergiu como um fator determinante para a criação de instituições destinadas a enfrentar esses desafios.

De acordo com Silveira (2018, p. 10), durante a gestão de Getúlio Vargas, foi promulgado o "Código de Águas", que estabeleceu as diretrizes para a utilização dos recursos hídricos nas diferentes bacias territoriais, incluindo a do Rio São Francisco. Foi nesse contexto que o termo "Nordeste" emergiu no século XX para delimitar uma área dentro do Norte, na qual foram executadas ações visando combater os efeitos das secas. A partir dessas iniciativas, surgiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), fundada em 1909 por meio do decreto-lei nº 7619.

Essa instituição desempenhou um papel pioneiro na prestação de assistência à região. Em 1919, evoluiu para a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), conferindo autonomia à região e proporcionando um apoio simbólico que desencadearia um processo culminando na criação

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçando assim a demarcação entre essas distintas áreas.

Durante a segunda fase de integração comercial do Nordeste, a concentração industrial se direcionou ao Centro-Sul. Durante esse período, o Nordeste enfrentou duas severas secas: a primeira ocorreu entre 1930 e 1932, seguida por outra no período de 1940 a 1942. Esses eventos desencadearam uma significativa migração de nordestinos em direção ao Sudeste, o que levou o governo Vargas (1930-1954) a adotar novas abordagens em relação aos projetos destinados à região nordestina. Com o intuito de enfrentar os desafios impostos pela intensa seca, o Novo Estado criou em 1945 o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), substituindo a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Essa reestruturação conferiu mobilidade e recursos para a construção de açudes e outras infraestruturas no semiárido (Carvalho, 2018, p. 6).

Em 1947, durante o governo de Getúlio Vargas, foi instituída a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)¹⁰, com a finalidade de promover a expansão do setor energético no Nordeste. Essa iniciativa tomou forma e se concretizou em 15 de janeiro de 1955, com a inauguração do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. Esse projeto representou uma estratégia para enfrentar as disparidades econômicas e industriais, visando reduzir a desvantagem entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Paralelamente, no ano de 1948, foi estabelecida a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) por meio da Lei nº541. Essa entidade, atualmente denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), foi criada com o propósito de ampliar projetos voltados para o desenvolvimento regional e a exploração do potencial do rio

¹⁰ Em 4 de abril de 1944, o Ministro da Agricultura de Getúlio Vargas propôs a criação da Companhia Nacional Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) com o propósito de ser a principal agência de produção de energia para a região. Fundada em 1947, a CHESF foi estabelecida como uma sociedade de economia mista, com o governo detendo a maior parte das ações. Esse movimento ocorreu em meio a uma onda nacionalista nos anos de 1930 no Brasil e em outros países, que levou os governos a intervirem em suas economias.

São Francisco. Seu enfoque estava na utilização dos recursos hídricos, especialmente na área de irrigação.

Outro organismo de relevância instituído nesse contexto foi o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja criação foi formalizada pela Lei Federal nº.1649. O BNB desempenhou um papel crucial ao fornecer projetos de crédito voltados para microprodutores rurais, contribuindo para estimular a atividade econômica local. Segundo, Carvalho:

Em 1952, o governo de Getúlio cria o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), um órgão financeiro para apoiar a economia regional, especialmente a do semiárido, que atravessava mais uma de suas grandes secas. (CARVALHO, 2018, p. 26)

Dentro dessa nova conjuntura, a região Nordeste tornou-se a única a reunir instituições de extrema relevância para o desenvolvimento regional, entre elas o DNOCS, a CODEVASF, a CHESF e o BNB. No entanto, inicialmente, esse conjunto institucional não foi capaz de alterar as questões econômicas e sociais que perduravam desde o período de sua criação, mantendo-se até a década de 1960. Ao invés disso, criou-se um ambiente de institucionalização do que ficou conhecido como "Indústria da Seca".

Nesse cenário, as oligarquias, motivadas pelas vantagens e pelo controle local que detinham, se beneficiavam ao obter recursos estatais, bem como privilégios econômicos e políticos, sob a justificativa de combater os problemas causados pela seca. Em contrapartida, as ações e projetos implementados pela CODEVASF, CHESF e BNB demandaram um período maior para gerar os efeitos esperados. Toledo (2013) explica:

Nordeste sofreu duas grandes secas durante a década de 1950 que, além de reduzirem drasticamente a produção de alimentos da região, serviram para apontar a falha da política federal adotada até então para mitigar o problema. Tratava-se do diagnóstico simplório de que o problema da produção de alimentos no Nordeste se restringia à escassez de água e que a solução era criar instituições que ajudassem a reduzir a vulnerabilidade da região, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e o DNOCS, segundo GTDN (1967). (TOLEDO, 2013 p. 39)

A política de desenvolvimento implementada durante o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), seguida por Juscelino Kubitschek em 1956¹¹. Este último tinha como objetivo central cumprir a ambiciosa meta de transformar o Brasil em um país industrializado em um período de "50 anos em 5". Para isso, investimentos foram direcionados para a construção de estradas, a exploração de petróleo e o aumento da produção hidrelétrica. A campanha de Kubitschek foi um êxito, porém o desafio que surgia era estar à altura das expectativas geradas durante a eleição.

Nesse contexto, conforme observado por Cabral, o Brasil passava por transformações econômicas impulsionadas por novos padrões de consumo, evidenciados pela aquisição de "eletrodomésticos, carros" e outros produtos "industrializados em geral" (Cabral, 2011, p. 17-34). Um dos principais empreendimentos de Kubitschek era a construção da nova capital, Brasília, um projeto que gerava críticas e que incomodava o presidente. Para Celso Furtado, a época representava uma fase crucial de reconfiguração econômica e social no Brasil.

O presidente Kubitschek acompanhava essa evolução com o nervosismo de quem teme ser forçado a desviar energias da frente principal de luta, que era a construção da nova capital. Ele se sentia incomodado ao ver-se relegado a segundo plano. Os governadores recém-eleitos falavam uma linguagem "desenvolvimentista", seguramente derivada dos próprios discursos do presidente, mas dirigida contra ele, e dando mais acento ao social. O Nordeste seria o maior "problema nacional", e a construção de Brasília em nada contribuía para minorá-lo (FURTADO, 2014, p. 172).

¹¹ Durante o governo de Getúlio Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, foi implementada uma política de desenvolvimento que visava promover o crescimento econômico e industrial do Brasil. Esse período ficou conhecido como a Era Vargas e foi marcado por intervenções estatais na economia, com a criação de diversas empresas estatais e programas de desenvolvimento, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobras. Já durante o governo de Juscelino Kubitschek, que iniciou em 1956, houve a implementação do Plano de Metas, um ambicioso programa de desenvolvimento que tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico do país em diversos setores, como energia, transporte, indústria e agricultura, Furtado (2014). Esse plano foi marcado pela construção de grandes obras de infraestrutura, como a rodovia BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) e a construção de Brasília, a nova capital federal. Portanto, a política de desenvolvimento implementada durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foi caracterizada por intervenções estatais e investimentos em infraestrutura e industrialização para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil.

No contexto mencionado, a expressão de "descontentamento social" se manifestou de maneira proeminente, especialmente entre os estratos da classe média, como observado por Furtado (2014, p. 172). Isso se deu devido ao fato de que os recursos destinados à construção de Brasília poderiam ter sido alocados para políticas sociais, particularmente nas áreas públicas do Nordeste que demandavam investimentos urgentes. A abordagem de Celso Furtado concentrou-se em um projeto nacional viável de desenvolvimento para o Brasil, dentro da perspectiva desenvolvimentista (Berhorst, Cypher, Berhorst, 2015, p. 9).

Em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek convocou sua equipe e estabeleceu o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que era liderado por Celso Furtado, então um dos diretores do BNDE. O propósito dessa iniciativa era implementar ações concretas para abordar os complexos desafios enfrentados pela região Nordeste do Brasil. Três anos mais tarde, Kubitschek lançou a Operação Nordeste (OPENO) e criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), com a liderança de Celso Furtado.

Esse esforço, conhecido como Operação Nordeste e parte da Meta 31 do plano de governo, teve como objetivo central sanear os problemas enfrentados por essa região, que estava caracterizada principalmente pela seca e suas ramificações. Como parte dessa iniciativa, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, pela Lei nº. 3.692 em 1959. A SUDENE tinha a finalidade de acelerar os processos de industrialização, estimulando a modernização da agricultura regional, promovendo a reforma agrária e freando a migração para o Sudeste e Sul do país, além de impulsionar a criação de empregos no setor industrial. Durante esse período, os projetos de industrialização na região Nordeste foram considerados cruciais para o crescimento socioeconômico do Brasil e para o desenvolvimento regional, como destacam Almeida e Araújo:

Paradoxalmente, a Sudene contribuiu diretamente para que esse processo se consumasse nos padrões de verticalização e dependência da economia nordestina em relação à hegemonia burguesa do Sudeste do país, concentrada no entorno de São Paulo. [...] o Nordeste assumiu uma “nova função” no processo de

complementaridade da acumulação de capital em favor da burguesia industrial do Sudeste. (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004, p. 110)

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) desempenhou um papel de destaque ao promover esforços coordenados entre diversas instituições federais em prol do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Operando como uma autarquia, a SUDENE se distanciou dos interesses oligárquicos que frequentemente afetavam a região, criando um ambiente propício para impulsionar mudanças significativas nas estruturas socioeconômicas. Além disso, a SUDENE assumiu um papel crucial ao fomentar a modernização da economia nordestina. Suas ações não apenas visavam mitigar os efeitos da seca e das desigualdades regionais, mas também buscavam promover a industrialização, a infraestrutura e a geração de empregos na região. Através de suas políticas e investimentos, a SUDENE desempenhou um papel vital na transformação econômica e social do Nordeste brasileiro, contribuindo para o crescimento e a diversificação da economia da região.

Apesar de sua importância, desde seu início, a atuação da SUDENE encontrou limitações devido à influência de grupos associados à burguesia agrária, composta por "senhores do açúcar, do cacau e dos açudes" (Furtado, 2014, p. 180), que acreditavam deter o controle sobre a região Nordeste. Esses interesses conservadores desempenharam um papel no apoio ao golpe de 1964. Enquanto, na época, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) era controlado por coronéis locais, a SUDENE emergiu como uma tentativa de modificar essa dinâmica, buscando promover o desenvolvimento na região e equilibrar as forças políticas entre Pernambuco e Ceará, onde estavam sediadas essas instituições.

Apesar dos desafios enfrentados, a SUDENE conseguiu assegurar um total de investimentos de aproximadamente 115 bilhões de cruzeiros em 1963. Isso demonstra a capacidade da autarquia de alcançar resultados significativos, mesmo em meio a adversidades. Como destacado por Celso Furtado, esses esforços contribuíram para moldar o cenário regional e impactaram de maneira efetiva o desenvolvimento da região Nordeste:

Dos recursos da Sudene, 78% correspondiam a investimentos diretos, e 22%, a subsídios fiscais concedidos ao setor privado. Dos investimentos diretos, 55,7% foram para as obras de infraestrutura, 10%, para a agricultura e o abastecimento, e 11%, para pré-investimentos ligados ao fator humano e ao levantamento de recursos naturais. (FURTADO, 2014, p. 277)

Aproximadamente 86 projetos, dos recursos disponíveis, estavam associados ao setor industrial, englobando setores como têxtil, alimentos, metalurgia, rodovias e linhas de transmissão, que estabeleciam uma conexão entre Paulo Afonso (BA) e Natal (RN). Na década de 1970, uma nova fase se iniciou, marcada pela continuidade do crescimento regional através dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), executados entre 1975 e 1979. Este plano direcionou investimentos tanto na indústria quanto em infraestrutura, resultando em uma expansão com uma taxa anual de crescimento de 9,4%. Almeida (2004) destaca que a década de 1980 trouxe desafios, com uma desaceleração econômica agravada pela crise fiscal e financeira que atingiu o Brasil, resultando em uma taxa de crescimento regional reduzida para 4,3%.

No intervalo entre os anos de 1970 e 1988, os indicadores sociais apontam para progresso e avanço na região Nordeste. Era necessário estabelecer formas de garantir uma maior segurança econômica e investir na economia empresarial. De acordo com Almeida (2004), a modernização implementada nesse período exerceu influência na configuração política regional, ao mesmo tempo em que promoveu autonomia em diversos setores econômicos. O foco estava na redução das disparidades socioeconômicas, consolidando a região Nordeste como uma força ascendente e contribuindo para sua afirmação como um polo robusto em termos de desenvolvimento.

Esses processos de desenvolvimento econômico, embora possam trazer avanços em termos de infraestrutura e crescimento industrial, muitas vezes geram desigualdades sociais e econômicas para a população. A concentração de investimentos em determinados setores e regiões pode

deixar outras áreas marginalizadas, aumentando as disparidades socioeconômicas. Além disso, a falta de políticas adequadas de distribuição de renda e de inclusão social pode resultar em exclusão e desigualdade, deixando parte da população à margem dos benefícios do desenvolvimento. Isso pode levar a um aumento da pobreza, da informalidade no mercado de trabalho e da falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento. Em última análise, o desenvolvimento econômico não é necessariamente acompanhado de desenvolvimento social, e é importante garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa e equitativa para toda a população.

2.1 O Vale do São Francisco

O Vale do São Francisco¹² está localizado nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Essas regiões são banhadas pelo rio São Francisco e seus afluentes, sendo o maior rio do Nordeste no médio e o baixo curso de grande relevância na vida regional. No dia 04 de outubro de 1510, o italiano mercador Florentino Américo Vespúcio através de uma expedição conhece a foz de um rio chamado pelos indígenas de Opara (“rio mar”) ou Pirapitinga, que foi batizado de São Francisco em homenagem ao dia do santo católico. “Do planalto da Borborema recebe tributários

¹² A ocupação histórica do Vale do São Francisco, segundo Suassuna (2005), remonta a um período em que povos indígenas estabeleciam suas moradias na região. A perspectiva de desenvolvimento delineada pela pesquisadora pode ser dividida em três fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela apropriação das terras por parte dos fazendeiros colonizadores. A segunda fase é marcada pela instauração das vias férreas e rodoviárias, além da implementação de projetos de irrigação conduzidos pelo DNOCS. Por fim, a terceira fase engloba o progresso em termos energéticos, o avanço da agricultura irrigada e o processo de industrialização na região. A denominação “Vale do São Francisco” deriva do rio São Francisco, um dos principais rios do Brasil. Esse nome foi atribuído pelos colonizadores portugueses (MARTÍN, 1998, p. 01) em reconhecimento à sua importância geográfica e histórica. Com o tempo, a nomenclatura foi expandida para abranger a região circundante ao rio e seus afluentes, consolidando-se como uma designação geográfica de relevância para a área.

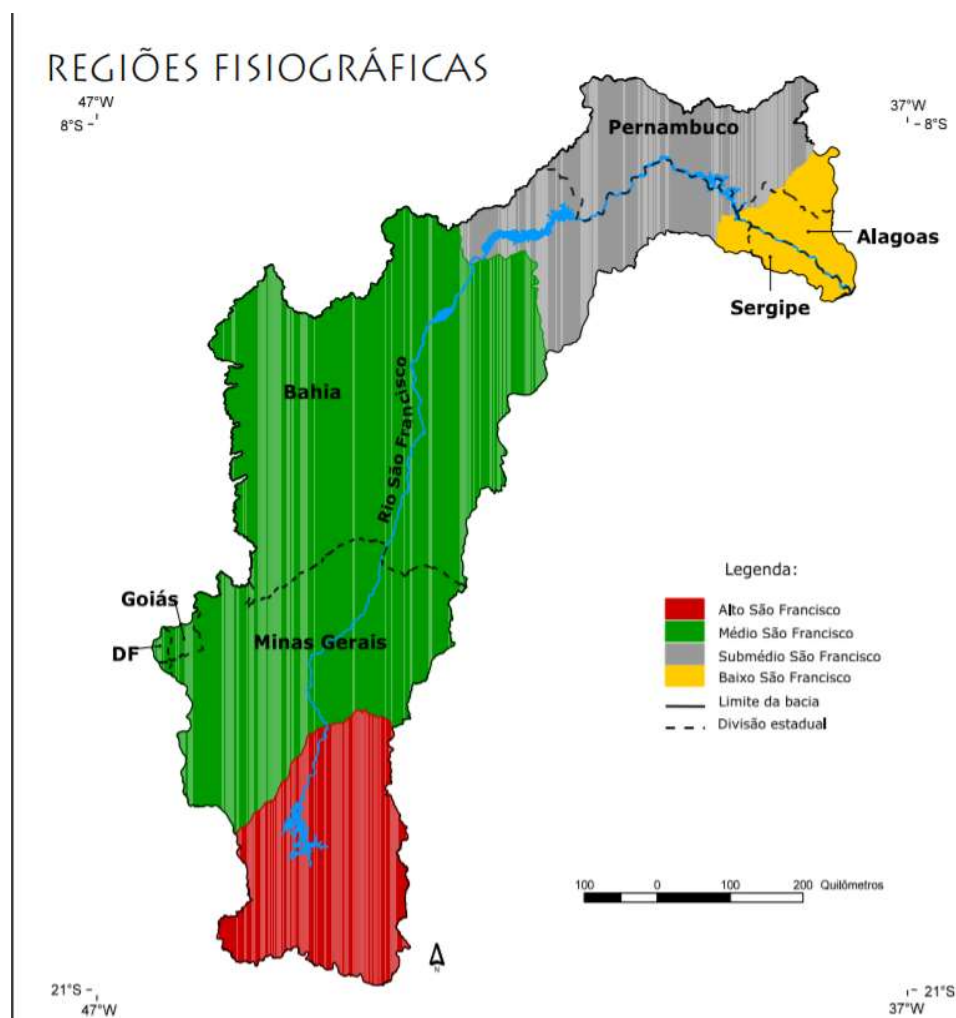
temporários de Pernambuco e Alagoas: o Pajeú e o Moxotó” (Martín, 1998, p. 01) diversificadas etnias viviam as margens do rio naquele período, atualmente, os:

[...] os Pankararú, Atikum, Kimbiwá na margem pernambucana, os Truká da ilha da Assunção e os Kiriri, Tuxá e Pankararé, na Bahia, são remanescentes daquelas populações que, em levas sucessivas, foram ocupando o médio e baixo vale sanfranciscano a partir do oitavo milênio a.C. (MARTÍN, 1998, p. 01)

O Vale do São Francisco, com sua terra fértil, é conhecido como a maior região com fornecimento contínuo de água para os habitantes que residem às suas margens. Além disso, destaca-se pelo uso para irrigação e como fonte de energia por meio de usinas hidrelétricas. O Rio São Francisco desempenha um papel crucial no cenário brasileiro, atravessando sete estados e percorrendo biomas diversos, do cerrado à caatinga. Responsável pelo crescimento de partes das regiões Nordeste e Sudeste, o rio é essencial para a identidade geográfica e econômica do país. Aproximadamente 56% de sua extensão está dentro do Polígono das Secas¹³, uma área de cerca de 640.000 km², segundo dados da CODEVASF (1996), coletados em 1975. O rio é dividido em quatro segmentos principais: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco (conforme ilustrado na Figura 1).

¹³ O Polígono das Secas é uma área geográfica que abrange parte do território nordestino do Brasil, caracterizada por condições climáticas áridas ou semiáridas e pela ocorrência frequente de estiagens prolongadas. Essa região é marcada por uma distribuição irregular de chuvas e enfrenta períodos prolongados de seca, o que resulta em dificuldades significativas para a atividade agrícola e para a população que depende da agricultura como principal fonte de subsistência. O Polígono das Secas abrange uma área extensa e inclui partes dos estados do Nordeste, como Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e parte de Minas Gerais.

Figura 1 - Unidades hidrográficas de referência e divisão fisiográfica da Bacia do Rio São Francisco



Fonte: (HERMUCHE, 2002, p. 39)

É importante salientar que as divisões fisiográficas, foram criadas a partir do homem em sociedade. Essas divisões são importantes para compreendermos as características de cada região, tanto geográfica como nas questões socioculturais e suas diferentes características (Albuquerque Júnior, 2011). A partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1930, foi possível fazer uma delimitação das regiões valorizando as diferenças geoeconômicas e dividindo o Brasil em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e centro-Oeste. Através do rio São Francisco nos séculos XVI e XVII os europeus conseguiram explorar o território brasileiro em busca

de ouro e pedras preciosas melhorando as formas de navegação e rotas. A chegada dos europeus no litoral pernambucano atraiu colonizadores para a hinterlândia¹⁴, motivados pela necessidade de terras de fortalecimento dos engenhos e pela pecuária, alcançando o Vale do Rio São Francisco que recebeu vários apelidos como: o Rio dos Currais, Rio Lendário, das Barbas Brancas, Condensador de Gente, Velho Chico, que fornecia água para irrigação dos canaviais, criação do gado e para o sustento.

O recrutamento migratório penetrou pelo Vale do São Francisco ao sul e pelos Vales do Açu no Rio Grande do Norte, do Apodi-Mossoró e do Rio Jaguaribe no Ceará, dando origem aos currais, ou fazendas ao longo dos rios dividindo as sesmarias. Sendo mais acessível a navegações por embarcações de pequeno e grande porte descendo “o São Francisco na cachoeira de Paulo Afonso do que o Amazonas indo de Tabatinga ao mar” (Abreu, 1998, p. 15) assim cidades no interior nordestino como Floresta e Jatobá surgiram através dos currais de bois construídos pelos vaqueiros que conduziam o gado durante a seca aos bebedouros.

A cidade de Petrolândia nasceu de um simples bebedouro para o gado que pastava nas redondezas no século XVIII, que ficava ao lado de vários jatobazeiros¹⁵ nas fazendas de Brejinho da Serra e de Fora, que durante um

¹⁴ "Hinterlândia" é um termo que remete à “terra de trás” de uma cidade ou porto, originário da língua alemã. Essa expressão também é utilizada para descrever regiões menos desenvolvidas, muitas vezes sendo sinônimo de sertão ou áreas menos desenvolvidas. Na geografia, esse conceito se refere a uma área que engloba municípios próximos a um porto, os quais estão conectados por uma rede de transporte que facilita o recebimento e envio de mercadorias, o que, por sua vez, pode resultar em uma concentração significativa de atividade econômica. Um exemplo é Petrolândia, que pode ser considerada uma hinterlândia devido à sua inclusão na malha ferroviária, como é o caso de Petrolândia de Jatobá. Nesse contexto, a ideia é que Petrolândia esteja situada na retaguarda de um porto ou centro econômico, estando interligada por vias de transporte, como ferrovias, o que favorece a troca de bens e o desenvolvimento econômico da região.

¹⁵ O "*Hymenaea courbaril*", conhecido popularmente como jatobá-verdadeiro, jatobazeiro, jatobá ou simplesmente jatobá, é uma árvore pertencente à família das fabáceas. Esta espécie arbórea desempenha um papel dominante nas florestas estacionais semidecíduais submontanas. Reverenciada como sagrada pelos povos indígenas, o fruto do jatobá era ofertado em rituais devido à crença de que ele proporcionava equilíbrio espiritual. A distribuição do jatobá abrange uma vasta área geográfica, estendendo-se do sul do México e das Antilhas até abranger grande parte da América do Sul. No Brasil, pode ser encontrado desde as regiões norte até o Sudeste, adaptando-se a diversos biomas, como a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica e o Pantanal. Além disso, a árvore está sendo introduzida em outros locais ao redor do mundo, incluindo China, Costa do Marfim, Indonésia,

século o espaço era conhecido e frequentado somente pelos vaqueiros que passavam para fazer negócios e chamado de “bebedouro de Jatobá” (Menezes, 2014, p. 1). Em 1859 o Imperador D. Pedro II em suas viagens pelo Norte do Brasil ficou encantado ao conhecer a cachoeira de Paulo Afonso, e passou a nutrir a ideia de unificar economicamente do Médio ao Baixo São Francisco através de uma via férrea. Colocando o plano em execução em 1877 devido à seca no Norte, beneficiando primeiramente a província de Alagoas, seguindo para a cidade de Jatobá, em Pernambuco no total de 115,136 quilômetros de malha ferroviária.

No período entre 1881 e 1883, foi inaugurada a estação de trem na Província de Alagoas, em localidades como Olhos D’água do Casado, Talhado, Pedra (atual município de Delmiro Gouveia), Sinimbu, e seguindo para Pernambuco, passando por Moxotó, Quixaba e Jatobá. Essa expansão ferroviária desempenhou um papel crucial no desenvolvimento comercial do Sertão, promovendo o intercâmbio de bens e impulsionando a economia regional.

A inauguração da estação de trem em Jatobá, em julho de 1883, estabeleceu uma importante conexão ferroviária que se estendia até Paulo Afonso, na Bahia, e até Alagoas. Esse novo meio de transporte não apenas facilitou o acesso a outras regiões, mas também contribuiu significativamente para o crescimento populacional de Jatobá, que foi elevado à categoria de vila em 1887.

O trem partia de Jatobá pontualmente às sete horas da manhã das terças-feiras e chegavam às dezessete horas na quinta-feira em Piranhas, percorrendo uma rota que despertava a curiosidade e o interesse por onde passavam, anunciando sua chegada com o característico apito que ecoava pelas paisagens sertanejas. Esse sistema ferroviário não apenas facilitava o transporte de pessoas e mercadorias, mas também desempenhava um papel

simbólico na conexão entre comunidades e no estabelecimento de novos centros urbanos ao longo das linhas férreas.

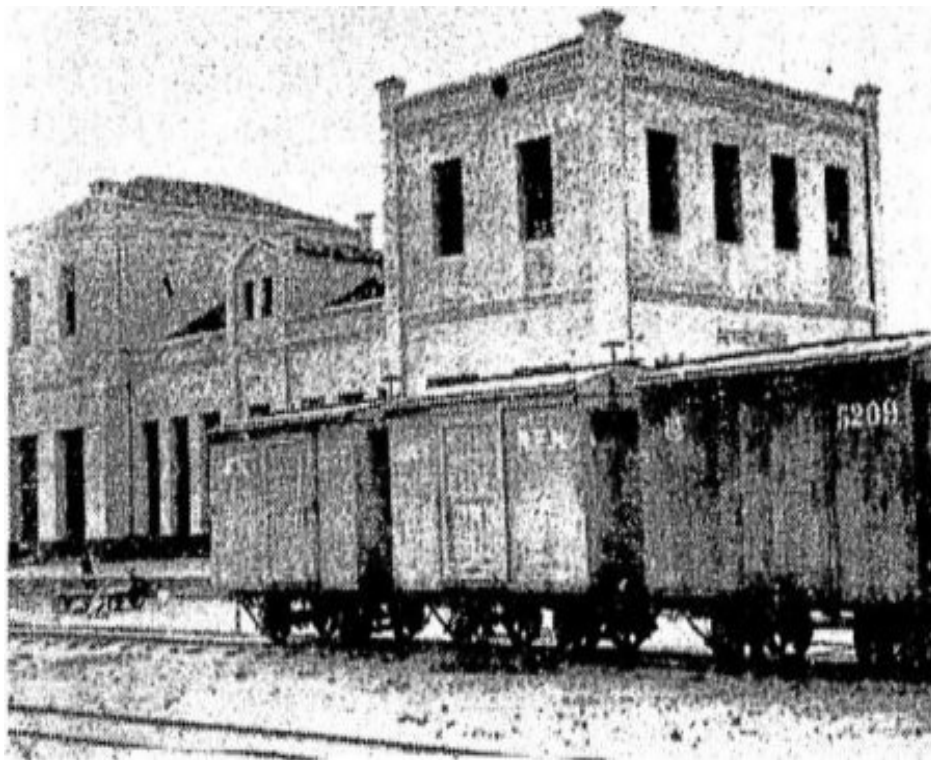
A implantação da ferrovia e o consequente crescimento populacional desencadearam uma série de transformações na estrutura e na administração municipal. Em 1913, a Lei Estadual nº 991 elevou Jatobá à categoria de cidade, refletindo o desenvolvimento econômico e social impulsionado pela expansão ferroviária e pelo aumento da população na região.

Entretanto, por questões políticas, em 1926, a Lei Estadual nº 1.830 transferiu a sede do município de Jatobá para Tacaratu, provocando uma reorganização administrativa e territorial que impactou significativamente a comunidade local. Essa mudança repentina gerou debates e controvérsias sobre os rumos do desenvolvimento regional e a distribuição de recursos e poder entre as diferentes localidades.

Posteriormente, em 1935, a Lei Estadual nº 12 promoveu uma nova alteração, renomeando Jatobá para Itaparica. Essa mudança de denominação reflete não apenas aspectos burocráticos, mas também implicações simbólicas e identitárias para os habitantes locais, que viram o nome de sua cidade ser modificado, influenciando sua percepção de pertencimento e história comunitária.

Foi somente em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 952, que Petrolândia emergiu como uma cidade independente, desmembrando-se definitivamente de Tacaratu (conforme dados do IBGE - 1958). Essas mudanças na denominação e na organização das cidades eram frequentemente motivadas pelo crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Os municípios competiam por recursos orçamentários, uma vez que o tamanho de um município impactava diretamente na arrecadação de impostos. Essa dinâmica de mudanças é evidenciada no calendário oficial de datas históricas dos municípios de Pernambuco: o topônimo Petrolândia é um híbrido do latim Petrus com lândia, da desinência anglo-saxônica land (terra). É uma homenagem ao imperador Pedro II, significando “Terra de Pedro. (Condepe/Fidem, 2006, p. 13)

Figura 2 – Estação de trem em Petrolândia em 1959



Fonte: (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XVIII, 1958)

A imagem apresenta um cenário notável - um trem na Estação de Petrolândia, capturada em 1959 (figura 2), durante uma época em que esse trem realizava viagens semanais até Piranhas, no estado de Alagoas. À margem esquerda do rio, ficava o antigo Cais, que durante o período do Império abrigava um ambicioso projeto: a conexão do sistema fluvial do Rio São Francisco com o oceano.

No entanto, esse projeto grandioso não obteve êxito, pois enfrentou desafios intransponíveis. A ambição de Dom Pedro II de utilizar o curso d'água na região das cachoeiras de Itaparica e Paulo Afonso não pôde ser concretizada. Mesmo assim, essa imagem icônica nos transporta a uma época em que grandes visões e projetos estavam sendo concebidos e explorados, marcando a história da região.

Figura 3 – Cais Dom Pedro II



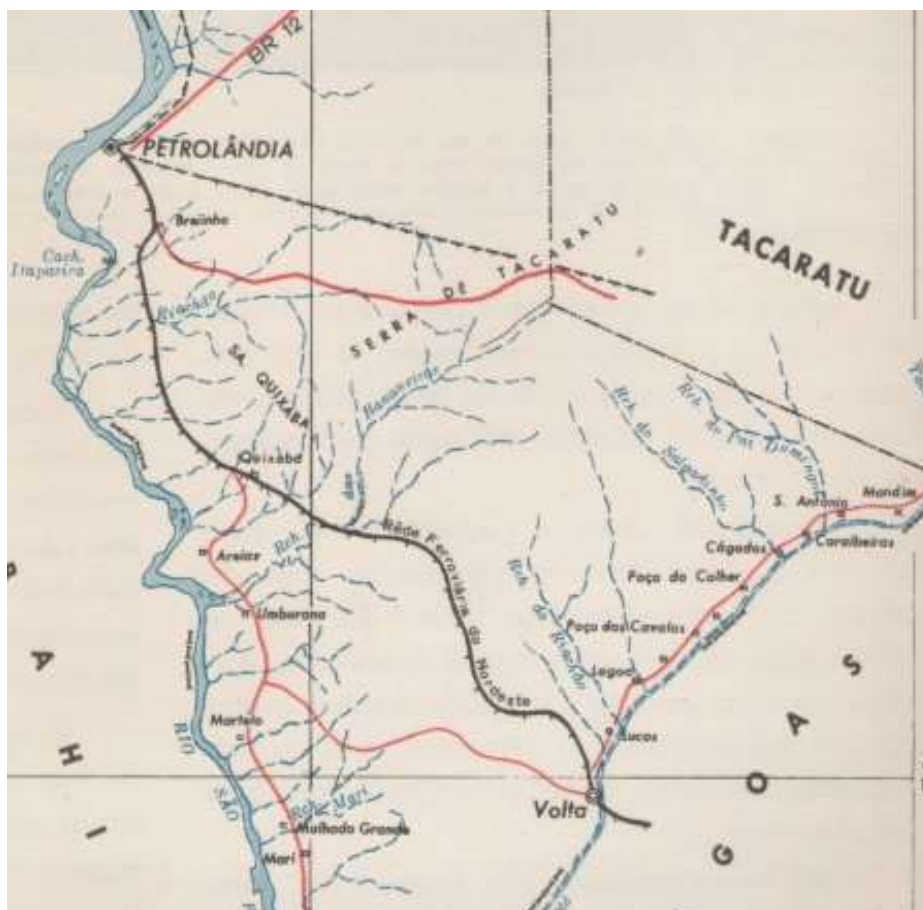
Fonte: (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XVIII, 1958)

O Cais situava-se nas proximidades da estação ferroviária, conforme evidenciado na foto, embora já apresentasse sinais de abandono (figura 3). Entretanto, naquela época, a ferrovia ainda mantinha sua operação ativa. Petrolândia está estrategicamente localizada no contexto da malha ferroviária do Nordeste, precisamente a 115 quilômetros do município de Piranhas, em Alagoas. A economia da cidade é impulsionada principalmente pela agricultura, pecuária e silvicultura, envolvendo o cultivo de produtos como algodão, feijão, mandioca e milho.

Antes do advento das ferrovias e da expansão das estradas terrestres, a região confiava principalmente em meios de transporte como cavalos, burros e canoas para a locomoção. Essa imagem histórica nos transporta a uma época em que Petrolândia estava no centro das atividades ferroviárias,

desempenhando um papel vital no desenvolvimento econômico e no transporte da região.

Figura 4 – Mapa da Malha Ferroviária



Fonte: (IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. V, 1960)

O mapa parcial do município de Petrolândia apresenta a localização da Estação de Petrolândia, situada nas margens do Rio São Francisco, no canto superior esquerdo, bem como a Estação de Volta, localizada na divisa entre Pernambuco e Alagoas, no canto inferior direito, datando de 1959 (figura 4).

No período analisado, o comércio da cidade era modesto, contando com cerca de 20 estabelecimentos que incluíam padarias, bodegas, drogarias e mercearias. O desenvolvimento comercial da cidade foi ganhando forma gradualmente após a inauguração da Estrada de Ferro Paulo Afonso ao longo dos anos 30. Como apontado por Menezes (2014, p. 50), Petrolândia também sediava uma feira livre, realizada todas as sextas-feiras. Nessa feira, os

habitantes podiam encontrar uma variedade de produtos, como frutas, legumes, verduras, temperos, carnes e até mesmo utensílios de barro e palha. Esses itens provinham de diversas regiões próximas da cidade, como Brejinho, Brejo dos Padres, Moxotó, Jatobá, Piranhas e Paulo Afonso, todos conectados por meio da via férrea.

Durante a visita de D. Pedro II, destinada à inspeção das vias férreas em desenvolvimento, o monarca deparou-se com a grandiosidade da cachoeira de Paulo Afonso, situada na Bahia, revelando-lhe o vasto potencial hidrelétrico da região. Impactado por essa descoberta, ele ordenou imediatamente um estudo de viabilidade para a construção de uma usina hidrelétrica na área. No entanto, ao longo dos anos seguintes, surgiram outros projetos concorrentes, como iniciativas de irrigação e perfuração de poços artesianos em várias províncias, o que acabou por desviar a atenção e os recursos do projeto original da usina hidrelétrica.

Somente em 1890, o projeto da usina hidrelétrica foi retomado com a assinatura do Decreto nº 1.113 pelo presidente Marechal Deodoro da Fonseca, em 29 de novembro. Esse decreto autorizava o uso da cachoeira de Paulo Afonso para a produção de energia elétrica, abrangendo também os Estados de Sergipe e Alagoas. Entretanto, essa autorização acabou por caducar, e o projeto enfrentou novos obstáculos sob o governo do Marechal Hermes da Fonseca. Nesse período, o presidente rejeitou a continuação do projeto, alegando discordâncias em relação ao que havia sido solicitado naquele momento.

Em 1913, coube ao pioneiro da industrialização Delmiro Augusto da Cruz¹⁶ Gouveia a instalação da primeira usina hidrelétrica no Nordeste. Diante

¹⁶ Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917) foi um empresário brasileiro que desempenhou um papel importante no desenvolvimento industrial da região Nordeste do Brasil, particularmente no estado de Alagoas. Ele foi pioneiro na instalação de indústrias têxteis e na geração de energia hidrelétrica na região, contribuindo significativamente para a economia local. Segundo Silva (2019), Delmiro Gouveia é conhecido por ser o fundador da Companhia Agro Fabril Mercantil, que mais tarde se tornou a Companhia Agro Fabril do Nordeste (CAFENE). Ele construiu a primeira usina hidrelétrica da região Nordeste, a Usina Angiquinho, que fornecia energia para suas indústrias têxteis e para as comunidades próximas. Ele também desenvolveu a produção de linhas e tecidos, contribuindo para a diversificação econômica da região. A autoria da atuação empresarial de Delmiro enfrentou desafios e conflitos, envolvendo questões trabalhistas, competição comercial e disputas com outros empresários. Delmiro Gouveia também estava

das mudanças político-econômicas dos anos 40, a política de desenvolvimento foi crescendo e solidificando até os anos 70 (Menezes, 2014, p. 50). Realçando o plano institucional no campo das políticas públicas e no desenvolvimento das regiões do perímetro do rio São Francisco. Dando início a várias instituições federais com o propósito de erradicar a seca no Nordeste, com fracassos e sucesso.

Todas essas possibilidades e problemas a respeito do potencial hidrelétrico abre vários questionamentos, até onde as políticas públicas federais com o governo afetaram o submédio do São Francisco com a demora na implantação do projeto e como elas são inseridas? E após uma longa ausência o Estado passou de fato atuar nas regiões do semiárido nordestino em 1906, com a Inspetoria de Obras Contra Seca (IOCS), que mudou para IFOCS e depois SUDENE em 1967. Com o estímulo das políticas de construção de grandes barragens surgiu a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1954; Três Marias, em 1959; Sobradinho, 1978 e Usina Hidrelétrica, de Itaparica 1979.

A implantação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) contribuiu para o desenvolvimento na vida dos habitantes São Franciscanos, trazendo mudanças e permanências na situação econômica, ambientais e políticas na construção da história cultural. Em 1933, a CVSF foi criada seguindo um modelo norte-americano da empresa Tennessee Valley Authority (TVA) de serviços públicos de eletricidade de propriedade federal dos Estados Unidos, no governo do presidente Roosevelt inseridos no programa do *New Deal*, com o objetivo no crescimento econômico e energético transformando o Vale do Tennessee em uma grande potência agroindustrial (Silveira, 2018. P. 10). Seguindo esse modelo o Brasil acreditava que esse desenvolvimento também era possível então surge uma ideia de posse sobre os recursos da

envolvido em questões políticas e sociais da época. Sua vida e carreira foram marcadas por inovação e empreendedorismo, tendo impacto não apenas na economia local, mas também nas transformações sociais e industriais da região Nordeste do Brasil. No entanto, sua trajetória foi interrompida tragicamente em 1917, quando foi assassinado em circunstâncias que ainda geram debates e especulações.

natureza em prol de “dominar o rio para servir a nação”. Segundo Araújo (2005, p. 208, apud Baiardi, 1992, p. 65):

Em 1945, foi criada a CHESF e em 1948 a CVSF, inspirada na experiência americana do TVA (Tennessee Valley Authority), (Silveira, 1985). As prioridades da CVSF são a geração de energia, navegação fluvial e agricultura irrigada; na prática, a maior importância é dada às condições de infraestrutura. (BAIARDI, 1992, p. 65)

Outro grande marco na história do município foi a instalação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1937, que previa uma maneira hábil de agir com irrigação nas áreas caracterizadas como seca, que em 1959 ficou subordinado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em 1945 no governo Vargas durante o Estado Novo, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com o objetivo de produzir energia para o Nordeste e independência nesse setor.

Este projeto foi crescendo durante os governos militares objetivando um Brasil de desenvolvimento, introduzindo interesses econômicos nas regiões do São Francisco. Na década de 1960 e início dos anos 1970, o Estado colocava em prática o projeto de irrigação no Nordeste, criando grupos para dar suporte ao projeto de irrigação e combate à seca surge novas fundações: a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que através do Decreto – Lei nº 292, de 28/02/1967 foi transformada em SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), em 1974 através da Lei nº 6.088, o governo criou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) substituindo a SUVALE, seu projeto inicial foi criar o Primeiro Plano Nacional de irrigação (PNI).

No decorrer dos anos 1970 a CHESF chega a Petrolândia com o objetivo de construir o Reservatório de Itaparica para a manutenção da vazão do curso do rio na construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga de 834 km² com capacidade de gerar 2.500 MW em complemento com o Complexo Paulo Afonso. Para a conclusão desse projeto foi necessário a transferência de várias cidades ribeirinhas de lugar e indenizar os proprietários, de imediato foi

indispensável erguer uma vila operaria batizada de Acampamento Chesf para os funcionários e operários da barragem que ficou conhecido como “cidade livre” por ser independente de Petrolândia.

A cidade de Petrolândia foi diretamente afetada pelo Plano de Desocupação elaborado a partir de 1985. Era crucial realizar o cadastro socioeconômico das famílias atingidas pela obra, porém enfrentou-se resistência por parte dos moradores e trabalhadores rurais. A escolha da área para a construção da nova cidade enfrentou diversos problemas, como terras inadequadas para construção e plantio, além de indenizações insuficientes. Isso desencadeou movimentos de resistência liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Submédio do São Francisco. Apesar das adversidades, a CHESF e o Estado mantiveram a decisão de localização. Em resumo, tais ações resultaram em deslocamento forçado, perda de coesão comunitária, impactos socioeconômicos negativos e conflitos sociais, revelando uma negligência em relação às necessidades e interesses da população local.

2.2 As Políticas Públicas na Ditadura

A criação das instituições públicas (DNOCS, SUDENE e CODEVASF) foi um passo significativo no enfrentamento das secas, marcando um plano de assistência às pessoas afetadas por esse fenômeno. Isso aconteceu em conjunto com a atuação da Comissão Nacional de Estudos dos Problemas da Seca, que, por anos, empreendeu ações para combater as consequências das secas, evidenciando uma intervenção mais direta da União e dos estados. Essas ações abrangeram desde iniciativas de irrigação, distribuição de água através de carros-pipa, construção de cisternas até a edificação de barragens. No entanto, é essencial observar o Nordeste além de suas condições climáticas, pois as políticas públicas adotadas muitas vezes possuíam um

caráter assistencialista que acabava circulando em torno das próprias vulnerabilidades da região. Como apontado por Oliveira (2008), no final do século XIX, a problemática das secas começou a se evidenciar como uma "questão regional", com políticas assistenciais que incluíam a distribuição de cestas básicas, a construção de açudes, barragens e outras medidas. Embora tais iniciativas tenham contribuído para aliviar a escassez hídrica, ao mesmo tempo reforçaram a concentração de poder, propiciando desvios financeiros em favor de grandes proprietários de terras.

O Brasil, desde o século XIX, investiu em seu desenvolvimento energético, seguindo o padrão de crescimento econômico dos Estados Unidos. A riqueza de rios e cachoeiras e a previsão futura de escassez de alternativas fósseis foram fatores determinantes na construção de hidrelétricas para a geração de energia ao longo do século XX. Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, a produção hidrelétrica se intensificou, acompanhando um modelo de estatização do setor energético. Nesse período, a produção de energia no Brasil representou cerca de 90% da geração total. No cenário atual, essa proporção diminuiu para cerca de 60%, conforme dados do Sistema de Informação de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de 1996 (Wickert, 2008, p. 07).

A ditadura Civil-Militar (1964-1985) colaborou significativamente na ampliação elétrica no país. Cerca de 61 usinas hidrelétricas foram construídas, chegando a multiplicar sua capacidade em até sete vezes, de “4.894 MW em 1964 para 37.437 MW em 1985” (Oliveira, 2018, p. 334). Esse processo foi marcado devido a ampliação das barragens hidrelétricas, o início da construção usinas na Amazônia e Sul do país e a estatização do setor energético pela Eletrobrás criada em 1962.

Como precursora da industrialização a hidroeletricidade¹⁷ teve destaque em diferentes projetos desenvolvidos no regime militar, como a barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, a hidrelétrica binacional de

¹⁷ Hidroeletricidade: é a [energia elétrica](#) obtida através do aproveitamento da [energia potencial gravitacional](#) de água, contida em uma [represa](#) elevada. A [potência](#) gerada é proporcional à altura da queda de água e à [vazão](#) do líquido.
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hidroeletricidade>

Itaipu, na divisa com o Paraguai, a hidrelétrica de Tucuruí, na Amazônia e a usina de Ilha Solteira, rio Paraná. O desenvolvimento desse projeto só foi possível através de recursos orçamentários, contribuindo com o endividamento público de US\$ 18,2 bilhões em 1985, dos quais 88% eram responsáveis por parte da dívida externa adquirida naquele período. As ramificações sociais e ambientais também desencadearam desafios de magnitude significativa. A demora na implementação de projetos pode resultar em perturbações no ecossistema local e na biodiversidade, uma vez que a concepção e construção de barragens planejadas podem provocar impactos sobre a fauna, flora e habitats aquáticos. Embora hoje em dia esse tema seja amplamente destacado como um aspecto crucial no debate em torno da construção de usinas, nas décadas de 1970, havia pouca conscientização acerca das consequências desses projetos monumentais.

No entanto, essa percepção começou a se metamorfosear quando tanto a população local quanto a comunidade global começaram a levantar questionamentos sobre os impactos ambientais de longo prazo e os desafios associados ao destino da Floresta Amazônica. Isso desencadeou uma transformação, levando as empresas a priorizarem a realização de estudos do solo e a adoção de medidas de preservação da fauna. O Brasil passou a fazer parte de um movimento global em prol da regulamentação ambiental, alinhando-se com uma tendência observada em todo o mundo, como aponta Nathalia Capellini Oliveira:

A última década do regime militar foi também marcada pela tomada de consciência, cada vez mais difundida, sobre os impactos das atividades humanas sobre meio ambiente. Isso faz parte de um processo internacional com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 em Estocolmo, mas também nacional. (OLIVEIRA, 2018, p. 336)

Apesar dos problemas ecológicos acarretados pelo projeto desenvolvimentista durante a ditadura militar, foi nesse período que emergiram diversas leis e entidades voltadas para ações ambientais. Um exemplo é a reforma do Código Florestal, bem como regulamentações

relacionadas à caça, pesca e mineração, além da promulgação de leis que contribuíram para a criação da Política Nacional de Saneamento, em 1967. Inicialmente, em 1972, foi lançado o programa de controle de poluição, sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). No término da ditadura, ocorreu a sanção da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), efetivando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o estabelecimento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

A inserção de políticas públicas federais ocorre por meio de planejamento estratégico, alocação de recursos, aprovação orçamentária, elaboração de projetos e coordenação com os governos estaduais e outros stakeholders. Essas políticas podem ser implementadas por intermédio de órgãos governamentais, tais como o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério de Minas e Energia, além da Agência Nacional de Águas, os quais colaboram em conjunto para fomentar o desenvolvimento sustentável da região.

Na década de 1980, os impactos sociais sobre as populações locais ganharam crescente atenção pública. Até então, para lidar com essa questão, as empresas ofereciam indenizações por terras inundadas, especialmente no Norte e Nordeste, onde parte da população não possuía títulos de propriedade. Entretanto, isso desconsiderava as conexões históricas e afetivas das comunidades com o território, negligenciando suas memórias e vínculos com a terra. Segundo Sérgio Ricardo Ribeiro Lima:

Foram vários os sentimentos que permearam a mente dos atingidos, desde o sentimento de perda do lugar de trabalho e vida até o sentimento de esperança carregado de desconfiança frente às propostas e promessas acordadas com o órgão executor. (LIMA, 2007, p. 16)

Por conseguinte, o problema entre o “progresso (expansão das fontes de energia para o desenvolvimento) numa visão positivista e os impactos sociais do mesmo” (Ibidem) contribuiu na migração para as áreas urbanas, na mudança nos modos de trabalho e em problemas causados pelo difícil acesso às terras e águas ao redor das barragens. As políticas públicas federais têm

um impacto significativo na região do Submédio do Rio São Francisco, e a demora na implantação de projetos, como barragens e infraestrutura relacionada, pode ter várias consequências para essa área. No contexto do Submédio do São Francisco, que abrange partes dos estados da Bahia e Pernambuco, as políticas públicas podem afetar diversos aspectos, como irrigação, abastecimento de água, geração de energia, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental. O governo militar tinha uma abordagem de desenvolvimento que visava modernizar a economia e a infraestrutura do país, priorizando projetos de grande escala, como a construção de barragens, estradas e usinas hidrelétricas.

As pessoas atingidas foram prejudicadas e sofrem pela expropriação territorial e com indenizações injustas, irrisórias ou inexistentes que só foi possível pela “pressão da sociedade organizada em movimentos de atingidos ou ambientais” (Oliveira, 2018, p. 337). Além disso, é importante ressaltar que a participação da sociedade civil, das comunidades locais e de especialistas em tomadas de decisão também é crucial para garantir que as políticas públicas sejam bem-informadas, equilibradas e capazes de atender às necessidades da região de maneira eficaz.

2.3 O projeto urbanístico da CHESF

A construção da Usina Hidrelétrica criou um grande reservatório do lago de Itaparica, abrangendo os municípios de Petrolândia, Belém do São Francisco em Pernambuco na Bahia as cidades de Glória e Barra do Tarrachil estendendo-se por uma área de 834 km². Tornando-se a segunda maior represa do Vale do São Francisco acumulando cerca de “10,7 bilhões de metros cúbicos de água” (Santos, 2019, p. 111). No ano de 1987 inicia o processo de remanejamento da população para a nova Petrolândia como é chamada atualmente pelos moradores, finalizando em março 1988.

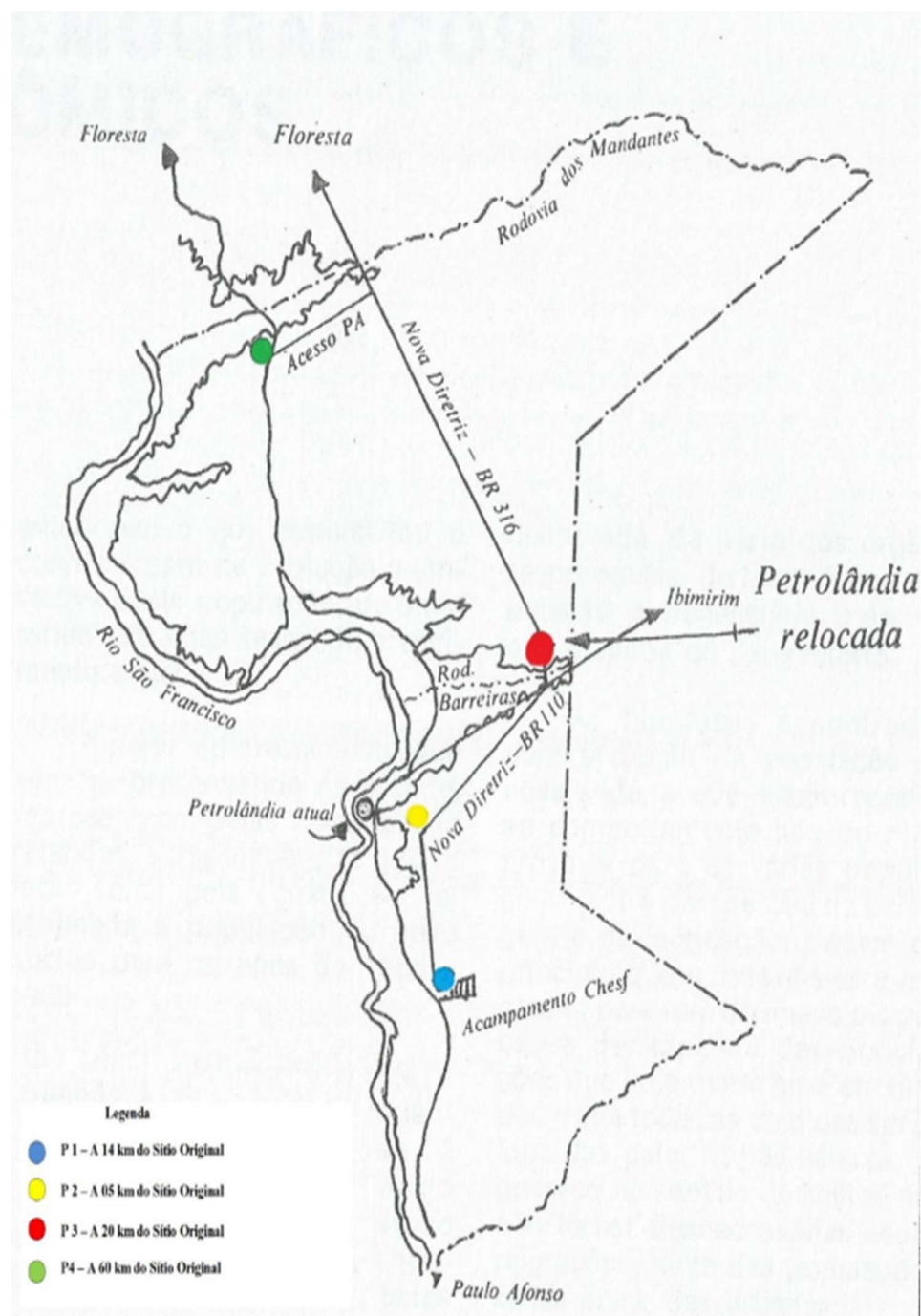
O projeto urbanístico da nova cidade foi realizado pela Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (SEHAB) em parceria com a CHESF em 08 de agosto de 1981 com o objetivo de um plano de desapropriação e do plano de reassentamento para atender as reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais do submédio. A escolha da área para a construção foi baseada na:

“[...] a proximidade da sede atual, a polarização dos municípios vizinhos, a integração do sistema viário regional, uma melhor centralização quanto ao território municipal, a topografia e o potencial agriculturável”. (PERNAMBUCO, 1986, p. 17)

Esse projeto urbanístico representa uma intervenção significativa na vida das pessoas afetadas pelo reassentamento, pois envolve não apenas questões de moradia, mas também de infraestrutura, serviços públicos e organização social. A iniciativa visa reconfigurar não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e econômicas dos reassentados. No entanto, é importante analisar criticamente como esse processo de planejamento e implementação afeta diretamente as comunidades locais, levando em consideração questões como acesso a serviços básicos, integração social, preservação da identidade cultural e participação dos afetados nas decisões que impactam suas vidas.

A CHESF, em colaboração com o Departamento de Implantação de Reservatório (DIR), apresentou quatro alternativas de localização para a construção da nova cidade, com base em estudos realizados entre 1975 e 1978. Essas opções foram submetidas à SEHAB para análise, e o local escolhido foi denominado como Sítio P-3, anteriormente conhecido como Serrote (figura 5). Este sítio, localizado no ponto mais alto à direita do lago de Itaparica, ficava a aproximadamente 20 km da antiga sede e a 1 km das rodovias BR-110 e BR-316, visando à proximidade com os municípios vizinhos.

Figura 5 – Proposta de Localização da nova Petrolândia



Fonte: (Pernambuco, 1986; SANTOS, 2019, p. 200)

Após a escolha do local, a SEHAB emitiu o Decreto Estadual nº 7.819, anunciando a construção da nova cidade de Petrolândia (Sá, 2000, p. 129). Durante o período entre 1985 e 1987, coexistiram duas cidades com o mesmo nome, com a nova cidade destinada a abrigar os habitantes da antiga cidade

que em breve seria submersa pelas águas do rio São Francisco. O processo de transferência começou em dezembro de 1986, inicialmente movendo cerca de 80 famílias para a nova cidade. Esse processo se intensificou nos meses seguintes e foi concluído em março de 1988, quando a cidade antiga foi desapropriada.

No entanto, para a população rural, um dos principais erros da CHESF foi o fato de que a remoção das populações urbanas aconteceu primeiro, sem um planejamento adequado para o reassentamento das pessoas rurais. Isso acabou criando uma divisão entre o campo e a cidade, especialmente porque as atividades econômicas da região estavam intimamente ligadas às áreas rurais. O planejamento urbano da nova Petrolândia foi pensado em relação às relações econômicas com as cidades vizinhas, como Tacaratu, Floresta, Ibimirim e as rodovias federais (Sá, 2000).

No final de 1986, após intensas negociações envolvendo manifestantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, a CHESF assegurou um acordo para o reassentamento da população rural. O processo de remoção começou em 1986, inicialmente com a população urbana sendo transferida para a nova cidade. Com a proximidade da data planejada para a inundação do reservatório, o realocamento da população rural começou em 1987, aproximando-se da conclusão da obra, programada para 22 de fevereiro de 1988 (Santos, 2019, p. 116).

Quando as obras da barragem foram concluídas, mais de 800 km² de terra ficaram submersos. A população de Petrolândia foi realocada, e o processo de inundação do reservatório de Itaparica teve início em 6 de março de 1988. Entretanto, a transferência para a nova cidade ocorreu sem o devido suporte, resultando em desafios significativos no saneamento e abastecimento de água. Isso afetou especialmente as áreas rurais, conhecidas como agrovilas, onde a CHESF não havia implementado o projeto de irrigação, que só entrou em operação em 1993. Essa situação gerou questões jurídicas ainda em discussão, relacionadas ao direito de reassentamento das comunidades rurais afetadas pela barragem.

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, 2015, p.120)

Apesar da falta de infraestrutura, uma parte dos moradores dos sítios que não possuía casa, ou cujas residências eram feitas de barro, taipa e palha, finalmente pôde realizar o sonho de ter uma casa, graças à indenização recebida. Os moradores da zona rural foram realocados para as agrovilas, que consistiam em 50 casas de alvenaria, lotes e áreas de cultivo, além de contar com uma estação de tratamento de água, uma escola municipal e, em algumas delas, um posto de saúde. Apesar de muitos desafios e atrasos, essas pessoas, com grande esforço, conseguiram finalmente ter suas casas.

Após a mudança para a nova cidade, Petrolândia experimentou um significativo desenvolvimento e se tornou um dos municípios mais importantes da região. Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a arrecadação de impostos mensais para os municípios e a compensação financeira pelo uso das águas da barragem pela CHESF, colocando a cidade de Petrolândia entre as maiores arrecadadoras de *royalties*¹⁸ na região.

¹⁸ Pronuncia-se: /roialti/. Jurídico. Parcela do valor de um produto ou de um serviço (ou parte referente ao lucro) que se paga a pessoa detentora de um direito, normalmente uma patente, concessão etc.: ele paga royalty para usar a marca da empresa. <https://www.dicio.com.br/royalty/>

3 MEMÓRIAS E HISTÓRIA

No presente capítulo, investigo as vivências dos residentes da antiga Petrolândia, partindo da premissa de que as mudanças na paisagem urbana devido à construção da Usina de Itaparica tiveram um impacto significativo na cultura da população local, que anteriormente tinha o rio como fonte de sustento e lazer. Nossa hipótese sugere que essas mudanças tenham influenciado na formação de um senso de pertencimento e na preservação de uma memória específica entre os habitantes.

É relevante destacar que, embora a CHESF tenha sido responsável por indenizações relacionadas a danos materiais, ela não foi capaz de compensar os aspectos ligados à memória e à construção de laços sociais que caracterizavam a antiga Petrolândia (Lima, 2007, p. 2). Diante disso, surgiram questionamentos que possibilitaram uma análise comparativa entre os reassentados em relação à sua ligação com o espaço local. Para investigar essa questão, adotei a metodologia da História Oral, que se concentra na coleta de relatos e experiências vividas pelos moradores. Conforme José Carlos Sebe Bom Meihy (1994, p. 56), a "história oral de vida" envolve o registro das experiências pessoais dos entrevistados, tornando cada entrevista um caso único e demorado, uma vez que busca capturar as perspectivas individuais. Durante as entrevistas, foram feitas perguntas específicas para problematizar as lembranças do passado dos entrevistados e suas experiências de vida na antiga Petrolândia. O objetivo foi investigar práticas cotidianas através do estudo da memória.

É fundamental invocar Ecléa Bosi, que afirma que "as lembranças se apoiam nas pedras da cidade" (Bosi, 1994, p. 439). Assim, nossa análise se baseia na ideia de que a reflexão do indivíduo é intrinsecamente ligada às suas próprias lembranças, enquanto a memória coletiva é moldada pelos laços de convivência familiar, escolar e profissional. Ela é constituída a partir das memórias individuais de cada membro da comunidade, contribuindo para a construção de uma narrativa coletiva da história da antiga Petrolândia.

3.1 Terra às margens de um rio, Petrolândia

Petrolândia é uma cidade que repousa sob as águas do majestoso Rio São Francisco - o mesmo rio que deu origem à cidade, seus povoados e fazendas, o rio dos currais e das missões. A história de Petrolândia está entrelaçada com esse rio, que é parte fundamental de seu nascimento, sua identidade e o modo de vida de sua população. A presença desse rio também favoreceu o comércio, pois a cidade estava situada às suas margens, facilitando as trocas e negócios.

Para expressar essa nostalgia e saudade, existe uma música que se tornou um verdadeiro hino e símbolo das memórias da antiga cidade. Essa canção é interpretada por Ruy Sá¹⁹, um filho desta terra, que reaviva em suas letras passagens e paisagens do passado:

Temos às margens de um rio Petrolândia, cidade que um dia esse nome bonito se deu. Famílias que tiveram seus filhos assim como, Petrolândia. Um dia chegou bem mais forte a força do progresso, falando primeiro e mais alto do que a própria razão. Sangrando e desmarcando o compasso do coração, Petrolândia. Em cada manhã de setembro quando eu acordar, lembrarei de uma banda tocando alvoradas no ar. O céu todo azul tão bonito, gente querendo olhar bandeiras, crianças, desfiles e um hino para se cantar, Petrolândia. Levo guardado na mente, lembranças que serão permanentes recordações quantas emoções, Petrolândia.²⁰

A música é uma companheira constante dos petrolândenses, onde quer que estejam, desde os tempos passados até os dias atuais. Ela se tornou parte das memórias coletivas da sociedade, enraizando-se na consciência histórica da cidade. Diversas perspectivas e relatos sobre a história de Petrolândia funcionam como registros vivos que ecoam "a voz e, através dela, a vida e o pensamento" (Bosi, 1994, p. 37), fornecendo um vislumbre das experiências de seus narradores.

¹⁹ Ruy Sá, nasceu em Petrolândia em 25 de outubro de 1964. Cantor e compositor, faleceu em 05 de junho de 2014 na cidade de São Paulo.

²⁰ SÁ, Ruy; RAMALHO, Assis e SOARES, Nestor. Recordações. Petrolândia: 1984. 1 disco sonoro. Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2018.

Essas lembranças desempenham um papel direto e indireto na construção da história do município, moldando sua memória familiar e coletiva. Estabelecer essa conexão entre passado e presente, onde as ações individuais contribuem para o enriquecimento da história de sua cidade, é fundamental para a compreensão histórica.

Portanto, é essencial explorar a memória histórica dos moradores de Petrolândia (PE) e suas experiências, especialmente no período de 1940, quando a cidade foi fundada, até 1988, quando a cidade antiga foi submersa pela represa de Itaparica devido à construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga pela CHESF. Esses eventos são marcos históricos significativos que merecem análise e divulgação contínuas.

Nas entrevistas, os informantes compartilham detalhes minuciosos sobre a vida e a rotina dos moradores na antiga Petrolândia, descrevendo ruas, estabelecimentos comerciais, preferências, bem como os sentimentos de tristeza e saudade. Além disso, eles recordam figuras importantes, como a visita de Dom Pedro II e o ataque de Lampião a Petrolândia (na época, Jatobá). De acordo com Ecléa Bosi, a memória é vista como a base para a reconstrução histórica por meio do processo de rememoração de eventos, pessoas, personagens, lugares e costumes.

Nos relatos das testemunhas, emergem informações detalhadas sobre suas experiências, desde os benefícios trazidos pela construção da estrada de ferro e do cais à chegada da CHESF. As memórias orais dos entrevistados da antiga Petrolândia retratam a cidade como um verdadeiro paraíso às margens do Lago de Itaparica, como expressado por Dona Izabel Ferraz Pires²¹, que guarda em sua memória os momentos de sua infância e sua

²¹ Entrevista com Izabel Ferraz Pires, carinhosamente conhecida como Dona Bezinha. Ela nasceu em 30 de setembro de 1932, na antiga Petrolândia, e é uma das moradoras mais antigas da cidade. Vinda de uma família de costureiras, Dona Bezinha abraçou a mesma profissão e se destacou como uma das melhores costureiras da cidade naquela época. Além disso, desempenhou o papel de Assistente Social na antiga Petrolândia, ajudando na importante tarefa de realocar os moradores durante as mudanças. Atualmente, Dona Bezinha continua ativa e envolvida em várias atividades em sua comunidade. Ela lidera o Grupo da Legião de Maria na igreja, faz parte do grupo da Terceira Idade e colabora com o governo municipal, oferecendo aulas de corte e costura. Além disso, ela é uma força motriz por trás do projeto Natal Solidário na cidade, contribuindo para a promoção do espírito de solidariedade e cuidado comunitário. Sua vida é um testemunho valioso da história e da vitalidade da cidade de Petrolândia.

conexão profunda com o Rio São Francisco. Suas lembranças nos transportam a um passado rico em histórias e significados, um passado que continua vivo nas palavras daqueles que o experimentaram. Ela relata dona Izabel Ferraz Pires:

A minha juventude toda foi na velha cidade, aquele rio lindo que a gente tinha era um paraíso as margens do Rio São Francisco, a vida era muito boa, eu saía da minha casa que ficava na frente do rio e dava um pulo dentro e nadava um tantinho e voltava. Vivía livre ali tomando banho na beira do rio, eu era feliz e acho que todo mundo dali era também. A gente chegava na borda do rio e do outro lado era a Bahia, atravessava de canoa, e de lá dava para avistar minhas colegas do outro lado.

Ecléa Bosi, em suas reflexões, ressalta que "os fatos históricos afetam as pessoas de maneiras diferentes, dependendo de como os vivenciam." De fato, ao conversar com nossos entrevistados, percebemos uma transformação na forma como eles enxergam a cidade antiga, passando de pessoas que presenciaram diretamente esses eventos a portadores de uma lembrança coletiva que aborda a realidade social daquela época (Bosi, 1994, p. 413).

O fascínio por uma imagem de uma cidade paradisíaca nos proporciona um entendimento valioso do passado. No entanto, também temos conhecimento de outras narrativas que trazem consigo uma carga de tristeza. Durante uma pesquisa realizada em 2018, entrevistei Maria das Graças Oliveira, que compartilhou suas experiências sobre a falta de infraestrutura na antiga Petrolândia e como isso causou sofrimento à população:

Nas lembranças de Dona Maria das Graças Oliveira²², a antiga Petrolândia não era apenas uma cidade paradisíaca. Ela relata a falta de

²² Entrevista com Maria das Graças Oliveira, carinhosamente conhecida como Dona Gracinha, foi uma educadora aposentada com uma longa e notável carreira em Petrolândia, tanto na cidade antiga quanto na atual. Com 42 anos de dedicação ao ensino, Dona Gracinha nasceu em 14 de outubro de 1944 e nos deixou em 06 de janeiro de 2023. Ela e sua família migraram de Serra Talhada (PE) para se estabelecer em Petrolândia no ano de 1953. Dona Gracinha possuía uma formação acadêmica sólida, tendo obtido o diploma de Licenciatura Plena em História na cidade de Arcoverde (PE) na década de 80, além de ter concluído sua formação na Escola Normal em Floresta (PE). A entrevista foi conduzida como

infraestrutura que afetou os habitantes, causando dificuldades e desconforto. Essa perspectiva nos lembra que, além das lembranças felizes, a história da cidade também carrega momentos difíceis e desafiadores, destacando a complexidade da experiência humana e das mudanças sociais ao longo do tempo. Dessa forma, ao explorar a memória e as perspectivas dos moradores, conseguimos obter uma compreensão mais abrangente da história de Petrolândia, abordando tanto os aspectos positivos quanto as dificuldades que moldaram a identidade da cidade ao longo dos anos.

Lembro que quando chegamos em Petrolândia era uma cidade pequena pacata sem muito atrativo. O bom da cidade é que era nas margens do Rio São Francisco tornando-se rica em água, no entanto, as estradas que ligava aos distritos ainda eram de terra e a saúde era precária não tinha hospital. Tinha duas escolas a municipal e depois o ginásio onde eu estudei, como era uma cidade em desenvolvimento tudo ainda era precário. Outra coisa boa na cidade eram as ruas, porque eram bem largas. No centro uma era mão a outra contramão, mesmo com o movimento de carro menor a pessoa podia andar tranquilo. (MENEZES, É. G. F., 2018, p. 12)

Uma das características marcantes da antiga cidade eram as suas ruas largas, como pode ser visto na figura 6, conforme Maria das Graças, algo que não se observa na nova Petrolândia, onde as ruas são estreitas. As vias amplas da velha cidade facilitavam o tráfego de pedestres, ciclistas (um meio de transporte amplamente utilizado na época) e veículos. Essas ruas largas eram uma parte essencial da identidade de Petrolândia e eram conhecidas por sua acessibilidade.

No entanto, de acordo com as entrevistas, esse aspecto não foi preservado na nova cidade. A mudança na configuração urbana entre as duas cidades reflete as transformações pelas quais Petrolândia passou e como as novas necessidades e prioridades influenciaram a sua paisagem. Segundo

parte do meu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História, intitulado "Petrolândia: cidade-memória no Submédio do Vale do São Francisco," o qual foi finalizado em 2018. Durante essa rica conversa, Dona Gracinha compartilhou valiosas perspectivas sobre a cidade, suas mudanças ao longo do tempo e suas lembranças pessoais, enriquecendo assim o estudo histórico que estava sendo realizado. Suas palavras contribuíram significativamente para a compreensão da história de Petrolândia e da vida de seus habitantes.

Izabel Pires, a manutenção das ruas largas, pelo menos na área comercial do centro da cidade, teria tornado o local mais atraente e organizado, uma vez que essa parte da nova cidade é considerada “muito pequena e agoniada”

Figura 6 - Centro de Petrolândia Velha



FONTE: (MENEZES 2014. p. 35)

De acordo com Andrade (1963), o surgimento das cidades no interior do Nordeste possui raízes na herança migratória, em que os vaqueiros conduziam o gado para áreas distantes, construindo currais de bois e dando origem às fazendas. Essa atividade econômica complementava a produção de açúcar. A criação de gado estimulou a formação de vilas e povoados, que, ao longo do tempo, evoluíram para se tornar cidades no interior do Nordeste e no Agreste.

No caso de Petrolândia, sua formação se deu nas proximidades das fazendas de Brejinho da Serra e de Fora. Dona Izabel acrescenta que as fazendas da família Ferraz na Lagoa Velha e em Arapuá, que pertenceram ao seu avô, também contribuíram para o surgimento da cidade. Ela relembra: "Antigamente, aqui eram apenas fazendas, não havia hospital, apenas

parteiras. Portanto, nasci na fazenda do meu tio, na antiga Petrolândia". Cada relato dos entrevistados traz consigo uma profunda conexão com um "conjunto de lembranças", representando um legado que reflete "a divisão do tempo que nelas se opera" (Bosi, 1994, p. 415). Quando Izabel Ferraz Pires compartilha sua experiência com a família, isso também contribui para essa compreensão mais profunda da história da região.

Lembro que meu pai chegou em Petrolândia trazendo a primeira estrada, ele fazia parte de uma companhia que abria caminho para fazer estradas e com ela trouxe o primeiro carro. Meu pai era de Sertânia (PE) chamava Antônio Pires dos Santos, mas todo mundo conhecia por Gequiri. Ele tinha esse apelido porque a família dele era de um sítio chamado o Gequiri que pertencia a minha vó. Na época quando meu pai chegou ele disse: - "Aqui pertence a minha família", aí pronto apelidaram. Como naquela época o meio de transporte ainda era a cavalo aí o governo começou o projeto de desenvolvimento para a abertura de estradas. Não sei dizer o período porque nesse tempo eu não era nascida. O que sei era porque minha mãe contava tudo.

A entrevistada compartilha memórias das histórias narradas por seu pai, as quais foram transmitidas ao longo do tempo por sua mãe. Conforme afirmado por Bosi (1994, p. 414), "as lembranças grupais se apoiam mutuamente na sobrevivência da memória coletiva". No contexto da entrevista com Maria Pereira da Silva Neta²³, ela também enfatiza o papel significativo desempenhado por seu pai no desenvolvimento e crescimento da antiga cidade, contribuindo para o surgimento da Barreiras Velha.

Meu pai José Pereira da Silva era tratorista de máquinas sendo um dos fundadores da antiga Petrolândia. Inicialmente quando meu pai chegou não tinha muita coisa, somente um pequeno escritório e o projeto para desmatar e construir as granjas do Projeto Barreiras. Todo desmatamento daquela área era responsabilidade dele

²³ Entrevista com Maria Pereira da Silva Neta, conhecida como Mariinha. Ela é uma professora mestra em ciências da educação em Portugal, com formação em Psicopedagogia Clínica, pós-graduação em Docência no Ensino Superior e Gerenciamento de Projetos. Além disso, possui formação em Licenciatura Plena em História e Pedagogia. Mariinha nasceu em 2 de junho de 1957 em Penedo (PE) e mudou-se para Petrolândia com sua família quando tinha apenas 1 ano e 2 meses de idade. Ela completou o ensino médio no Colégio Estadual Jatobá de Petrolândia, que hoje é uma referência no estado. Ela cresceu em Barreiras, que naquela época era um distrito de Petrolândia. Barreiras foi um dos primeiros distritos do país a se tornar uma área federal, com diversas granjas. Sua mãe, Laura Maria da Silva, trabalhava como doméstica, enquanto seu pai, José Pereira da Silva, era tratorista de máquinas.

juntamente com a base para colocar as bombas para o bombeamento da água para o projeto. Então, ele chegou muito novo no período entre 1946 e 1948 com apenas 29 anos de idade e minha mãe com 25 anos, [...] não lembro bem a data só sei que ele veio a casar no ano de 1951.

Em 1937, a instalação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em Petrolândia marcou um momento crucial para o desenvolvimento do distrito de Barreiras. Sob o regime ditatorial varguista, que perdurou de 1930 a 1945, essa autarquia introduziu projetos de irrigação que tiveram impacto significativo na região. Além disso, durante esse período, foram concebidos planos para a construção de uma usina, sinalizando os esforços do governo para impulsionar o desenvolvimento regional. Este período representou uma virada positiva na luta contra os efeitos devastadores da seca na região. Esse projeto abriu novas possibilidades para a economia agrícola no Vale São Francisco, com o apoio do Ministério da Agricultura. Vale ressaltar que esse empreendimento foi o primeiro projeto de colonização da região, como destacado por Gilberto de Menezes:

A Inspetoria Federal de Obras contra as Secas foi a repartição federal de maior importância para o Nordeste. Foi ela que deu vida e progresso a partir do momento em que Jatobá passou a chamar-se Itaparica. (MENEZES, 2014, p. 69)

Em relação a esse período, Maria Pereira da Silva Neta (2023) relembra que "Barreiras era um distrito de Petrolândia e um dos primeiros no país a receber planejamento federal para a atividade de granjeiros". Sob a gestão de Apolônio Sales, Barreiras testemunhou a maior criação de perus do Nordeste, com a distribuição de 100 granjas de 52.000m² para os colonos, como documentado por Menezes (2014, p. 81):

Barreiras era uma Colônia Federal administrada por pessoas nomeadas diretamente pelo Presidente da República. Na época era Dr. Medeiros, Dr. Pimenta, Dr. Djalma e Apolônio Sales eram chefes da Barreiras, assim tornando-se independente de Petrolândia. (MENEZES, É. G. F., 2018, P. 14)

O engenheiro agrônomo Dr. Djalma Almir Wanderley foi um dos primeiros a administrar o núcleo de Barreiras em 1943. No entanto, ele logo enfrentou dificuldades e perdeu o apoio da população local. Como um administrador autoritário da época da ditadura, ele esperava que suas ordens fossem cumpridas sem questionamentos ou reclamações. Gilberto de Menezes oferece mais *insights* sobre essa situação:

Outra atitude que o prejudicou foi que o povoado de Barreiras gozava de todo desenvolvimento esquecendo que Petrolândia era cidade sede, o centro mais desenvolvido e populoso. E resolveu ignorar-lhe a existência concentrando todas as verbas no novo povoado que dirigia com poderes absoluto. (MENEZES, 2014, p. 85)

Devido a essa atitude, Petrolândia estava enfrentando prejuízos constantes em sua economia, com a falta de investimento na cidade. Enquanto isso, Barreiras estava crescendo tanto na agricultura quanto no comércio. Essa disparidade levou à substituição do Dr. Djalma pelo agrônomo Xisto Guedes em 1951. O desenvolvimento econômico da região estava centrado em Barreiras, especialmente na produção de cocos, goiabas e mangas para exportação. Isso fez com que o projeto agrícola de Barreiras se tornasse mais desenvolvido do que a própria cidade de Petrolândia, criando uma divisão entre os moradores das duas localidades.

Devido a esse rápido desenvolvimento, Barreiras passou a ser considerada o local das elites, onde viviam agricultores, granjeiros e funcionários da SUVALE, que tinham uma vila operária exclusiva no distrito. Além disso, havia uma rua dedicada ao comércio e aos mercados, onde também estava localizado o escritório da SUVALE, como mostra a Figura 7.

Figura 7 - Escritório da SUVALE em Barreiras Velha



FONTE: (MENEZES 2014. p. 31)

A mudança na administração de Barreiras trouxe novos empreendimentos para Petrolândia e introduziu diferentes instituições federais em seu território. Isso incluiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), criado em 1937, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909 e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) em 1967. A SUVALE desempenhou um papel crucial no projeto de desenvolvimento e industrialização tanto em Barreiras quanto na cidade de Petrolândia, contribuindo para o crescimento econômico local.

Graças aos incentivos da SUVALE, o primeiro empresário da região, Andreino Nogueira, investiu na primeira fábrica de doces de goiaba conforme mostrado na figura 8, gerando empregos na área de Barreiras. Além disso, em Petrolândia, uma fábrica de cerâmica foi estabelecida na comunidade rural chamada Boa Vista, localizada a poucos metros da cidade onde estavam as olarias. Esses grandes empreendimentos impulsionaram o desenvolvimento da região, atraindo novas empresas e fortalecendo o comércio local.

Figura 8 - Fábrica de doce de goiaba



FONTE: (MENEZES 2014. p. 32)

Para estudar, os jovens se deslocavam diariamente de Barreiras e das áreas vizinhas até o Ginásio Municipal de Petrolândia. Eles eram transportados em caminhonetes da SUVALE e veículos particulares. Naquela época, todos os moradores de Barreiras eram privilegiados, pois não precisavam pagar contas de água e energia, já que tudo era provido pela SUVALE. No entanto, enfrentavam problemas quando chovia, pois, frequentemente ocorriam quedas de luz e falta de água. Segundo Maria das Graças uma canção da época refletia humoristicamente esses desafios: "Petrolândia, uma cidade que nos seduz, de dia falta água, de noite falta luz [...]" (Menezes, É. G. F., 2018, p. 16).

Durante o período chuvoso, o rio inundava as ruas mais baixas da cidade, o que era visto com admiração pelas pessoas. No entanto, para os moradores dos povoados e sítios próximos à cidade, a realidade era diferente. Muitos deles tinham que se deslocar a pé ou de animais, pois não tinham acesso a transporte. Dona Espedita Jacobina Ramalho²⁴ (2023) e seu marido,

²⁴ Espedita Jacobina Ramalho, nascida em 19 de novembro de 1922, deixou a Paraíba aos 21 anos de idade para se mudar para Petrolândia, acompanhando seu pai e o cunhado que ia se casar e viver no Logradouro, um sítio de Petrolândia. Ela tomou a decisão de se juntar

por exemplo, tiveram que se mudar para a cidade para que suas filhas pudessem estudar. Ela descreve sua vida anterior, morando no Sítio Mundo Novo, um distrito de Petrolândia Velha, e como os limites entre as cidades vizinhas eram vagos. Ela menciona as dificuldades de acesso à cidade, incluindo a necessidade de caminhar 3 km até a Rodagem de Tacaratu para pegar um transporte.

Eu não gostava muito de morar no Mundo Novo, pois era longe da cidade. Para ir até a cidade, precisávamos acordar às 5 horas da manhã, ordenhar as vacas e encher um balde com o leite. Em seguida, íamos ao curral para ordenhar mais vacas e despejar o leite em outra vasilha. Depois, amarrávamos um plástico na boca da vasilha e a colocávamos na cabeça para transportá-la até a Barriguda, que ficava a meia légua de distância. Para pegar o carro na Barriguda e chegar a Petrolândia, tínhamos que seguir pela estrada de Tacaratu. Eu fazia todo esse percurso em pé, com a vasilha de leite na cabeça.

Conforme a cidade crescia, foram estabelecidos grupos para alfabetização de crianças e jovens. Do lado da cidade, havia um conjunto de casas um pouco afastado umas das outras chamado Boa Vista. A escola lá era pequena e possuía apenas uma sala, como lembra Adailda Maria de Jesus²⁵. Para os moradores dos sítios, as condições eram desafiadoras, e eles só se deslocavam até a cidade para fazer compras, consultas médicas ou tratar de negócios. Não havia muitas opções de lazer ou entretenimento nas áreas rurais, exceto pelo trabalho.

Na cidade, havia diversas opções de lazer para a população de Petrolândia. Para os jovens, uma das formas de diversão mais populares era frequentar o cinema, que atraía muitas pessoas. O Cine São Francisco, um

a eles, pois não tinha uma boa relação com sua madrasta. Naquela época, não havia carros disponíveis, então eles viajaram de animal de carga, levando os seus pertences. Em poucos dias, ela conheceu seu futuro marido e começaram a namorar. Após um ano, se casaram e foram viver no sítio Mundo Novo.

²⁵ Adailda Maria de Jesus, nascida em 25 de junho de 1955, residia em um lugar chamado Boa Vista, situado em Petrolândia. Ela compartilhou sua vida com seus pais, que desempenhavam atividades agrícolas. Posteriormente, casou-se e permaneceu na Boa Vista até o dia em que ocorreu a mudança para a nova cidade. Seu marido, hoje falecido, trabalhava em olarias, onde produzia telhas e manilhas como forma de subsistência. O local conhecido como Boa Vista era onde as pessoas se dedicavam à fabricação de telhas de cerâmica em olarias particulares. Ali, trabalhavam e construíam suas casas nas proximidades do local de trabalho para tornar o deslocamento mais conveniente.

antigo cinema localmente conhecido como "Livinho" (conforme ilustrado na Figura 9), era um ponto de encontro para amigos, familiares e casais. Uma peculiaridade era a exibição de filmes para maiores de 18 anos, exclusivamente para homens; as mulheres não eram encorajadas a assistir esses filmes, como mencionado por Maria das Graças.

Adailda Maria de Jesus recorda que assistiu a dois filmes no cinema, um com Teixeirinha e outro com Rambo, acompanhada de sua irmã e cunhado. Ela relembra que a sessão foi tão boa que gostaria de poder ir todos os dias. Naquela época, poucas famílias tinham televisões em casa, tornando a ida ao cinema uma experiência inovadora para os moradores, como Maria das Graças Oliveira destacou.

[...] eu adorava o cinema. Passava muito filme estrangeiro de Bang Bang, o grande Otelo, filmes de romance como o Candelabro Italiano. Mas também tinha os filmes impróprios e só entrava maior de dezoito anos. Os homens ficavam em uma sala e as mulheres em outra, [...] eu e minhas colegas nunca assistimos. (MENEZES, É. G. F., 2018, P. 16)

Figura 9 - Cinema da Velha Petrolândia em meados dos anos 70.



FONTE: (MENEZES 2014. p. 33)

Para a elite local, o lazer incluía diversas atividades, como bailes realizados no amplo salão da estação de trem, a chegada e saída dos trens, as atividades no Cais, onde os jovens se reuniam para pular e mergulhar no rio, que era o ponto de banho preferido da população, e o campo de pouso dos aviões da IFOCS. Izabel Ferraz Pires menciona que as festividades, como o carnaval, eram muito esperadas por todos e faziam parte da tradição local. O carnaval tradicional de Pernambuco era amplamente celebrado na cidade, e o salão da estação de trem em Petrolândia Velha era conhecido por sediar alguns dos melhores bailes da região:

Petrolândia tinha um carnaval lindo e animado onde todos participavam. Muitas festas que chamavam de baile era o nosso lazer[...]. Essas festas eram realizadas no grande salão da estação do trem um lugar muito grande, limpo, bem mobilhado e as famílias iam sempre prestigiar. Eu e minhas amigas dançamos muito na estação, foi o primeiro lugar onde comecei a dançar. [...] salão da estação era espaçoso e ainda tinha um belo piso de madeira.

Figura 10 - Estação ferroviária de Jatobá (1959)



FONTE: (MENEZES 2014. p. 35)

A estação ferroviária (figura 10) era o ponto de encontro para jovens dançarem, paquerarem e se apresentarem à alta sociedade. Os jovens com menos recursos costumavam frequentar festas de rua ou forrós realizados nos terreiros das casas, chamados de "assustados". Também havia o Rinqe, uma casa de festas, onde dona Alzira Albuquerque Cruz²⁶ conheceu seu marido em uma festa de São João. Ela teve a sorte de ter permissão do pai para participar da festa com seu irmão e sua comadre, como ela relata:

Era uma casa, e eu estava na janela, vendo o povo dançar. Vi João tocando clarinete na festa. Quando ele me viu, disse aos meus colegas: "Vou me casar com essa menina." Ele até entrou para me ver direitinho. Ele foi até a finada Hermínia, a dona do Rinqe, e perguntou quem era essa menina, pois disse que iria se casar com ela. Ela, sem nem mesmo me conhecer, me chamou na hora de servir a canjica para os músicos e pediu que eu ajudasse. Fui ajudar, e na hora em que todos correram para dançar depois de beber água, ele me esperou por último. Quando fui beber água, ele esperou um pouco, tomou um gole e me deu o resto, dizendo: "Tome o resto." Conversamos um pouco, e depois fomos para casa só de manhã. Ele me levou até em casa para saber onde era. Quando chegou em casa, me deixou lá com meus amigos, pois meu pai já estava no trabalho. Minha mãe tinha raiva de negros. Então, minha mãe disse: "Seu Tonho, Alzira chegou do baile acompanhada de um negro." E ele respondeu: "Maria, já sei quem é. É irmão de Tonha Cruz." A partir desse momento, não nos separamos mais até o dia em que ele faleceu.

Esses locais de convívio e entretenimento permanecem guardados nas memórias dos entrevistados: o primeiro filme assistido, o local de encontro, as relações construídas em um lugar que já não existe mais e que não pode ser revisitado para recordar. Para Izabel Ferraz outra fonte de diversão para a população era observar a chegada e partida dos trens na estação, sempre um acontecimento empolgante.

Ver o trem todas as terças-feiras era uma tradição. Todos saíam de suas casas para esperar e ver o trem chegando. Afinal, nele poderia vir um parente ou notícias de outros lugares, e esperávamos

²⁶ Alzira Albuquerque Cruz, nascida em 22 de dezembro de 1932 na cidade de União dos Palmares, veio para Petrolândia Velha com seus pais. Seu pai foi convidado a trabalhar em uma hospedaria, e sua mãe era costureira. Ela se casou e fundou uma família na antiga Petrolândia, onde permaneceu até a mudança para a nova cidade.

ansiosamente até que ele partisse. Era uma cena linda e emocionante.

Adailda Maria de Jesus tinha medo do apito do trem quando ia para a cidade, embora não soubesse exatamente por quê. Talvez fosse apenas uma reação de criança. No entanto, a memória do trem sempre permaneceu viva na lembrança dos moradores que tiveram a oportunidade de testemunhar um dos grandes empreendimentos que chegou a Petrolândia naquele período.

Com o golpe militar de 1964, muitas coisas começaram a mudar, começando pela desativação do trem. Embora tenha havido ampliações em outros setores, o projeto de expansão das estradas resultou na desativação do trem. Conforme a professora Evelina Antunes F. de Oliveira:

Entre a chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA) e a retirada dos trilhos, a vida das cidades por onde passou foi marcada por tudo o que se transportou naqueles vagões. A ferrovia e suas estações são parte importante do patrimônio histórico, político e cultural de todo o Baixo São Francisco. (OLIVEIRA, 2005, p. 221)

A construção de grandes barragens nas cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica transformou a região, tornando-a um alvo de interesses econômicos. Vale ressaltar que a primeira usina hidrelétrica no interior do Nordeste foi construída na cidade que hoje é conhecida como Delmiro Gouveia, na época chamada de Pedra, em 1913.

Em 1970, a notícia da construção da barragem de Itaparica chegou a Petrolândia, prometendo ser um "trabalho gigantesco de grande impacto social" (Oliveira, 2005, p. 93). A CHESF planejou a desocupação da área e, em 1979, a Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (SEHAB-PE) elaborou um projeto para realocar os moradores na nova Petrolândia. A notícia foi inicialmente recebida com ceticismo pelos habitantes, mas logo o medo se instalou quando começaram os levantamentos para a construção da barragem.

A primeira empresa a chegar em Petrolândia foi a Hidroservice, que realizou o levantamento topográfico em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) em

1974. A empresa também iniciou a construção da ponte que liga Pernambuco à Bahia, conectando as cidades de Rodelas e Nova Glória. Maria Pereira da Silva Neta compartilha sua experiência como funcionária de uma das empresas de terraplanagem:

Lembro que nesse período eu ainda não tinha terminado o segundo grau. Foi quando começou o levantamento do solo para a construção da barragem. Foi quando fui morar em Petrolândia e comecei a trabalhar na Serve Engenharia em 1982. Passei a morar no hotel de Dedebea, um antigo hotel da cidade de Petrolândia que se transformou em um pensionato. Fui a décima quarta pessoa a ser fichada e a única mulher. Com três meses, havia 1300 homens trabalhando comigo. O objetivo era fazer a implantação do serviço de terraplanagem. Depois, o serviço passou para a Mendes Junior e, em seguida, para outras empreiteiras.

No período de 1973 a 1974, foram realizados estudos do solo em outras cidades para uma análise mais precisa da localidade destinada à construção da barragem. Esse levantamento de solo ocorreu nas cidades de Cabrobó e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e em Rodelas, na Bahia, bem como em todas as cidades afetadas pelo Plano de Desocupação, incluindo Nova Glória. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), fundada em 1947, finalmente chegou à região e estabeleceu um acampamento em Petrolândia, próximo às margens do rio, para acomodar os primeiros empregados. Isso marcou o início da construção da barragem média, enquanto uma equipe realizava o levantamento do solo para a construção da nova cidade e avaliava as casas dos moradores para fins de indenização.

A chegada dessas empresas contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do comércio local, já que muitas pessoas de outras regiões passaram a trabalhar na área. Naquela época, a confecção de roupas era principalmente realizada por costureiras da cidade, uma vez que não existiam marcas ou lojas de roupas prontas. No entanto, à medida que mais pessoas chegavam, surgiram as primeiras roupas de confecção, inicialmente vendidas na banca de Domício (atual Domec). Lojas de tecidos, como a de seu Olegário, a loja José de Souza, a Casa Baiana de Zé Marcelino e a Casa dos

Garotos de Gilberto de Menezes²⁷, contribuíram para essa transformação. Além disso, estabelecimentos como o bar de Pariconha, a padaria de João Rodrigues, mercadinhos, hotéis como o Sheik Hotel de Dedeba e Panta também surgiram. Petrolândia passou por um rápido desenvolvimento, gerando empregos e estabilidade momentânea.

Um exemplo desse impacto foi o relato de Cleonice Benigno dos Santos²⁸, que chegou a Petrolândia em 1978 com sua irmã Cleide, com o objetivo de trabalhar nas empresas que mantinham parcerias com a CHESF. Ela começou como zeladora na firma Julho de Castro e permaneceu lá por 10 anos. Cleonice menciona que quem era fichado nessa empresa tinha a oportunidade de passar a trabalhar na CHESF, o que contribuiu para que as pessoas conquistassem independência financeira. Anteriormente, essa independência estava centrada no comércio local e na agricultura.

Durante as escavações realizadas para a construção da barragem, foram encontrados muitos desenhos rupestres em pedras e alguns fósseis, que serviram como amostras nas aulas técnicas ministradas pela equipe da CHESF, incluindo um geólogo. Esse achado arqueológico foi mencionado por Maria das Graças Oliveira, conforme relato em Menezes, É. G. F., 2018.

Era necessário atravessar uma parte do rio para observar; havia figuras de peixes, outros animais, pessoas trabalhando e lobos, um acervo importante para a cidade. Não sei se permaneceu com a CHESF ou se foi levado para outro local. (MENEZES, É. G. F., 2018, p. 19)

O projeto inicial visava aproveitar as cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica para a irrigação e geração de energia para a malha ferroviária. No entanto, o cenário político do país na época era focado em questões energéticas, com o objetivo de alcançar a independência nesse setor,

²⁷ Professor e autor do livro: De Jatobá a Petrolândia: três nomes, uma cidade, um povo (2014).

²⁸ Cleonice Benigno dos Santos nasceu em 02 de fevereiro de 1955 na cidade de Sertânia em Pernambuco. Em 1977 com a notícia da construção da barragem veio morar em Petrolândia trabalhando na lanchonete de Dona Alzira. Depois passou a trabalhar na firma Julho de Castro com sua irmã.

valorizar o Nordeste e superar a crise energética de 1973 em busca do progresso.

Com a confirmação da construção da barragem, surgiram os primeiros movimentos para a escolha do local onde a nova cidade seria construída. Foi nesse contexto que o sindicato dos trabalhadores locais, com o apoio dos moradores de Barreiras, Petrolândia e das comunidades ribeirinhas, participou de um plebiscito promovido pelas autoridades locais. Esse plebiscito resultou na decisão de estabelecer a nova sede do município no local atual.

O processo de mudança teve início em dezembro de 1986 com a transferência de 80 famílias para a nova cidade, a CHESF implantou serviços de transportes coletivo entre as duas cidades, o processo foi intensificado nos meses de dezembro de 1987 a março de 1988. (SÁ, 2000, p. 130)

A construção da barragem gerou diferentes perspectivas na população. Para algumas pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, a mudança representou uma oportunidade positiva. No entanto, para aqueles que já tinham uma vida estabelecida, a transição foi dolorosa.

Por exemplo, a mudança para a nova cidade só ocorreu após a conclusão das construções. Alguns indivíduos optaram por se mudar por conta própria, enquanto outros tiveram que transportar seus pertences nos caminhões da CHESF. Maria das Graças Oliveira compartilha sua experiência pessoal no processo de mudança para a nova localidade:

Não havia opção de recusa; uma equipe estava encarregada de levar as pessoas, enquanto outra derrubava as casas. Lembro-me vividamente das pessoas chorando e desesperadas. Em Barreiras, houve granjeiros que tiveram que sair de suas casas acompanhados por médicos e com a água chegando ao nível da porta. Era incrivelmente difícil perder toda uma vida para, em seguida, recomeçar do zero, sem saber quanto tempo ainda restava. A incerteza sobre como seria a nova Petrolândia pesava sobre todos, especialmente aqueles que já haviam construído sua riqueza e trabalho ao longo dos anos. Só consegui sair de lá quando a água já estava quase nos alcançando. Nunca esquecerei esse dia. Havia uma rua onde a água já estava avançando e o carro nos levando embora. Foi uma situação muito triste." (MENEZES, É. G. F, 2018, P.20)

Para aqueles que tinham uma vida bem estruturada, a mudança de cidade não foi benéfica, de acordo com os relatos dos entrevistados. Eles acreditam que seus bens não foram devidamente divididos. Maria Pereira da Silva Neta compartilha todo o sofrimento e os problemas que enfrentou com a realocação, e seu pai acabou perdendo parte dos investimentos que havia feito em Barreiras.

O sentimento meu e da minha família em relação à mudança era de grande incerteza. Não foi fácil ter nossas vidas totalmente estruturadas e, de repente, sermos forçados a sair de nosso lugar, sem uma alternativa. Quando saímos de Barreiras, foi um período muito difícil. Minha irmã já estava doente e em uma cadeira de rodas. Meu pai também enfrentava problemas de saúde. Além disso, estava chovendo muito naquela época, e eu tive que correr sozinha para construir minha casa. Sou uma reassentada, pois não tínhamos condições de construir e a mudança estava se aproximando. Passamos oito dias na antiga Barreiras sem água e luz. Apenas cinco casas e famílias permaneceram lá, enquanto resistíamos porque tínhamos um plantel de dois mil frangos para cuidar. Infelizmente, 800 deles morreram de fome e sede. Morávamos na zona rural e, com a mudança, passamos a morar na cidade, enquanto nossa granja ficou a 35 km de distância, na zona rural. Foi um período de muita correria e sofrimento, e não tínhamos a quem recorrer, pois todos enfrentavam a mesma situação. (MENEZES, É. G. F, 2018, P.20)

Embora haja relatos de alguns moradores que passaram pela mesma situação e compartilharam sentimentos semelhantes, todos eles compartilham o "desejo de explicação" (Bosi, 1994, p. 419). Izabel Ferraz Pires relembra o sofrimento e a resistência de parte dos moradores que viram suas casas sendo submersas, levando consigo suas memórias:

Lembro do sofrimento e resistência de alguns moradores vendo suas casas serem submersas. Eu trabalhava como assistente social, fazendo o cadastro dos moradores para as novas casas na cidade nova. Tinha pessoas que não queriam ir de forma alguma, mas naquela época, era uma situação difícil, e eles não tinham outra opção senão ceder e aceitar a mudança. Lembro das pessoas colocando seus pertences nos caminhões enquanto a empresa demolia as casas na frente dos donos. Era visível a tristeza das famílias ao verem tudo o que haviam construído com tanto esforço ser destruído em questão de segundos. Com a água já se aproximando, eu e uma equipe fomos verificar se ainda havia pessoas para serem levadas para a mudança. Quando vi Petrolândia, parecia ser outro lugar. Não parecia a cidade onde passei parte da minha vida. Estava vazia e destruída, com as casas todas demolidas, restando apenas entulho. A única coisa que permanecia

visível era o telhado da igreja do Sagrado Coração de Jesus, que ainda pode ser visto até os dias de hoje.

A professora Maria das Graças Oliveira guarda em sua memória a reação de seu pai, conforme narrado por seu irmão, e a saudade de morar em um lugar tranquilo junto de sua família. Seu relato expressa os sentimentos e as lembranças que ainda perduram.

Eu não estava presente quando meu pai saiu de casa, mas meu irmão me contou: "Negona!" (era assim que ele me chamava). Ele disse que viu meu pai olhar para as paredes das granjas e seus olhos se encherem de lágrimas. Meu pai chegou a Petrolândia com nove filhos, construiu toda a sua vida lá, e de repente ver tudo ser destruído é muito triste. Sinto saudades daquela época, Barreiras era um lugar onde se podia dormir com as portas abertas; nunca se ouvia falar de ladrões. Não me lembro de ter dormido com as portas fechadas, a menos que estivesse chovendo. Sinto mais saudades porque lá eu tinha minha família reunida. (MENEZES, É. G. F, 2018, P.22)

Maria Pereira da Silva Neta também recorda a tristeza de seu pai durante o processo de transferência para a nova Petrolândia. Ela relata como o pai, que havia vivido a maior parte de sua vida na antiga cidade, se sentia nostálgico e apreensivo em relação à mudança. Ele tinha uma ligação profunda com as terras e as memórias que deixaria para trás. A experiência de seu pai ilustra o impacto emocional que a mudança teve sobre muitos moradores que estavam deixando para trás não apenas casas, mas toda uma vida de recordações e histórias familiares. A história de seu pai é um exemplo vívido de como a construção da barragem afetou não apenas as condições materiais das pessoas, mas também suas vidas emocionais e sociais. Maria Pereira recorda:

Saímos com a água muito próxima de casa, mas não acreditávamos, foi somente quando vimos a realidade que caiu a ficha. Acredito que meu pai faleceu em decorrência da depressão e da imensa tristeza de ter abandonado sua vida. Ele era aposentado, mas mantinha uma rotina diária ativa. Levantava-se cedo para cuidar do aviário e da criação de animais. De repente, ele se viu preso em casa, sem suas atividades diárias que o mantinham ocupado na antiga cidade. Muitas vezes ele acordava de madrugada e lamentava, dizendo: "Neste momento, eu estaria vacinando os pintinhos que chegavam de Paulo

Afonso". São memórias como essas que nos enchem de profunda tristeza.

Ela lamenta, mas acredita que tudo isso faz parte das transições da vida. Parte de sua narrativa se volta para o presente, abordando:

Mas é assim mesmo, tudo na vida tem seus ciclos, com começos, meios e fins. Ali, naquela época, foi apenas uma etapa, e aqui estamos vivendo outra etapa agora. Mesmo sendo uma experiência muito dolorosa, com a demolição das casas e as pessoas chorando, sentimos saudade porque lá tínhamos nossa família completa. Após a mudança, meu irmão foi morar em Brasília, meu pai adoeceu, minha irmã também, e agora só restamos eu e minha mãe. Às vezes, ficamos pensando se, de alguma forma, as coisas seriam diferentes se ainda estivéssemos lá, se meu pai ainda estaria conosco e nossa família continuaria unida.

A construção da memória familiar é uma construção coletiva, um encadeamento de lembranças que seleciona apenas os momentos que deixaram uma marca forte nas memórias dos familiares. Recuperar essa memória familiar é crucial para valorizar as gerações passadas, fortalecer os laços familiares, integrar-se em grupos sociais e compreender a história local.

Adailda Maria de Jesus expressa que a ideia de retornar a viver no sítio Boa Vista só faria sentido “se fosse como era antes, quando seus pais estavam vivos”. Ela sente falta da casinha pequena de taipa com dois cômodos que tinham no terreno de sua mãe, “tem muita gente que diz que não sente falta nenhuma, mas eu não esqueço”. Graças à indenização da CHESF, puderam melhorar significativamente sua qualidade de vida, uma vez que agora vivem na cidade, onde o acesso a serviços médicos e ao mercado é muito mais fácil. Anteriormente, tinham que caminhar a pé do sítio, pois a área rural carecia de desenvolvimento.

Alzira Albuquerque Cruz enfatiza que a CHESF forneceu “terrenos e materiais para a construção de casas”, o que ela considera benéfico para a população, especialmente para quem antes vivia de aluguel. Cleonice Benigno dos Santos também foi beneficiada com um terreno e materiais para a construção de sua casa, uma vez que vivia de aluguel na antiga Petrolândia. Ela recorda a última missa realizada na igreja São Francisco de Assis e a

emocionante procissão de despedida da antiga cidade em direção à nova Petrolândia, carregando o santo padroeiro São Francisco de Assis. Esse momento representou a realização de um sonho para Cleonice, que agora tinha sua própria casa.

Assim, embora a mudança possa ter representado uma perda para algumas pessoas, para outras, foi uma oportunidade de conquistar a casa própria e melhorar suas condições de vida, proporcionando novas oportunidades de trabalho e um ambiente mais propício ao crescimento pessoal e familiar. No entanto, o sentimento de saudade em relação ao passado persiste, especialmente devido ao fato de que muitos entrevistados têm uma certa idade e passaram sua infância na antiga Petrolândia, compartilhando momentos especiais com seus pais e amigos que agora já não estão mais vivos. Essa é a razão pela qual a saudade da velha Petrolândia é tão profunda entre os entrevistados.

Figura 11- Igreja Matriz São Francisco de Assis



FONTE: (MENEZES, 2014. p. 282)

Hoje, a igreja do Sagrado Coração de Jesus de Barreiras se tornou um símbolo e o cartão postal de Nova Petrolândia. A antiga igreja matriz São Francisco de Assis (figura 11) foi submersa junto com a cidade, impossibilitando a sua visualização. No entanto, a igreja de Barreiras se destacou, uma vez que parte de seu telhado permanece visível acima da água, servindo como uma recordação visível do passado e um ponto de referência para os moradores e visitantes. Ela não apenas preserva a memória da antiga Barreiras, mas também se tornou um ícone da resistência das comunidades que enfrentaram a mudança e continuam a manter viva sua história.

Figura 12 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Barreiras, cuja torre ainda pode ser avistada no lago de Itaparica



FONTE: (MENEZES, 2014. p. 281)

Para Sá, o planejamento das construções das usinas pelo Estado ocorreu devido à grave crise energética dos anos 1970 (Sá, 2000, p. 122), com apoio do Ministério de Minas e Energia destinado a oito estados nordestinos: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, resultando na criação de novos municípios. Após a conclusão dos trabalhos na Microrregião de Itaparica, a CHESF deu continuidade às obras da Hidrelétrica de Xingo, que se estenderam até 1994, sendo seu último projeto (Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso em 1954, Três Marias em 1959 e Sobradinho em 1978).

O município de Petrolândia foi o único em que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRÁS), em 1962, junto com a CODEVASF, manteve a população rural no programa de irrigação dentro de seu território (Sá, 2000, p. 96). A construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, conhecida hoje como Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, fazia parte de uma estratégia complementar da política energética estabelecida no plano nacional de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, priorizando projetos para aumentar a capacidade de geração de energia hidroelétrica no país. Nesse contexto, a nova cidade está em desenvolvimento, e o que restou da cidade velha são as memórias, como relata Dona Izabel Pereira Pires: "Ainda sinto falta daquela liberdade, principalmente do rio, que era como o jardim da minha casa, e de tantas outras famílias também". Para Oliveira, "a memória carrega o peso da dor pela transferência forçada dos moradores na formação do reservatório de Itaparica" (Silveira, 2018, p. 9-22), de acordo com a historiadora Jamile Silveira:

As obras da Companhia, acompanhadas do discurso do desenvolvimento urbano e industrial, impactaram as relações socioculturais, a paisagem urbana e rural, e sobretudo, o mundo do trabalho. O marco temporal se inicia em 1945, com a autorização do Governo Federal para sua instalação, atravessando a emancipação de Paulo Afonso enquanto município em 1958 e o regime militar instaurado em 1964. (SILVEIRA, 2018, p. 235)

Neste contexto de política econômica no Brasil, especialmente durante os períodos ditatoriais, houve um confronto direto entre os projetos dos

trabalhadores e operários da CHESF, que ocorreu nos anos de 1979 e 1982, e o projeto da empresa governamental. Esse embate refletiu as tensões e contradições existentes na relação entre os interesses das classes trabalhadoras e a agenda das instituições governamentais em um cenário de repressão política e imposição de políticas econômicas. Enquanto os trabalhadores buscavam proteger seus direitos e melhorar suas condições de trabalho, a empresa governamental seguia sua agenda de desenvolvimento econômico, muitas vezes em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Nas eleições de 1986, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) indicou Miguel Arraes para governador, que contava com grande apoio dos trabalhadores rurais e acabou ganhando as eleições. Arraes demonstrou apoio ao movimento rural de Petrolândia, expressando sua preocupação em relação aos trabalhadores rurais e reconhecendo sua importância política. Nessa ocasião, o prefeito de Petrolândia, Francisco Simões de Lima, ofereceu apoio significativo à paralisação da obra de Itaparica em 1986, enviando mantimentos e ambulâncias para atender a população rural no local. Os trabalhadores reivindicavam seu reassentamento com base no Estatuto da Terra e, em agosto, realizou-se a primeira concentração dos trabalhadores atingidos pela barragem, com cerca de dois mil participantes.

3.2 A paralisação e ocupação em 1986

As obras para a construção da barragem de Itaparica foram iniciadas em 1979, foi um período marcado por protestos e paralisação, concluindo a barragem em 1988. Alcançando uma área de 150 km de extensão, inundando municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco e municípios baianos de Glória, Rodelas e Chorrochó (CHESF,

1985). Os impactos desse projeto causaram a desapropriação de terras e o deslocamento de população rural e urbana. Santos, explica:

[...] atingindo 10.500 famílias, das quais 4.600 residiam nos espaços urbanos e 5.900 nos espaços rurais desses municípios diretamente atingidos, incluindo-se 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. Cerca de 40 mil pessoas foram atingidas pela construção da barragem, sendo 19 mil moradoras das cidades e 21 mil residentes no campo. (SANTOS, 2019, p. 111)

A CHESF enfrentou manifestações locais e negociações coletivas com os representantes da região afetada diante das pressões sociais. O movimento dos trabalhadores rurais passou a debater a remoção e transferência da população, assim como as políticas para lidar com os problemas sociais decorrentes. Os primeiros movimentos surgiram com a luta pela “terra por terra na borda do lago” (Santos, 2019, p. 112), que recebeu apoio do sindicato dos trabalhadores rurais. Este capítulo destaca o papel fundamental do movimento dos trabalhadores rurais de Petrolândia, cuja atuação foi essencial para transformar o projeto de reassentamento em realidade. É um retrato vívido da memória da cidade, demonstrando que sua existência só foi possível graças à luta incansável dos sindicatos rurais.

Nesse período, o Polo Sindical começou a mobilizar as pessoas e a fornecer informações sobre o que estava acontecendo. Isso foi essencial, visto que muitas pessoas que viviam na zona rural não tinham conhecimento sobre o andamento da construção da barragem e se seriam indenizadas. Seu Luiz Menélio de Sá²⁹ foi uma das pessoas que se voluntariaram para participar da paralisação da obra, que fazia parte do projeto de reassentamento. Ele relata: “[...] Vicente Coelho começou a mobilizar as pessoas a fazer atas e ir

²⁹ Luiz Menélio de Sá, um cidadão de 80 anos, nasceu em Floresta, Pernambuco, e atualmente reside na Agrovila 04, Bloco 03 do Limão Bravo. Ele é um agricultor reassentado, filho de Menélio Manoel de Sá e Maria Cristina da Conceição. Em 1975, ele mudou-se para Varzea que fica na zona rural da antiga Petrolândia, onde passou a trabalhar e viver na casa de Manoel Novais. Além de sua dedicação à agricultura, Seu Luiz é conhecido por ser uma pessoa muito comunicativa. Sua paixão por defender os direitos das pessoas e seu desejo de se manter atualizado sobre os acontecimentos da época o levaram a se tornar um membro ativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essa dedicação ao sindicato continua até os dias atuais, tornando-o um participante ativo no polo sindical.

falar com os responsáveis pela obra ali [...]", o que deu um impulso significativo ao movimento naquele momento. Seu Luiz recorda:

[...] Eu estava na Varzea Redonda quando o presidente do sindicato que era Vicente chegou. Ele perguntou na comunidade quem eram as pessoas que poderiam acompanhá-lo até a obra. Então, eu respondi – Eu, Luiz Menélio. Ele perguntou: Você vai? E eu respondi: Eu vou.

Esse processo desempenhou um papel fundamental no fortalecimento do movimento e culminou na criação do Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco, estabelecido em 1979 na cidade de Petrolândia. Durante o andamento da construção da Barragem de Itaparica em 1984, a missão primordial do sindicato era lutar pelo reassentamento das famílias que não estavam contempladas pelo programa de realocação para a nova cidade, bem como garantir a disponibilidade de infraestrutura básica para todos.

Conforme relatado por Luiz Menélio de Sá, foram realizadas ações na cidade para conscientizar a população sobre o fato de que a CHESF não estava comprometida com os direitos das pessoas. Ele lembra: “[...] que a gente deveria se cuidar, pois a CHESF não vai dar nada a ninguém”. As pessoas tinham receios legítimos de perder suas casas e pertences, sem ter para onde ir, como foi o caso de Lusmar Menezes de Sá³⁰, que recorda: “Não sabíamos como seria feita essa transferência das pessoas que moravam à beira do rio”. Eles também lembravam dos problemas enfrentados em Sobradinho e se preocupavam em passar pela mesma situação. Nesse contexto, o sindicato assumiu a liderança na busca por soluções para esse dilema.

³⁰ Lusmar Menezes de Sá, uma senhora de 79 anos, é filha de José Gomes de Menezes e Maria José de Loudes Barros, ambos naturais de Petrolândia. Ela nasceu em uma família humilde de ribeirinhos que viviam no Sítio Caiçara, em Petrolândia. Sua subsistência vinha da agricultura e da pesca. A família morava em uma casa de barro, reforçada com tijolos, localizada próxima ao rio, o que facilitava tanto a pesca quanto o cultivo para a sobrevivência. Quando tinha 20 anos, Lusmar se casou e mudou-se para o Sítio Sobrado. Mais tarde, decidiu buscar oportunidades melhores em São Paulo, onde viveu por uma década. No entanto, devido às dificuldades enfrentadas na cidade grande, ela retornou à sua terra natal, estabelecendo-se inicialmente no Sítio Caruru e, posteriormente, voltando ao Sobrado em Petrolândia. Lusmar e seu falecido esposo Anastacio de Souza Alves sustentaram-se por meio da agricultura ao longo de suas vidas.

Nesse período a Chesf procurou se comprometer com os pedidos propostos pelo movimento e em 1985, criou o “plano de desocupação” (Sá, 2000, p. 154) firmando compromisso com a população da área atingida pelo projeto da hidrelétrica de Itaparica. Apesar do acordo muitos impasses ocorreram nas negociações como a escolha do local da nova cidade, com isso, o sindicato continuou com as manifestações mobilizando agricultores e trabalhadores rurais na ocupação do canteiro de obra da barragem, em dezembro de 1986. Paralisando a construção por seis dias, fazendo com que a CHESF estabeleça novas condições se comprometendo com o reassentamento da população (Sá, 2000, p. 154). Luiz Menélio de Sá, relata:

[...] Foi quando chegamos a um ponto em que decidimos parar a obra para chamar a atenção do governo, liderado por Aureliano Chaves, que na época era o ministro de Minas e Energia. [...] Foi nesse momento que começaram a chegar representantes de Brasília e as negociações foram iniciadas [...].”

O movimento liderado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco reuniu aproximadamente 5 mil trabalhadores rurais que exigiam da CHESF a substituição das terras que seriam inundadas pela construção da Barragem de Itaparica (figura 13).

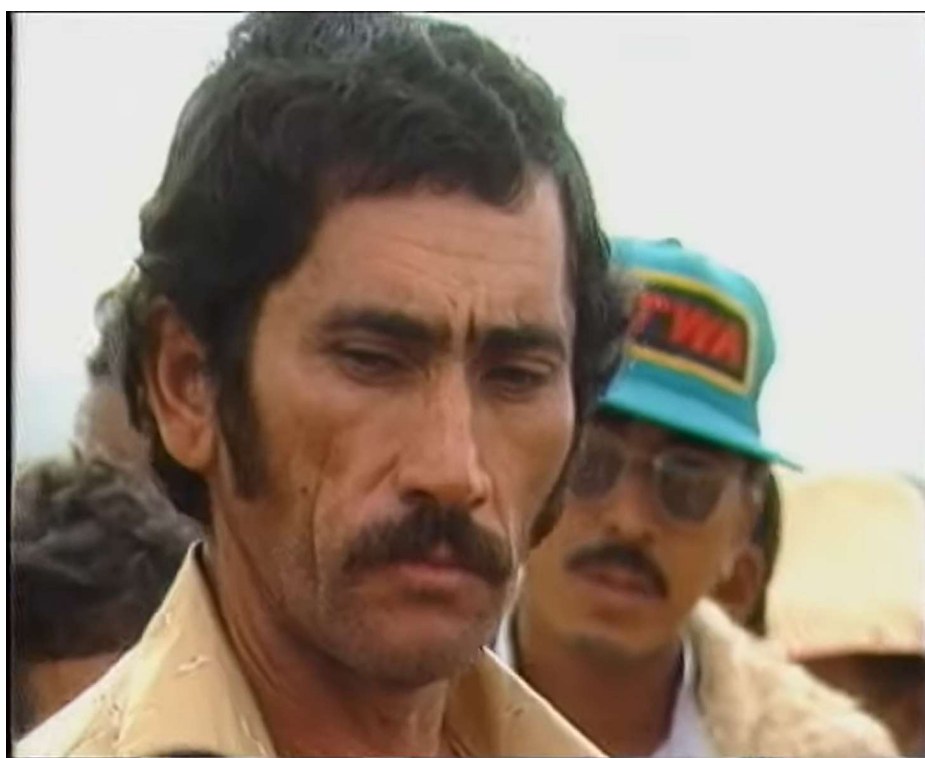
Figura 13 - A chegada dos trabalhadores rurais no canteiro de obras da Chesf em 1986.



FONTE: (TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986)

O documentário da TV Viva, intitulado "Barragem: a ocupação de 1986"³¹ e disponível no YouTube, revela que "O enchimento do reservatório ameaçava essas 7 mil famílias devido à perda das terras mais férteis da região"³². Como participante da paralisação, é possível encontrar a imagem de Luiz Menélio de Sá no documentário (figura 14), destacando sua ativa participação no movimento e sua presença marcante durante esse período histórico.

Figura 14 - Luiz Menélio de Sá em 1986.



FONTE: (TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986)

Assim como Luiz Menélio, os trabalhadores sentiam orgulho por participarem de um movimento tão grandioso que mudaria a vida de todos, uma luta pelo reconhecimento de que também faziam parte da velha Petrolândia e que tinham direito ao reassentamento. O problema era que sete

³¹ TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986. Youtube, 1986. Disponível em < [BARRAGEM: A OCUPAÇÃO - 1986 - YouTube](#)> Acesso em 2022.

³² Ibidem

municípios nos estados de Pernambuco e Bahia seriam impactados, dos quais três seriam completamente submersos. Enquanto formavam o acampamento, os trabalhadores rurais compartilhavam recursos limitados, como comida, conforme observado por Luiz Menélio de Sá em 2023: "[...] comíamos feijão e tínhamos pão". Todos estavam unidos em busca de melhorias. Nesse período, receberam apoio do prefeito da época, Dr. Francisco Simões de Lima, que enviou comida e uma ambulância em apoio ao movimento. Como ressalta Luiz Menélio de Sá, "só fomos notados quando paramos a obra", e, nesse momento, os funcionários da CHESF "bateram palmas para nós".

Mesmo se reunido com a CHESF os agricultores não tinham ideia de quando o reassentamento viria, deixando claro, que aquela "situação havia chegado no limite máximo"³³. O representante do Polo Sindical, Vicente da Costa Coelho³⁴ fez um discurso em apoio aos manifestantes:

Se a CHESF não meter a faca no campo para trabalhar com a gente é porque não quer fazer isso. Se o governo estadual não tomar providencias é porque não quer fazer, então, vamos ficar esperando por quem [...] Nois vamos aceitar isso [...]por tanto hoje é pacífico!³⁵

Vicente Coelho deixou claro a intenção do movimento e sua insatisfação com o governo estadual por não providenciar um projeto de reassentamento para a população. Inicialmente, as decisões eram comunicadas aos manifestantes pela polícia, uma vez que a CHESF não mantinha um contato direto, tornando a polícia³⁶ o intermediário e até mesmo o representante, o que gerava mais revolta e questionamentos (figura 15).

³³ TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986. Youtube, 1986. Disponível em < [BARRAGEM: A OCUPAÇÃO - 1986 - YouTube](#)> Acesso em 2022.

³⁴ Vicente Coelho foi o fundador e o primeiro vereador do PT no município de Petrolândia. Além disso, ele ocupou o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia.

³⁵ TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986. Youtube, 1986. Disponível em < [BARRAGEM: A OCUPAÇÃO - 1986 - YouTube](#)> Acesso em 2022.

³⁶ O movimento dos trabalhadores rurais foi alvo de ações policiais, as quais não se limitaram apenas a intimidar as lideranças. Essas ações contribuíram significativamente para desmobilizar as lutas promovidas pelo Polo Sindical, criando uma imagem negativa do movimento perante a sociedade. Isso resultou na percepção equivocada de que as atividades

Figura 15 - Imagem da polícia como interlocutora da Chesf



FONTE: (TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986)

Luiz Menélio de Sá destaca que tiveram que enfrentar a polícia, mas “ninguém abandonou seu posto por medo da polícia”. No documentário, Vicente questiona: “Como a polícia pode trabalhar em função da CHESF e não do povo?” O tenente da polícia militar responde afirmando que não está do lado de ninguém, mas sim com o objetivo de manter a ordem, embora, na prática, pareça estar a favor da CHESF. O “problema era que a obra estava prestes a ser concluída, e não havia um centímetro sequer do reassentamento pronto”³⁷. Um representante do sindicato questiona o policial:

[...] vai trazer o representante da CHESF aqui. É importante que agora a gente tenha um tempo porque aí a gente passar um ano, dois anos e vai esperar igual em 79 que a gente esperou e nada.³⁸

do movimento eram ilegais, destacando a importância da luta por representatividade, conforme abordado por Chartier (2002).

³⁷ TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986. Youtube, 1986. Disponível em < [BARRAGEM: A OCUPAÇÃO - 1986 - YouTube](#)> Acesso em 2022.

³⁸ Ibidem

As primeiras ações praticadas pelo movimento começaram em locais dispersos. Muito dos agricultores temiam o “desastroso processo de remoção de Sobradinho e perdas da população rural” (Santos, 2019, p. 112) isso contribuiu com o desenvolvimento do movimento sindical rural, ampliando sua força na ocupação de 1986 em Itaparica.

No decorrer do movimento, os manifestantes decidiram entrar na obra e paralisar todas as atividades com o apoio dos operários. Eles deixaram claro que só sairiam dali quando o presidente da CHESF, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, assinasse o documento com o “cronograma de reassentamento dos afetados pela barragem”.

O Presidente do Sindicato, Eraldo, liderou a ação, abrindo o portão para permitir que os manifestantes entrassem. Luiz Menélio de Sá descreve o evento como algo pacífico, enfatizando que “não fomos para bagunçar”. Para evitar a passagem da polícia, eles colocaram pedras como uma pequena barreira, conforme ilustra a figura 16 retirada do documentário da TV VIVA, intitulado “Barragem: a ocupação de 1986”.

Figura 16 - Trabalhadores movendo pedras para fazer barreiras



FONTE: (TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986)

Os representantes sabiam qual área de segurança poderiam ocupar e, quando a polícia percebeu, já estávamos no local. Como destaca Luiz Menélio de Sá em 2023:

Em nenhum momento eu senti medo, apenas alegria. Éramos fortes, éramos cerca de 6 mil pessoas juntas, e a própria CHESF e o governo sabiam que éramos trabalhadores, cidadãos de bem, e estávamos apenas lutando pelos nossos direitos.

Na última reunião foi estabelecido que em abril de 1987 começaria a construção de 5 mil casas e em agosto o reassentamento para cada família. Ficando 25.000 hectares de terras com uma área irrigada que varia de 1/5 a 6 hectares, de acordo com a Após 4 dias de ocupação, o presidente da CHESF começou a negociar com os membros do Polo Sindical. O primeiro acordo foi remover todo o aparato policial da área, com o apoio do advogado e deputado na Bahia Alcides Modesto do Partido dos Trabalhadores (PT), que pediu que os policiais fossem afastados, afirmando que não deveriam prejudicar os trabalhadores rurais.

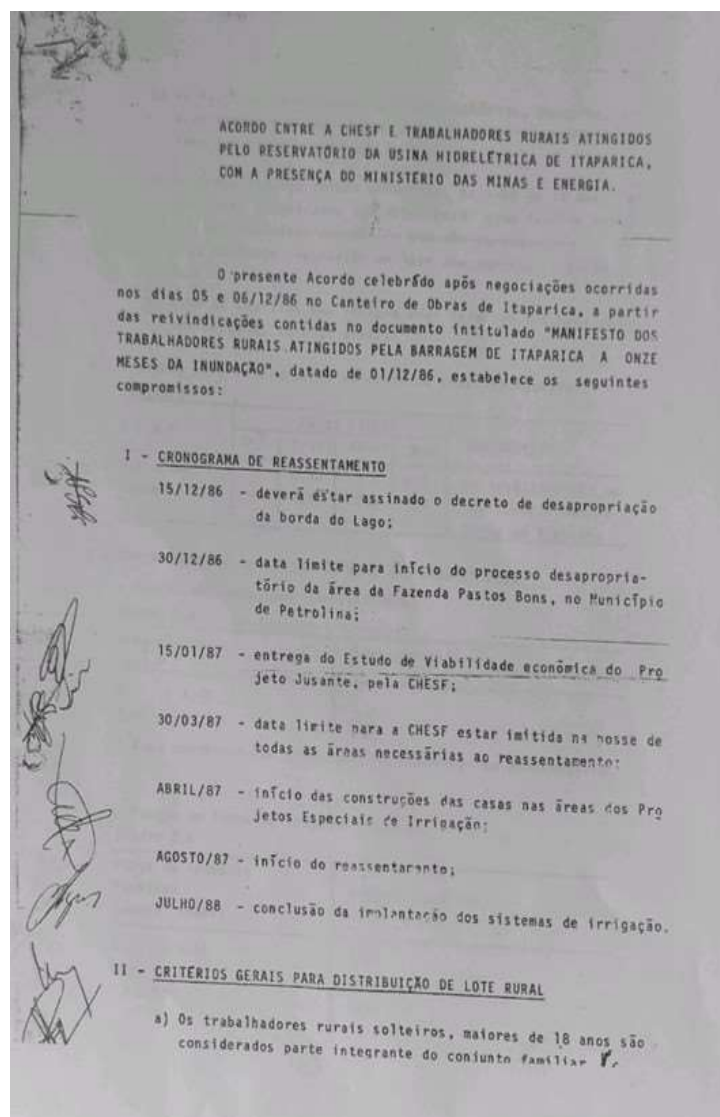
Somente sob essa condição, os representantes do povo compareceram e afastaram a polícia, que estava no mesmo local que os manifestantes. Luiz Menélio de Sá destaca que a presença da imprensa no local contribuiu para as negociações, uma vez que "eles não queriam queimar a imagem da empresa e do governo". No entanto, mesmo com a intervenção dos representantes do povo e o afastamento da polícia, é importante ressaltar que a presença policial inicialmente no local pode ter gerado um clima de intimidação e insegurança entre os manifestantes.

Além disso, a necessidade de recorrer à imprensa para facilitar as negociações revela uma dinâmica de poder na qual a imagem pública da empresa e do governo desempenha um papel significativo nas decisões e nas relações de força. Esse episódio destaca a complexidade das interações entre os diversos atores envolvidos e as estratégias utilizadas para alcançar objetivos específicos em meio a conflitos sociais e políticos.

No quinto dia, o Ministro Aureliano Chaves chegou ao canteiro de obras e iniciou uma reunião que durou mais de 10 horas. A assinatura do acordo

(figura 17) certificou o compromisso assumido pelo Estado com a população rural afetada.

Figura 17 - Acordo assinado pelos representantes da Chesf e os trabalhadores rurais.



FONTE: (Polo Sindical, 1986, p. 01)

Como destaca Luiz Menélio de Sá em 2023, "foi quando a CHESF entendeu que havia essas necessidades de amparar essas famílias", pois a cidade já estava em construção, faltando apenas os direitos dos trabalhadores rurais. Ele enfatiza que, enquanto estavam na luta, suas famílias ficavam em

casa com medo de que eles morressem, porque a polícia insistia que saíssem do local.

É importante destacar a conduta da CHESF e sua abordagem em lidar com as comunidades afetadas. A presença inicial da polícia, juntamente com relatos de intimidação, sugere uma postura autoritária por parte da empresa estatal, que pode ter priorizado seus interesses econômicos em detrimento dos direitos e bem-estar das comunidades locais.

Além disso, a necessidade de intervenção de autoridades de alto escalão, como o Ministro Aureliano Chaves, para resolver o impasse ressalta a falta de canais eficazes de diálogo e resolução de conflitos por parte da CHESF. Isso indica uma falha na responsabilidade corporativa da empresa em garantir uma abordagem justa e transparente ao lidar com questões sociais e ambientais. Conforme as negociações avançaram, as conquistas foram alcançadas, proporcionando alívio ao medo da população rural de ser esquecida e perecer na inundação.

O acordo incluiu a garantia de capacidade produtiva familiar e uma ajuda de custo até a primeira colheita, equivalente a 2/5 de salário-mínimo. No sexto dia, de forma simbólica, os trabalhadores rurais entregaram a obra ao presidente da CHESF, Antônio Ferreira Oliveira Brito como ilustra a figura 18. O relato de medo e preocupação das famílias dos manifestantes também destaca os impactos adversos que a atuação da CHESF teve sobre as comunidades locais, incluindo o estresse emocional e os riscos à segurança pessoal. Isso levanta preocupações sobre o impacto social e humano das atividades da empresa, destacando a necessidade de uma abordagem mais sensível e empática ao lidar com as comunidades afetadas.

Figura 18 - O Ministro de Minas e Energia no canteiro de obras da CHESF.



FONTE: (TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986)

Através deste acordo com o ministro, foi elaborado um projeto de reassentamento para a população de Petrolândia, juntamente com um projeto de irrigação. Isso ocorreu porque a cidade estava prestes a ser submersa pelo lago artificial criado pela CHESF para geração de energia elétrica e áreas de irrigação. A presença da CHESF no sertão nordestino teve um impacto significativo na dinâmica social da região até os dias atuais. Inicialmente, com a criação da Vila da CHESF, os trabalhadores, selecionados entre os habitantes locais, tiveram acesso a toda a infraestrutura social desenvolvida pela empresa. No entanto, os moradores das áreas próximas viram suas vidas sociais serem transformadas com a chegada da Vila da CHESF, introduzindo novos atores e estruturas em suas rotinas.

Para a construção da barragem de Itaparica, foi estabelecido um canteiro de obras na cidade de Petrolândia. Isso fez com que os moradores percebessem que o reassentamento era uma realidade e que dependia deles buscar um destino melhor do que os reassentados de Sobradinho e Moxotó. Os impactos resultantes da atuação da CHESF nessa região foram de tensão e conflito intensos. Conforme destacado por Bomfim (1999), os moradores de Petrolândia costumavam se referir à CHESF como "besta-fera".

Em última análise, o episódio destaca a importância da prestação de contas e transparência por parte da CHESF em suas operações e projetos,

bem como a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa ao lidar com questões sociais e ambientais em suas áreas de atuação.

Pode-se concluir que a presença e as ações da CHESF na região de Petrolândia tiveram impactos significativos e multifacetados na vida dos moradores locais. Por um lado, a criação da Vila da CHESF trouxe benefícios em termos de infraestrutura e serviços para os trabalhadores selecionados, introduzindo uma nova dinâmica social na região. No entanto, a construção da barragem de Itaparica e o subsequente reassentamento da população provocaram tensões, conflitos e resistência por parte dos moradores afetados.

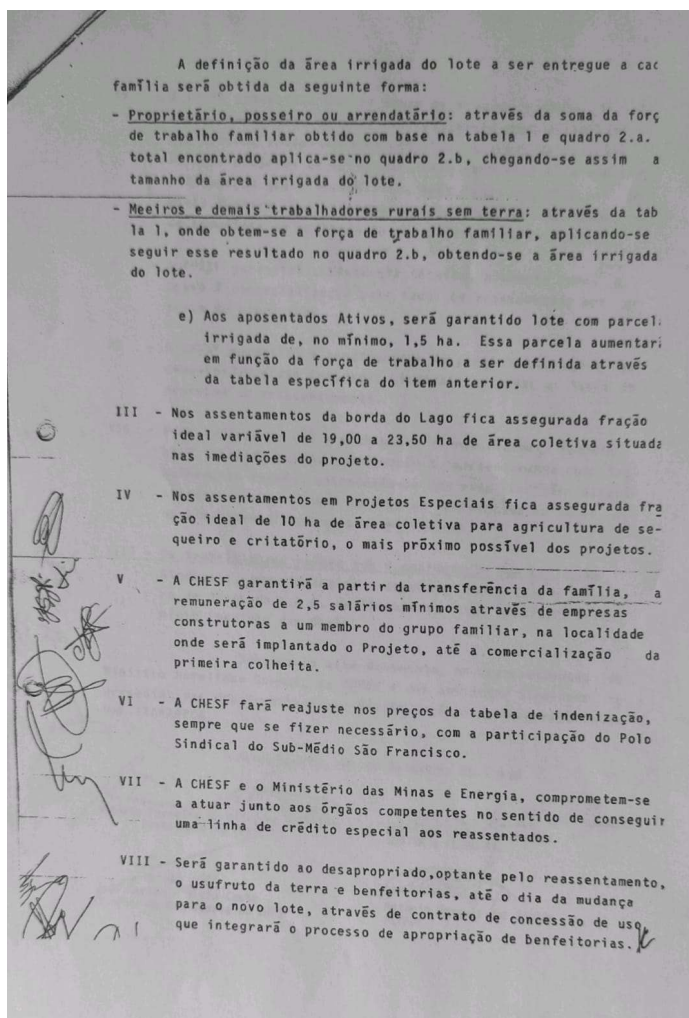
Esses eventos evidenciam a complexidade das relações entre grandes empreendimentos de infraestrutura, como a CHESF, e as comunidades locais. Apesar dos esforços para fornecer compensações e infraestrutura aos reassentados, os impactos sociais, econômicos e emocionais do reassentamento nem sempre foram adequadamente abordados. Além disso, a percepção negativa da CHESF por parte dos moradores, evidenciada pelo apelido "besta-fera", sugere um profundo descontentamento e desconfiança em relação às práticas da empresa.

Portanto, conclui-se que a experiência de Petrolândia ilustra os desafios e as tensões associados à implementação de grandes projetos de desenvolvimento e infraestrutura em áreas habitadas, destacando a importância de abordagens mais sensíveis e inclusivas para lidar com os impactos sociais e ambientais desses empreendimentos.

4 A POLÍTICA DE REASSENTAMENTO (IN)VOLUNTÁRIO

Neste capítulo, abordo a perspectiva dos moradores em relação à nova cidade e à saída da antiga Petrolândia. A realocação da população foi realizada pela CHESF por meio do processo de reassentamento, que resultou de uma luta árdua dos trabalhadores rurais e sindicatos locais. O processo de realocação foi resultado de um acordo estabelecido em 1986 (figura 19) entre a CHESF e as pessoas afetadas, com a mediação dos Sindicatos e do Polo Sindical do Submédio do São Francisco. Esse acordo só foi possível devido à mobilização intensa dos atingidos em busca de seus direitos como ribeirinhos.

Figura 19 - Acordo assinado pelos representantes da Chesf e os trabalhadores rurais



FONTE: (Polo Sindical, 1986, p. 02)

O documento estabelecia garantias de terras próximas aos rios, com uma média de 10 hectares de área coletiva destinada à agricultura de sequeiro³⁹, além de uma remuneração de 2,5 salários-mínimos⁴⁰ até a conclusão do projeto de irrigação. Comprometeu-se a revisar o valor das indenizações com a participação do Polo Sindical e incluiu a possibilidade de realocação caso os lotes apresentassem problemas, com avaliação técnica da CHESF. Também prometeu assistência técnica por cinco anos e participação das comunidades e entidades sindicais em todas as etapas do reassentamento (CHESF, 1988).

Entretanto, a CHESF não cumpriu essas especificações, dando a impressão de que, no momento da assinatura do acordo, buscava apenas se livrar do problema causado pelo movimento que paralisou as obras da usina. Isso sugere que a CHESF não assumiu responsabilidade pelos reassentados, negligenciando suas necessidades físicas e econômicas decorrentes da construção da Barragem de Itaparica. Essa postura reflete uma falta de compromisso real da empresa com as comunidades afetadas, priorizando seus próprios interesses em detrimento do bem-estar dos indivíduos impactados.

A transferência efetiva dos moradores ocorreu dentro do prazo estipulado pela CHESF, entre agosto de 1987 e junho de 1988. No entanto, após a mudança, o processo de realocação continuou com o objetivo de implementar projetos de irrigação nos primeiros anos da década de 1990, visando permitir que os agricultores retomassem suas atividades produtivas.

³⁹ Em regiões áridas como o sertão nordestino, a prática da agricultura enfrenta desafios significativos. Uma abordagem para superar essa dificuldade é a agricultura de sequeiro, que se baseia principalmente na utilização da água da chuva em áreas com baixa precipitação pluviométrica. O termo "sequeiro" deriva de "seco", em contraste com a agricultura de brejeiro, realizada em solos úmidos. Essa forma de agricultura busca alcançar eficiência em terras áridas por meio da seleção de culturas que não requerem irrigação constante e podem resistir aos períodos de seca entre as chuvas. No entanto, não se confia apenas na sorte das condições climáticas. Através de cálculos e técnicas para armazenamento da água da chuva, busca-se garantir a eficácia desse método de cultivo, que pode resistir até mesmo às prolongadas estiagens do sertão nordestino.

⁴⁰ Em 1º de março de 1986 o salário-mínimo passa a valer Cz\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzados), incluído o abono supletivo de que trata este Decreto-Lei e restabelecido o reajuste anual para 1º de março de 1987. <[Tabelas de Valores de Salário Mínimo de 1940 a 2022 | Davanzo Contabilidade](#)>

Entretanto, essa fase também foi marcada por denúncias de descumprimento do acordo por parte da autarquia, conforme consta em um documento enviado em 1990 (figura 20) ao Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Ozires Silva.

Figura 20 - Manifesto feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG



SENHOR MINISTRO:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entidade sindical de grau superior, representante dos interesses da classe trabalhadora rural, juntamente com o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, constituído pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Municípios de Glória, Rodelas, Chorrochó, Curaçá, Paulo Afonso (Estado: Bahia); Petrolândia, Floresta, Belém de São Francisco, Orocó e Santa Maria da Boa Vista (Estado: Pernambuco), vem denunciar a situação de mais de 5.000 (cinco mil) famílias de trabalhadores rurais reassentados nos projetos especiais de Caraíbas (Santa Maria da Boa Vista), Brígida (Orocó), Pedra Branca (Curaçá), Jusante (Glória) e nos projetos de Borda do Lago da Bahia e Pernambuco, atingidas pelo lago formado pela Usina Hidrelétrica de Itaparica, hoje denominada Luiz Gonzaga.

HISTÓRICO

A barragem de Itaparica, construída na divisa dos Estados da Bahia e Pernambuco, no Sub-Médio São Francisco e distante 60 km da cidade de Paulo Afonso, provocou a inundação

Exmo. Sr.
Dr. OZIREZ SILVA
DD. Ministro de Estado da Infra-Estrutura
Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 8º andar
Brasília-DF

FONTE: (CONTAG, 1990, p. 01)

No documento manifesto, os trabalhadores rurais das cidades de Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco, e Rodelas na Bahia, cobram que a CHESF cumpra o que foi prometido, pois a economia da região foi severamente afetada. Anteriormente, ela se sustentava principalmente pela

produção agrícola nas terras ribeirinhas e ilhas que foram inundadas na formação do lago. Desde o início da construção da barragem de Itaparica, esses trabalhadores lutam por indenizações justas, mas a CHESF não demonstrava preocupação com o destino dessa população. Foi necessário que o Polo Sindical, junto com os trabalhadores rurais, paralisasse a obra para negociar com a CHESF, Governo Federal e Estadual. Nesse acordo, ficou estabelecido que em 1988 seria entregue o sistema de irrigação para que os atingidos pudessem retomar a produção agrícola.

Antes de adentrarmos nos problemas atuais do reassentamento e explorarmos mais profundamente as vivências dos moradores em Petrolândia e nas agrovilas, é crucial compreender suas primeiras impressões ao chegarem nessas novas localidades. Para isso, trazemos os relatos iniciais de Lusmar Menezes de Sá, que nos oferecem um vislumbre da realidade desafiadora que enfrentavam antes da mudança. Vivendo em um sítio distante da antiga Petrolândia, as visitas à cidade eram raras “era demorado e só íamos as vezes para fazer compras de supermercado”. Além disso, a falta de serviços básicos como água encanada e eletricidade nos sítios e povoados agravava ainda mais as dificuldades cotidianas dos moradores.

No entanto, o projeto de reassentamento trouxe consigo mudanças significativas na realidade de muitos trabalhadores rurais, que já enfrentavam dificuldades para sobreviver, especialmente após a implementação da Verba de Manutenção Temporária (VMT). Lusmar Menezes recorda que sua casa anterior era simples, “tapada de barro, com cômodos separados por tijolos e chão de cimento”. Seu marido, Anastacio de Souza Alves, hoje falecido, participou ativamente das paralisações em busca da preservação de seus direitos. É importante ressaltar que foi graças a essa luta que conseguiram a oportunidade de se mudar para a agrovila e adquirir seu próprio lote. Lembrando a época da mudança para a agrovila 4, bloco 3, Lusmar Menezes compartilha suas memórias:

Chegamos aqui, e já foram levando para casa e já fomos recebendo a VMT, e isso foi muito bom, pois a gente era muito pobre. Teve muitas coisas que a CHESF não cumpriu, mas as nossas condições melhoraram e muito.

Ela enfatiza que a agrovila é um local tranquilo e que não tem muito do que reclamar, já que teve a “bênção” de morar perto de familiares e amigos que já conhecia antes da mudança. Ela menciona: “Tenho meu povo aqui perto, como a Lindaura, Duda, comadre Detinha do Caruru, Caiçara e Sobrado” Lusmar não sente saudades do passado, “só tenho saudades das pessoas que já se foram, mas considero que aqui é bem melhor” (2023).

Como vizinho e compadre, dona Lusmar tem Luiz Menélio de Sá, que naquela época saiu de Floresta e foi morar em Várzea Redonda, uma comunidade agrícola que fazia parte de uma rede de comunidades, incluindo Sobrado, Caruru, Caiçara e Icó, localizadas a cerca de 20 km de Petrolândia. Chegar lá era uma tarefa árdua, pois dependiam de quem tinha algum meio de transporte.

Luiz Menélio destaca que “o sindicato atual surgiu para unificar os 13 sindicatos do Vale do São Francisco” e enfatiza que, como agricultor e sindicalista, ele não poderia ficar de fora dessa luta pelo reassentamento. Ele afirma: “A gente tem história”. Luiz Menélio relata que:

Quando consegui minha casinha, foi só alegria, quando sai da minha cidade, Floresta, vim pra cá e fiquei dependendo das casas e terras aleias para trabalhar, e quando passei para o que é meu, foi alegria, foi alegria que eu tive, pois trabalhei 16 anos de agricultura lá, e quando recebi essa casa, e não foi a CHESF que deu, pois eu já tinha lá, foi uma permuta.

Luiz Menélio ressalta que tudo que conquistou hoje foi resultado de muita luta e da necessidade de paralisar a obra para conquistar o reassentamento. Ele destaca que, apesar de a CHESF não ter cumprido totalmente o acordo, ele se sente feliz e realizado ao comparar sua situação e moradia anteriores. Segundo ele, “isso foi muito bom para quem não tinha muitas condições”.

Os trabalhadores rurais não tiveram o poder de escolha em relação ao modelo das casas. Receberam casas no modelo padrão da CHESF (figura 21), com varanda, dois quartos, cozinha, banheiro e um depósito fora da casa.

Figura 21 – Modelo de casas construída pela Chesf para os reassentados



(FONTE: CONTAG, 1981, p. 15)

Para os reassentados, essas novas casas representaram uma melhoria significativa em relação às antigas construções de taipa revestidas de barro, que não tinham acesso à eletricidade e água encanada. No entanto, o simples fato de trocar de moradia devido a questões de status não garantiu necessariamente uma melhoria econômica para os reassentados, pois as novas residências também enfrentavam problemas no abastecimento de água.

Luiz Menélio de Sá destaca que “tivemos direito a um lote de 13 hectares”, porém não esperava enfrentar a falta de um sistema de irrigação adequado para o cultivo. Como resultado, o plantio precisava ser realizado apenas durante os períodos de chuva, o que dificultava o crescimento econômico da região. Ele menciona que a única forma de sustento era através da Verba de Manutenção Temporária (VMT), o que demonstra a falta de infraestrutura e apoio para o desenvolvimento agrícola na área.

Essa situação expõe uma falha significativa no planejamento e na implementação do reassentamento. A falta de um sistema de irrigação eficiente limitou severamente a capacidade dos reassentados de garantir sua subsistência e promover o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a dependência da Verba de Manutenção Temporária como única fonte de sustento evidencia a fragilidade do apoio oferecido aos reassentados, refletindo a ausência de políticas e medidas eficazes para garantir sua integração socioeconômica nas novas comunidades. Isso destaca a importância de uma abordagem mais holística e sustentável no processo de reassentamento, que leve em consideração não apenas a habitação, mas também as necessidades econômicas e sociais dos afetados.

Erileide Maria da Silva Lima destaca que ela e o esposo foram questionados sobre sua preferência de moradia, entre a cidade e a agrovila, optando pela última. Essa escolha foi motivada pela oferta de uma casa e um lote de terra para cultivo, além da Verba de Manutenção Temporária (VMT), que garantia as compras mensais de mercado. No entanto, ela ressalta que o processo de reassentamento foi marcado por muita luta e dificuldades. Ao ser questionada sobre as principais diferenças entre sua antiga moradia e a nova casa, ela enfatiza que "aqui é bem melhor [risos]". Esses relatos evidenciam os desafios enfrentados pelos reassentados, apesar das melhorias aparentes na nova moradia.

Embora alguns entrevistados relatem melhorias, há também relatos de que a CHESF não cumpriu integralmente com o que foi acordado. É importante destacar que o documento assinado em 1986 não foi completamente cumprido pela empresa. Erileide enfatiza a necessidade de interromper a construção da barragem para que o reassentamento fosse realizado. Esses relatos apontam para uma falha significativa por parte da CHESF em cumprir suas obrigações contratuais, o que impactou diretamente a vida dos reassentados.

Ela afirma que "precisaram parar a barragem para eles⁴¹ fazerem o reassentamento" Quando perguntada se a construção da Usina valeu a pena para Petrolândia, Erileide responde: "Valeu, né. Para o progresso" e conclui sua perspectiva sobre a importância desse empreendimento para a cidade:

Por que, se a gente estivesse em Petrolândia Velha, como seria hoje? Não tinha lugar para crescer, para canto nenhum. Acho que tava aquela coisa pacata, sem sair do lugar. E Petrolândia nova cresceu, muito, muito, né, e está crescendo. Os agricultores que foram mudados, quem não tinha terra ganhou terra para trabalhar, e quem tinha casa ganhou para morar."

Perguntei se ela sentia falta do passado e da vida que tinha em Boa Vista. Ela respondeu: "Mulher, não sinto falta [risos], para falar a verdade, não sinto". Essa resposta revela a resignação diante das dificuldades enfrentadas no reassentamento. Durante o período chuvoso, seu esposo enfrentava obstáculos na fabricação das telhas, já que a umidade poderia danificá-las. Enquanto outras pessoas tinham galpões para armazenar mercadorias, eles não tinham essa vantagem. Nas semanas chuvosas, não podiam deixar as telhas secarem ao ar livre, o que afetava sua produção e renda. Ela destaca ainda que, na nova cidade, conseguiu construir uma família e uma história, o que diminui sua saudade do passado.

No caso de Adailda Maria de Jesus e seu esposo, optaram por morar na cidade, na quadra 06, uma das áreas mais valorizadas. Anteriormente, viviam em Boa Vista, onde enfrentavam dificuldades trabalhando em olarias, situação semelhante à de Erileide e seu esposo. Quando chegou o momento da mudança, sua casa ainda estava em fase de projeto, enquanto outras já estavam prontas. Seu esposo teve que ir ao escritório da CHESF questionar o atraso na construção. Após a intervenção, funcionários da CHESF finalmente construíram a casa em 30 dias, perto do prazo de mudança, causando angústia à família.

⁴¹ A CHESF.

Essa situação ilustra a falta de planejamento e organização por parte da CHESF no processo de reassentamento, deixando famílias como a de Adailda e seu esposo em uma posição de vulnerabilidade e incerteza. Além disso, revela a necessidade de intervenção direta dos moradores para garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos, evidenciando a falta de transparência e compromisso da CHESF com o bem-estar das famílias reassentadas. Essa experiência ressalta as falhas do processo de reassentamento e a falta de consideração pelos impactos diretos na vida das pessoas afetadas.

Quando questionada sobre sua primeira impressão após a mudança para a nova casa, ela respondeu: "Senti uma sensação estranha e não gostei quando cheguei aqui". Adailda estava acostumada a morar no sítio, apesar de todas as dificuldades, e afeiçoada à antiga cidade, principalmente por causa das "memórias familiares" Bosi (1994). Ela sente falta da Boa Vista da época em que sua família e esposo estavam vivos, pois hoje vive apenas com o filho.

Quando perguntei sobre o que a CHESF representa para ela, Adailda foi firme em sua resposta: "A CHESF representa uma mãe". Ela fez essa comparação baseando-se na falta de infraestrutura na comunidade das casas em Boa Vista, onde enfrentavam alagamentos dentro de casa durante as chuvas, "lá na casinha, quando a chuva tava no céu, dentro da casa já estava alagado". Naquele lugar, viviam do que conseguiam vender nas olarias, e a concorrência era acirrada, pois havia muitos fabricantes de telhas na região. A oportunidade de permutar a casa construída no terreno de sua mãe permitiu que eles construíssem uma outra casinha próxima à olaria em que trabalhavam. Adailda Maria explica esse período:

Ele construiu uma casinha no terreno de Zé da Cruz, e aí ele falou com ele para construir essa casinha lá, para botar as manilhas [...]. Aí ele aceitou e disse que podia fazer [...] foi feita com dois cômodos, só para colocar as manilhas. Quando chegou a época de indenizar, meu marido falou com Zé da Cruz, e ele disse: "Zé, a casa é sua, você construiu, pode fazer o que quiser".

Assim, eles tiveram o direito de ter as duas casas indenizadas. Uma ficou na cidade, onde escolheram morar, e a outra ficou na agrovila, o que deu direito ao lote e à VMT (Verba de Manutenção Temporária) para Adailda. Ela disse: “Aqui foi bom para a gente, que ficou um tempo sem trabalhar, 13 anos recebendo da CHESF, e lá a gente vivia da roça e da olaria”. Quando ela mudou para a nova cidade, já tinha 33 anos, e o esposo um pouco mais velho. Ao chegar na nova Petrolândia, “aqui já começou a receber a VMT e veio a compensação, e foi seguindo as vias até que chegou à aposentadoria” Após a mudança, ela optou por não trabalhar mais na roça, dedicando-se apenas às tarefas domésticas.

A declaração de Adailda sobre a CHESF representar uma mãe, apesar dos problemas enfrentados durante o processo de reassentamento e construção de sua casa, revela uma incoerência significativa. Por um lado, a metáfora da CHESF como uma mãe sugere um papel de cuidado, proteção e responsabilidade para com as famílias reassentadas, evocando uma imagem positiva de uma instituição que se preocupa com o bem-estar de seus beneficiários. No entanto, essa visão contrasta fortemente com a realidade vivenciada por Adailda e outras famílias, que enfrentaram dificuldades, atrasos e falta de assistência adequada por parte da CHESF durante o processo de reassentamento.

Essa incoerência destaca uma dissonância entre a imagem idealizada da CHESF como uma entidade materna benevolente e a experiência concreta das famílias reassentadas, que muitas vezes se sentiram abandonadas e desamparadas diante dos desafios enfrentados. A metáfora da “mãe” sugere um vínculo emocional e um senso de proteção que não foram devidamente correspondidos pela CHESF, evidenciando uma desconexão entre a retórica institucional e a realidade vivida pelos beneficiários.

Para Cleonice Benigno dos Santos, a chegada da usina representou muitas conquistas. Além de trabalhar para a CHESF, ela recebeu um terreno e materiais para construir sua casa na nova Petrolândia. Ela afirmou: “Tudo o que tenho é resultado da construção da hidrelétrica. [...] representou uma mudança e uma vida diferente”. Quando questionada se teve dificuldades

para se acostumar com a nova moradia, Cleonice respondeu: “Não foi difícil me acostumar, pois ainda fiquei indo para o alojamento em Itaparica para trabalhar até 1990”.

Durante toda a entrevista, Cleonice expressa sua felicidade e gratidão pelas conquistas na nova Petrolândia e como sua vida mudou para melhor. Ela compartilhou sua relação positiva com a nova cidade:

Petrolândia nova foi uma maravilha. Ter uma filha nascida em Petrolândia, Ana Patrícia Benigno dos Santos Vital, é meu orgulho. Eu amo essa cidade e agradeço a Deus por tudo que essa cidade me proporcionou de bom.

Sempre engajada nos eventos da igreja, Cleonice Benigno começou a fazer parte do grupo de idosos da cidade e está sempre presente nos eventos de apresentação da prefeitura e da igreja. Ela afirma: "Não nasci em Petrolândia, mas me sinto como se tivesse".

A notícia da construção da Usina de Itaparica atraiu muitas pessoas para a antiga Petrolândia em busca de oportunidades de trabalho nos alojamentos da CHESF, seja diretamente na autarquia ou com empresas terceirizadas como a Camargo Corrêa. A possibilidade de obter um terreno ou fazer uma permuta de casa também atraiu pessoas de outras cidades, como Cleonice, que veio de Sertânia para a cidade em busca de emprego com a construção da barragem de Itaparica. No entanto, essa migração em massa causou desconforto em alguns moradores locais.

Pessoas de fora também vieram abrir novos comércios na cidade, mesmo que fossem pequenas bancas na feira ou pequenas mercearias. Com a mudança para a nova Petrolândia, essas pessoas foram beneficiadas com terrenos na área comercial da nova cidade, transformando muitos forasteiros em importantes comerciantes na região.

Esse é um dos questionamentos que Maria Pereira da Silva Neta faz em relação às pessoas que já eram da cidade e tinham um grande patrimônio construído. Ela afirma: "Quando saímos de Barreiras Velha, foi uma fase muito

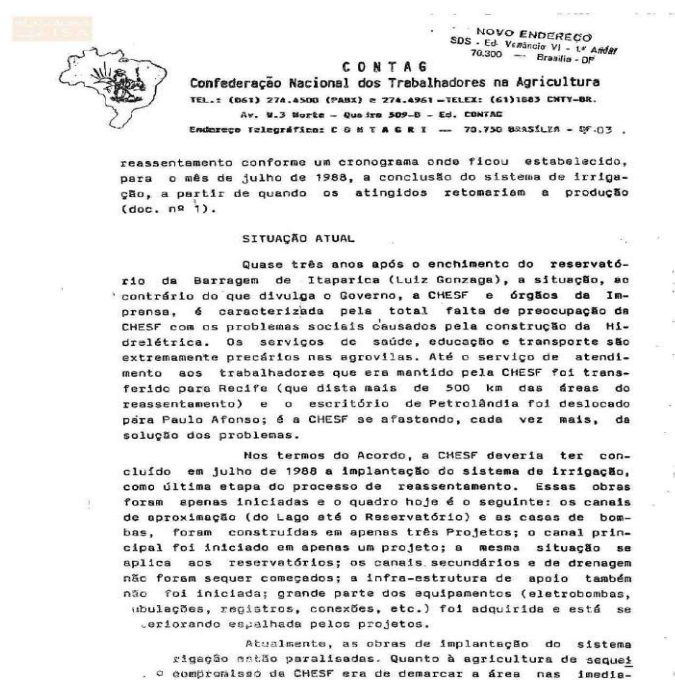
ruim". Além de receberem o reassentamento completo conforme os bens de seu pai na velha cidade, sua irmã adoeceu em um momento de grande apreensão com a mudança. Só saíram quando a água já estava quase atingindo o nível de suas canelas.

Maria considera injusto que muitas pessoas de fora tenham recebido terras, enquanto seu pai ficou apenas com uma casa na cidade e seu criatório próximo às agrovilas, o que dificultou a manutenção de seus negócios na nova localidade. Enquanto alguns entrevistados relataram sentir tristeza e melancolia com a mudança para a nova cidade, outros destacaram que a vida dos trabalhadores rurais passou por transformações significativas. Anteriormente, viviam em locais sem energia elétrica e água encanada, dependendo do que cultivavam. Aqueles que tinham boas condições na antiga Petrolândia enfrentaram dificuldades para manter seus negócios devido à distância entre os estabelecimentos na área rural e suas casas na cidade. Além disso, tiveram que competir com os novos moradores que agora atuavam no mesmo ramo.

A CHESF havia se comprometido a pagar dois salários-mínimos para cada reassentado, o que equivalia a cerca de R\$ 280,00 na época, e, com o tempo, alterou o acordo, deixando somente o valor da cesta básica, que era de aproximadamente R\$ 70,00, e criando a Verba de Manutenção Temporária (VMT), que era um pouco maior que o valor da cesta básica. De acordo com o acordo, a VMT só seria cortada quando o projeto fosse concluído e enquanto houvesse uma pessoa cadastrada viva. No entanto, a CHESF acabou cortando a VMT antes do término do projeto, não cumprindo o acordo, que previa o corte somente após a conclusão do projeto das agrovilas, que incluía o sistema de irrigação completo. Até hoje, o encanamento não foi renovado e está danificado, resultando em falta de água nos lotes e nas casas. Além disso, a área de sequeiro não foi entregue, e os moradores desconhecem sua localização, uma vez que a CHESF não se comunica em relação a esses problemas.

O documento elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG⁴² (figura 22), em conjunto com as entidades sindicais dos municípios de Glória, Rodelas, Chorrochó, Curaçá e Paulo Afonso, situados no estado da Bahia, bem como Petrolândia, Floresta, Belém do São Francisco, Orocó e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, representa um manifesto importante que aponta a situação atual no período de 1990. Esse documento denuncia ao Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Ozires Silva, a situação de cerca de 5 mil famílias que foram reassentadas após a paralisação da obra em 1986.

Figura 22 - Manifesto revelando a situação dos trabalhadores rurais após o reassentamento



FONTE: (CONTAG, 1990, p. 03)

⁴² A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) é uma organização brasileira criada em 1964, durante o governo do presidente João Goulart, com o propósito de representar os interesses dos trabalhadores rurais. Ela opera por meio das federações estaduais, as quais, por sua vez, abrangem os sindicatos dos trabalhadores rurais de cada município. No entanto, pouco tempo após a sua criação, com a chegada do Golpe Militar de 1964, a CONTAG sofreu intervenção do regime ditatorial. Isso resultou na prisão e exílio de vários de seus líderes. Somente em 1968, a categoria dos trabalhadores rurais conseguiu afastar o interventor e, a partir desse momento, a CONTAG passou a ser dirigida pela categoria, sem intervenção direta do Estado.

O manifesto revela que, mesmo após três anos de reassentamento, o acordo estabelecido não está sendo cumprido. O documento aponta que os serviços essenciais, como saúde, educação e transporte, nas agrovilas, são precários. Além disso, o serviço de atendimento aos trabalhadores rurais, prometido pela CHESF, foi transferido para Recife, localizado a 500 km de distância das áreas de reassentamento, tornando o acesso difícil e impossibilitando o apoio agrícola aos trabalhadores rurais (CONTAG, 1990).

O acordo original estabelecia que a CHESF deveria ter concluído o projeto até julho de 1988, incluindo o projeto de irrigação. A falta de conclusão dos projetos de construção das casas de bombas e dos canais secundários e de drenagem pela CHESF tem implicações significativas. Primeiramente, isso pode resultar em uma distribuição inadequada de água para os lotes e casas dos reassentados, causando escassez de água em algumas áreas e inundações em outras. Além disso, a incompletude desses projetos pode comprometer a eficiência do sistema de irrigação planejado, afetando diretamente a capacidade dos agricultores reassentados de cultivar suas terras de forma sustentável e produtiva. Isso, por sua vez, pode impactar negativamente a economia local e a subsistência das famílias reassentadas, que dependem da agricultura como principal fonte de renda. Além disso, a falta de conclusão desses projetos pode refletir uma negligência por parte da CHESF em cumprir com seus compromissos assumidos durante o processo de reassentamento, gerando desconfiança e frustração entre os reassentados e a comunidade local.

O que sabe é que as terras estão desapropriadas e à disposição da CHESF, mas não foi sequer iniciada a demarcação dos lotes. Dessa forma, os reassentados não podem trabalhar nas áreas de irrigação, por falta de implantação do sistema, nem trabalhar nas de sequeiro, porque os lotes ainda não demarcados, ficando, portanto, condenados a permanecerem inativos – o que, vale salientar, não é uma prática comum à classe trabalhadora rural. (CONTAG, 1990, p. 4)

O documento ressalta que a única fonte de renda das famílias reassentadas é a Verba de Manutenção Temporária (VMT), o que prolonga a dependência dos trabalhadores em relação à autarquia. Conforme o

documento em forma de manifesto destaca que cerca de 500 casas nas agrovilas já apresentam rachaduras devido a problemas técnicos em localidades como Petrolândia, Itacoatiara e na agrovila da cidade de Rodelas, na Bahia, o que tem causado insatisfação entre os moradores.

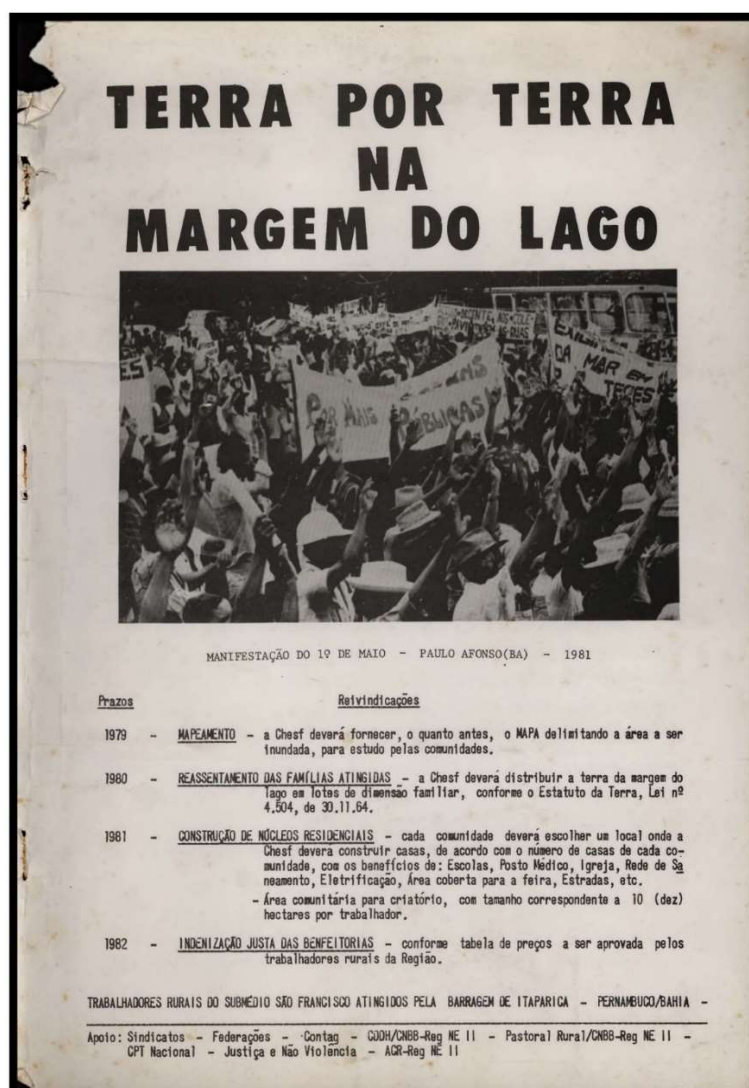
O documento destaca a posição da CHESF em relação a esses problemas, justificada pela alegada falta de recursos financeiros. Entretanto, é importante ressaltar que o Polo Sindical do Submédio do São Francisco agiu proativamente ao contatar o Banco Mundial. Em 20 de fevereiro de 1990, o Banco Mundial comunicou a liberação de recursos no valor de US\$ 100 milhões de dólares para a implementação de projetos no Submédio do São Francisco, conforme detalhado no manifesto.

Diante desses problemas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG (1990) elenca reivindicações urgentes para melhorar a qualidade de vida dos reassentados nas áreas abrangidas pelo Lago da Usina Hidrelétrica de Itaparica:

1. Liberação imediata de recursos para a retomada urgente das obras civis e consequente implantação dos sistemas de irrigação;
2. Serviços de saúde, educação e transporte condizentes com a necessidade dos trabalhadores rurais reassentados;
3. Solução imediata para o problema de rachaduras das residências, dos reassentados. (CONTAG, 1990, p. 4-5)

Essas reivindicações foram feitas com o objetivo de reafirmar o compromisso assumido pela CHESF durante a paralisação de dezembro de 1986, evidenciando a insatisfação e a falta de cumprimento das promessas feitas aos reassentados. Como é destacado no folhetim Terra por Terra às margens do lago (figura 23), os trabalhadores rurais têm se mobilizado desde meados dos anos 70, com a chegada da Chesf em Petrolândia. Essas mobilizações já estavam em curso, culminando na paralisação da obra em 1986.

Figura 23 – Folhetim Terra por terra na margem do lago: Cartaz descrevendo o histórico de mobilização dos reassentados da barragem de Itaparica até 1981.



(FONTE: CONTAG, 1981, p. 01)

O manifesto elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e entidades sindicais dos municípios afetados destaca as falhas da CHESF, que incluem o descumprimento dos acordos firmados e a negligência em relação aos problemas enfrentados pelos reassentados. A falta de recursos financeiros não pode ser uma justificativa para a inação da CHESF, especialmente quando recursos significativos foram disponibilizados pelo Banco Mundial para projetos na região. A não execução completa dos projetos de reassentamento e irrigação, além da falta de comunicação e transparência por parte da CHESF em relação aos problemas

enfrentados pelos reassentados, mostra a negligência e o descaso da empresa em relação às necessidades e direitos dessas comunidades. Essas questões ressaltam a importância da responsabilidade corporativa e social das empresas envolvidas em projetos de grande impacto, como os empreendimentos hidrelétricos, e a necessidade de garantir que os direitos e interesses das comunidades afetadas sejam devidamente considerados e respeitados.

Além disso, a construção da usina e a formação do reservatório resultaram na inundação de extensas áreas de vegetação nativa, causando a perda irreparável de habitats naturais e a fragmentação de ecossistemas vitais. Essa destruição ambiental teve impactos devastadores na biodiversidade local e nos recursos naturais da região, especialmente com a modificação do curso do rio e a represamento de suas águas, como ilustrado na imagem da igreja de Barreiras velha submersa (figura 24), que evidencia a transformação dramática da paisagem.

Figura 24 – Imagem da Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Barreiras velha parcialmente submersa.



FONTE: (Blog de Assis Ramalho, 2013)

A Igreja de Barreira Velha encontra-se atualmente parcialmente submersa, com apenas o telhado visível, após ter sido inundada em 1987 durante a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Após intensas reivindicações, a igreja passou pelo processo de tombamento, tornando-se um ponto turístico. Essa submersão transformou o local, situado no Lago Itaparica, em um dos principais destinos turísticos de Pernambuco, ganhando o apelido de "Atlântida Brasileira", uma alusão à lendária ilha submersa mencionada por Platão.

A Igreja Matriz de Petrolândia, atualmente completamente submersa, não é visível devido à sua localização sob o lago de Itaparica. Na imagem (figura 25), podemos observar a área onde a igreja estava situada sendo inundada pelo reservatório.

Figura 25 – Imagem da Igreja Matriz sendo submersa em 1988



FONTE: (Blog de Assis Ramalho, 2013)

Ambas as igrejas, a Igreja de Barreira Velha e a Igreja Matriz de Petrolândia, enfrentaram o mesmo destino de submersão devido à construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e à formação do lago de Itaparica. Embora tenham sido afetadas de maneiras diferentes, ambas representam um patrimônio histórico e cultural significativo para a região. A submersão dessas igrejas não apenas causou a perda física desses edifícios religiosos, mas também teve um impacto simbólico nas comunidades locais, representando a perda de parte de sua identidade e história. Além disso, a transformação desses locais em pontos turísticos, como a "Atlântida Brasileira" no caso da Igreja de Barreira Velha, ressalta a complexidade das consequências sociais, culturais e ambientais da construção de grandes projetos de infraestrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi construída com base nos depoimentos e memórias dos moradores da antiga Petrolândia, visando relatar os impactos da construção da barragem de Itaparica em suas vidas. Consideramos os aspectos emocionais, socioeconômicos e ambientais, uma vez que suas vidas estavam profundamente ligadas ao rio. A mudança para a nova cidade gerou diversas incertezas em relação ao trabalho e à adaptação ao novo ambiente, refletindo uma ruptura brusca em suas rotinas e modos de vida.

Petrolândia é uma cidade marcada pelas mudanças em nome do progresso, que testemunhou o início e o fim da velha cidade. Desde suas origens modestas, com um simples bebedouro, até a chegada do trem e, por fim, a construção da barragem de Itaparica. No entanto, para entender esse contexto, é necessário analisar os aspectos históricos por trás do projeto de construção de grandes barragens no Brasil na década de 1930, que impulsionaram significativamente a economia do país.

No entanto, a busca incessante pelo desenvolvimento econômico e acumulação de capital deixou cicatrizes profundas que impactaram diretamente ou indiretamente a vida das populações ribeirinhas afetadas por essas obras em todo o país. A história de Petrolândia é um testemunho vivo desse processo, evidenciando as consequências socioeconômicas e ambientais das políticas de desenvolvimento voltadas para a expansão da infraestrutura energética. Essas políticas priorizaram o progresso econômico em detrimento do bem-estar e da sustentabilidade das comunidades locais, resultando em desigualdades sociais e ambientais impactantes.

Nesse contexto, a partir dos depoimentos, observa-se uma variedade de sentimentos que assolaram os atingidos pela construção da barragem de Itaparica. Sentimentos como a perda do lugar de trabalho e a mudança imposta para uma nova vida carregada de esperança e desconfiança em relação aos acordos impostos pela Chesf, gerando medo e abandono, além das necessidades passíveis de serem indenizadas. É importante ressaltar que

o meio social dos atingidos também foi destruído, tanto nas agrovilas quanto na vida urbana, resultando na perda dos laços de amizade e vizinhança. Alguns entrevistados relatam ter conseguido permanecer na mesma agrovila que alguns familiares, vizinhos e amigos da antiga cidade, mas não por escolha, e sim por sorte, o que contribuiu para um sentimento de tranquilidade e segurança, ao contrário daqueles que ficaram em lugares com pessoas desconhecidas, gerando insegurança e medo. Esses também são danos causados aos reassentados.

É relevante destacar que, embora para alguns entrevistados a CHESF tenha proporcionado melhorias, como a troca da casa de taipa por uma de alvenaria na nova moradia, isso gerou uma diferenciação social na divisão dos reassentados. Analisando o manifesto de reivindicações do 1º de maio de 1981 e o documento do acordo em 1986, observa-se que não há menção às reivindicações da população quilombola localizada atualmente na agrovila 05 da reta. Isso sugere que essa população foi tratada como ribeirinha, sendo direcionada aos projetos de agrovilas, assim como os moradores de outros sítios.

Os documentos carecem de detalhes sobre o processo de reassentamento dessa comunidade, exceto no caso da comunidade indígena, que estabeleceu seu próprio grupo de apoio ao polo sindical. Essa comunidade está localizada no sítio Brejo dos Padres, e ocupa os sítios Logradouro e Novo Mundo, nas cidades de Petrolândia, Tacaratu, Itaparica e Jatobá. Essas comunidades indígenas evitam o planejamento das agrovilas por estarem localizadas separadamente. Atendendo às reivindicações dos moradores, elas permanecem como eram na antiga Petrolândia, estabelecidas em sítios.

Essa estratégia de dispersar pessoas conhecidas entre si pode ter sido uma tática para fragmentar o movimento rural e prevenir uma possível insatisfação futura. Desde o início da construção da barragem, as comunidades ribeirinhas uniram-se para evitar serem esquecidas pela autarquia, realizando manifestações e paralisações em busca de uma posição da Chesf sobre o reassentamento.

Fazendo uma análise das informações fornecidas pelos entrevistados das agrovilas, nota-se que muitos dos moradores atuais não são os mesmos do período da mudança. Muitas pessoas optaram por indenizar seus lotes devido à sua falta de produtividade e se mudaram para a cidade em busca de uma melhoria de vida. Isso ressalta as diferentes realidades enfrentadas pelas agrovilas em comparação com o Projeto Barreiras, onde há um significativo desenvolvimento econômico na produção de coco, manga e goiaba. Por outro lado, as agrovilas dos blocos I, II, III e IV estão sob a responsabilidade da prefeitura em relação à infraestrutura, calçamento, posto de saúde e ensino fundamental. Esta disparidade de situações revela as desigualdades presentes no processo de reassentamento.

No entanto, do ponto de vista econômico, as agrovilas estão enredadas na dependência da assistência da Chesf para a manutenção das tubulações de irrigação, enfrentando o desafio de lidar com canos velhos e a escassez de água, além de lidar com terras inférteis. Poucos agricultores da agrovila conseguiram prosperar e garantir recursos suficientes para sustentar-se através do cultivo de melancia e cebola. Além disso, poucos filhos e netos dos reassentados optam por permanecer no local. Mesmo nas agrovilas consideradas as melhores, o desenvolvimento estagnou, deixando-as dependentes da assistência contínua da Chesf.

Os moradores das agrovilas enfrentam uma realidade desafiadora, com poucas perspectivas de crescimento agrícola devido às dificuldades em impulsionar suas economias, principalmente na manutenção das tubulações de água que irrigam os lotes, o que os coloca em uma dependência direta da Chesf. Essa situação levanta uma questão crítica: qual será o destino dessas famílias quando a Chesf for privatizada? Este é um cenário preocupante que exige reflexão, especialmente diante do descumprimento do acordo estabelecido pela Chesf em 1986. A falta de resolução desses problemas representa um desafio significativo para o futuro dessas comunidades reassentadas.

Após 36 anos, os reassentados continuam a enfrentar a escassez de recursos para manter os projetos de irrigação, que foram entregues com

atraso. Além disso, agora enfrentam também os riscos iminentes da privatização. O projeto, que foi proposto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, visava tornar a máquina pública mais eficiente e resolver os problemas dos reassentados, incluindo o pagamento de indenizações. Esses exemplos ilustram a fragmentação que assola a comunidade reassentada. Quando um reassentado opta por receber uma indenização ou vender seu lote, ele perde sua identidade como parte desse grupo, sendo assim excluído das políticas públicas destinadas a essa população. Essas táticas, por sua vez, alimentam a divisão dentro dos movimentos, já que aqueles que optam por vender suas terras são deixados sem apoio sindical.

Os sindicatos direcionam seu apoio apenas aos reassentados que permanecem com a terra, e não conseguem proteger aqueles que optam por vender, o que resulta na perda de identidade como reassentado e direitos fundamentais. Esse ciclo acaba enfraquecendo ainda mais o polo sindical, especialmente considerando que muitos reassentados são idosos ou já faleceram, resultando em uma diminuição significativa de filiados e, conseqüentemente, de influência e poder nas futuras negociação.

É importante destacar que sem a união dos movimentos sindicais e a formação do Polo Sindical dos trabalhadores ruais do submédio do São Francisco o plano de reassentamento não teria saído do papel assim como destaca um depoente “a Chesf não deu nada” isso significa que tudo que foi conquistado foi a partir de anos de luta dos trabalhadores rurais que resistiram ao longo processo de mudanças em nome do progresso. Então, a pesquisa contribuiu na reflexão sobre esses impactos sociais causados pela construção da Usina e na formação da identidade desses reassentados.

O efeito sobre as comunidades locais e populações ribeirinhas reassentadas devido à formação do reservatório é alarmante. O processo de reassentamento frequentemente falhou em atender adequadamente às necessidades dessas comunidades, resultando em graves rupturas nas redes sociais e culturais, além de problemas persistentes de infraestrutura e acesso a serviços básicos nas novas áreas. As autoridades negligenciaram os direitos

e as condições de vida dessas comunidades em prol do avanço do projeto hidrelétrico, revelando uma falta de consideração ética e humanitária.

Os impactos socioeconômicos nas áreas afetadas são evidentes, com mudanças nos meios de subsistência das populações locais, perda de terras agrícolas produtivas e perturbação das atividades pesqueiras tradicionais. As compensações oferecidas muitas vezes não foram suficientes para mitigar esses impactos, deixando as comunidades locais em situação de vulnerabilidade econômica e social. Além disso, questões como a gestão da água e os impactos ambientais contínuos da operação da usina têm sido negligenciadas, resultando na alteração dos regimes de fluxo dos rios, na redução da qualidade da água e em impactos sobre a fauna aquática.

A construção da Usina de Itaparica destaca a urgência de políticas públicas e práticas de desenvolvimento mais sustentáveis e socialmente justas. Essas políticas devem levar em consideração os direitos das comunidades afetadas, a proteção do meio ambiente e a busca por alternativas energéticas que minimizem os impactos negativos sobre as pessoas e o ecossistema local. É crucial que haja uma abordagem mais holística e inclusiva na gestão desses projetos, priorizando o bem-estar das comunidades locais e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Antecedentes indígenas**. In: Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800. Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963. p. 146

Agência CONDEPE/FIDEM, **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco**. Recife: CEHM, 2006. v. 3 p. 17

_____. **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco**. Recife: CEHM, 2006. v. 3 p. 13

ALBUQUERQUE; Candido, Gesinaldo. Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Uma Abordagem Participativa. In: Lira, W.; Cândido, G.. (Org.). **Capital social e desenvolvimento no submédio São Francisco**. 1ed.Campina Grande: UEPB, 2013, v. 1, p. 1-326.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, José E. de; Araújo, José B. de. **Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.

ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de e Vanessa Maria Brasil. **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPES, 2005.

BERHORST, n. L.; Cypher, j. M.; Berhorst, n. L. **As origens da teoria desenvolvimentista**: a economia política empiricamente baseada e historicamente contextualizada de furtado. Curitiba: UFPR, 2015.

BRASIL, **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/1937-1946/Del0311.htm. Acesso em: 24/10/2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOMFIM, Juarez Duarte; **Movimentos sociais** de trabalhadores no rio são francisco. *Scripta Nova* (Barcelona), v. 45, p. 01, 1999.

BORTOLETO, E. M. **A Implantação de grandes hidrelétricas:** desenvolvimento, discurso e impactos. Geografares. Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001.

BOSI, E. (1994). **Memória e sociedade:** lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

CABRAL, Renan. 1959: Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado – Oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos de desenvolvimento**, v.6, n.8, p. 17-34, maio 2011.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **O desenvolvimento da Região Nordeste nos anos Pós-SUDENE (2000-2016)**. Revista Paranaense de Desenvolvimento – RP. Curitiba, v.39, n134, p. 21-36, 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel: difusão editorial S.A, 2002.

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. **Reservatório de Itaparica:** plano de desocupação. Recife, setembro de 1985.

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. **Reservatório de Itaparica:** plano de desocupação. Recife, setembro de 1988.

COELHO, Fabiano. **Conceitos 'Cultura' e 'Representação':** contribuições para os estudos históricos. Fronteiras: Revista de História, v. 16, p. 87-99, 2014

CODEVASF. **Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco:** fonte de desenvolvimento sustentável do Nordeste, 1996.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco em rede: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas.** Recife: CONDEPE/FIDEM, 2012

CUNHA, Pedro Paulo da. **Responsabilidade social corporativa:** a memória do programa de reassentamento dos atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

Demonstrações financeiras 2015 – **Companhia Hidroelétrica do São Francisco:** CNPJ nº33.541.368/0001-16 – Companhia Aberta. p. 120

Enciclopédia dos municípios brasileiros. **Pernambuco.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18. P.292

_____ **Pernambuco.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18. P.214

ESTRELA, E. S... **Um rio de memória: o modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da Represa de Sobradinho (Bahia).** História & Perspectivas (UFU), v. 41, p. 115-140, 2009.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica.** Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Disponível em: <https://visionvox.net/biblioteca/c/Celso_Furtado_Obra_Autobiogr%C3%A1fica.pdf>, Acesso em 07 de abril. 2022.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez., 1981. Disponível em:< [\(Microsoft Word - UMA POL\315TICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE CELSO FURT\205\) \(centrocelsofurtado.org.br\)](https://centrocelsofurtado.org.br/uma-politica-de-desenvolvimento-para-o-nordeste-celso-furtado-205) >. Acesso aos 10 de julho. 2023.

Furtado, C. (1984). **"O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento"**. Revista de Economia Política. Vol. 4, nº3. 23.

GASPAR, Lúcia. *O Nordeste do Brasil.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>> Acesso em: 20 de maio. 2022.

GOMINHO, kerollayne Cavalcante; Carneiro, Henrique Figueiredo. **Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano.** DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR), v. 55, p. 262-279, 2020.

HERMUCHE, Potira Meirelles. **O Rio de São Francisco.** Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste. Sobral: Conexão lugar/mundo.** São Paulo, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** V. XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** - 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, L. R. R. **Barragem de Itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento - (des)envolvimento e (des)estruturação de vidas.** UESC. 2007

LINHARES, L. I. M.; Ximenes, A.V. S. F. M.; Monteiro, J. B. **Secas e políticas públicas no semiárido brasileiro: Um debate oportuno acerca do binômio combate a seca X convivência com o semiárido.** ISSN: 2594-5033, V. 5, n.3, 2021

MARTÍN, G. 1998 **O Povoamento Pré-Histórico do Vale do São Francisco**. Cadernos de Arqueologia. Documento 13. Universidade Federal de Sergipe, CHESF/ Petrobras/PAX, Aracaju.

MEIHY, J. C. S. B... **Definindo história oral e memória...** Cadernos CERU, São Paulo, v. 5, n.2, p. 52-60, 1994.

_____. **História Oral: Como fazer, como pensar.** / José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. – São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Leda Agnes Simões de. **A história que perpassa a Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1915 no Ceará.** CANTAREIRA (UFF), v.1, p. 66-81, 2015.

MENEZES, É. G. F. **Petrolândia: Cidade-memória no Submédio do Vale do São Francisco.** UFAL, 2018.

MENEZES Gilberto de. **De Jatobá a Petrolândia: três nomes, uma cidade, um povo/** Gilberto de Menezes. – Recife: ED. Do Autor, 2014.

OLIVEIRA, Eveline Antunes F, de. **“Nos trilhos da história de Piranhas: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso.”** Araújo Sá, Antônio Fernando de e Vanessa Maria Brasil. Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco. Aracaju: FAPESSE, 2005. P.221- 239

OLIVEIRA, Maria Lucia Lippi. **O Brasil de JK, A invenção do Nordeste.** CPDOC FGV. 2011 [S.I.] Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6649/LuciaLippi_XIICBS2007.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, Acesso em 07 de abril. 2022.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. **A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil.** Varia história (UFMG), v. 34, p. 315-346, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

SANTOS, Clélio Cristiano dos. **Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos: reflexões a partir de Petrolândia** – PE. UFPE. 2019

SÁ, Ruy; RAMALHO, Assis e SOARES, Nestor. **Recordações.** Petrolândia: 1984. 1 disco sonoro. Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2018.

SÁ, Silvânia Gomes de. **A cidades, o Rio... a Represa:** a intervenção do Estado no Submédio São Francisco: o caso de Petrolândia, 1940-1995. 2000.

SILVA, Lidiane Bezerra da. **Os impactos causados no comércio municipal de Delmiro Gouveia com o fechamento da fábrica da Pedra** – AL. UFAL. 2019

SILVA, Marcos Manoel do Nascimento. **O sertão que virou “mar”:** memória, cultura e identidade no Projeto de irrigação Jusante, Glória - BA (1988 - 2021). 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A Pesquisa Científica.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Jamile Silva. **“Braços cruzados, máquinas paradas”:** Trabalhadores, Experiências e Conflitos na Capital da Energia (1960-1980)

SUASSUNA, C. C. A. Dano Moral Ambiental Coletivo em Populações Atingidas por Empreendimentos Hidrelétricos: **O Caso de Petrolândia - PE.** SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ) 2005.

Sukow, N., & Urban, A. C. (2020). **Concepções de história local nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):** uma análise ancorada na perspectiva da educação histórica. Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp, 8(3), 67–79.

RECH, Aryana Lucia. **Memória de velhos através da narração ilustrativa das histórias em quadrinhos.** Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 27–48, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

TOLEDO, Pedro Henrique Vieira Martins. **O GTDN e a SUDENE de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste: concepção e realidade.** UFRJ. 2013

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WICKERT, Creise. **Endividamento externo no brasil: origens e consequências (1964-2006).** UFSC. 2008.

FONTE DOCUMENTAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/CONTAG. **Manifesto.** Brasília. 1990.

FOLHETIM: **Terra por terra na margem do lago.** CONTAG Paulo Afonso. 1981

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. **Acordo assinado em 1986.** Petrolândia.

FONTE AUDIOVISUAL

TV VIVA. Barragem: a ocupação de 1986. Youtube, 1986. Disponível em <[BARRAGEM: A OCUPAÇÃO - 1986 - YouTube](#)> Acesso em 2022.

FONTE ORAL

FERRAZ PIRES, Izabel. [91 anos]. Entrevistador: Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

PEREIRA DA SILVA NETA, Maria. [66 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

JACOBINA RAMALHO, Espedita. [101 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

MARIA DE JESUS, Adailda. [68 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

ALBURQUERQUE CRUZ, Alzira [91 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

BENIGNO DOS SANTOS, Cleonice. [68 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

MENÉLIO DE SÁ, Luiz. [80 anos]. Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

MENEZES DE SÁ, Lusmar. [79 anos] Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.

MARIA DA SILVA LIMA, Erileide [62 anos] Érica Gabriela Fonseca de Menezes. Petrolândia, PE. 2023.